



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 05/02/2021 a 08/02/2021





Índice

Saiba Mais | RN

FECOMÉRCIO RN

Empresários pedem manutenção de feriados de Carnaval no RN

Notícias - 05/02/2021

8

98 FM Natal | RN

FECOMÉRCIO RN

Empresários cobram do Governo do RN a manutenção do feriado de Carnaval

Notícias - 05/02/2021

9

Ponto de Vista Online | RN

FECOMÉRCIO RN

Fecomércio emite Nota Técnica de Esclarecimento

Notícias - 05/02/2021

10

CNC | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Fecomércio-RN discute Lei Geral da Micro e Pequena Empresa com governadora Fátima Bezerra

Notícias - 05/02/2021

11

Versátil News | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ / SENAC BARREIRA ROXA

Fecomércio: Setor produtivo discute Lei Geral da Micro e Pequena Empresa com Governadora Fátima Bezerra

Notícias - 05/02/2021

12

Grande Ponto

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ / SENAC BARREIRA ROXA

Setor produtivo discute Lei Geral da Micro e Pequena Empresa com Fátima Bezerra

Notícias - 05/02/2021

13

Portal Acontece | RN

SESC RN / FECOMÉRCIO RN / FERNANDO VIRGÍLIO

Poti-Cultural Sesc encerra apresentações em fevereiro

Notícias - 05/02/2021

14

SESC RN

SESC RN / FECOMÉRCIO RN / FERNANDO VIRGÍLIO

Poti-Cultural Sesc encerra apresentações em fevereiro

Notícias - 05/02/2021

15

Tribuna de Notícias | RN

SESC RN / FECOMÉRCIO RN / FERNANDO VIRGÍLIO

Poti-Cultural Sesc encerra apresentações em fevereiro

Notícias - 05/02/2021

16

Grande Pnto | RN

FECOMÉRCIO RN / SESC / SENAC / DEL / MESA BRASIL / MARCELO QUEIROZ / LUIZ LACERDA / FERNANDO VIRGÍLIO / RANIERY PIMENTA

Prefeito de Macaíba conhece projetos desenvolvidos pela Fecomércio-RN

Notícias - 05/02/2021

17



Boletim Salesiano | RN

MESA BRASIL / SESC RN

Dom Bosco Gramoré doa alimentos arrecadados em parceria local

Notícias - 05/02/2021

18

Tribuna do Norte | RN

FECOMÉRCIO RN

Empresários vão cobrar do Poder Público manutenção de feriados de Carnaval no RN

Notícias - 05/02/2021

19

Pauta Aberta | RN

SESC RN / FECOMÉRCIO RN

Sesc/RN: Poti-Cultural Sesc encerra apresentações em fevereiro

Notícias - 06/02/2021

21

Hilneth Correia | RN

FECOMÉRCIO RN

Nota técnica sobre o funcionamento do comércio no Carnaval

Notícias - 06/02/2021

22

Blog do BG | RN

FECOMÉRCIO RN

Sindicato aponta “catástrofe” financeira sem feriado de carnaval no Rio Grande do Norte

Notícias - 06/02/2021

23

Tribuna do Norte | RN

FECOMÉRCIO RN

Sindicato aponta "catástrofe" financeira sem feriado de carnaval no Rio Grande do Norte

Notícias - 06/02/2021

24

Tribuna do Norte | RN

FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ

Governo do Estado e setor produtivo discutem mudanças para a Lei Geral das MPes

Notícias - 06/02/2021

27

Folha de São Paulo | SP

Bolsonaro diz que estuda projeto de lei para mudar ICMS sobre combustíveis

Notícias - 06/02/2021

29

Folha de São Paulo | DF

Risco ambiental do governo Bolsonaro freia avanço do Brasil na OCDE

Notícias - 06/02/2021

30

Estadão | DF

Auxílio deve ser retomado para quem recebe ou está na fila do Bolsa Família

Notícias - 06/02/2021

31

Estadão | DF

Estrangeiros avançam na Vale e já são donos de 55% das ações da mineradora

Notícias - 06/02/2021

32

Estadão | DF

Bolsonaro quer ICMS fixo sobre combustível

Notícias - 06/02/2021

33



Estadão | DF

Em alta, empresas de tecnologia têm bom potencial, mas há ressalvas

Notícias - 06/02/2021

34

Versátil News | RN

SESC RN / FECOMÉRCIO RN / FERNANDO VIRGÍLIO

Fecomercio: Poti-Cultural Sesc encerra apresentações em fevereiro

Notícias - 07/02/2021

35

Tribuna do Norte | RN

SENAC BARREIRA ROXA

Hotel Barreira Roxa uma opção de lazer premiado pela qualidade

Notícias - 07/02/2021

36

Tribuna do Norte | RN

Sem auxílio, 314 mil voltaram à miséria no Rio Grande do Norte

Notícias - 07/02/2021

39

Tribuna do Norte | RN

Setor turístico espera melhora no segundo semestre

Notícias - 07/02/2021

40

Tribuna do Norte | RN

Transporte de cargas a partir do Aeroporto de Natal tem queda de 51% em 2020

Notícias - 07/02/2021

41

Tribuna do Norte | RN

Com pandemia, RN perde 49% dos passageiros aéreos em 2020

Notícias - 07/02/2021

42

Folha de São Paulo | DF

Governo deixa de cobrar R\$ 242,6 bi em dívidas tributárias na pandemia

Notícias - 07/02/2021

45

Folha de São Paulo | DF

País perde R\$ 8 bi com cancelamento de festas do Carnaval

Notícias - 07/02/2021

46

Folha de São Paulo | SP

Ritmo da vacinação vai determinar crescimento econômico em 2021

Notícias - 07/02/2021

47

Estadão | DF

Na pandemia Arezzo passa por transformação

Notícias - 07/02/2021

48

Estadão | DF

Maioria dos brasileiros apoia avaliação de desempenho de servidores públicos

Notícias - 07/02/2021

49

O Globo | DF

Fim do auxílio dificulta a busca por vaga

Notícias - 07/02/2021

50



O Globo DF Na fila da pobreza Notícias - 07/02/2021	51
O Globo DF Guerra – coluna de Lauro Jardim Notícias - 07/02/2021	52
Folha de São Paulo DF Governo quer auxílio rebatizado, com 3 parcelas de R\$200 e exigência de curso Notícias - 08/02/2021	53
Folha de São Paulo DF Conta-salário no Pix pode revolucionar gestão de folha de pagamentos Notícias - 08/02/2021	54
Folha de São Paulo SP Mercado vê chance para setores que ficaram para trás na Bolsa Notícias - 08/02/2021	55
Folha de São Paulo SP Abre e fecha na pandemia exige do empreendedor planejamento diário Notícias - 08/02/2021	56
Estadão DF Com investimento de R\$ 1,2 bi, antiga fábrica da Ford vira centro logístico Notícias - 08/02/2021	57
Estadão DF Santander vê crescimento robusto no agro em 2021 Notícias - 08/02/2021	58
Estadão DF Cenário para commodities é positivo Notícias - 08/02/2021	59
Estadão RJ Mercado questiona preços da Petrobrás Notícias - 08/02/2021	60
O Globo DF Ação no Supremo pode custar R\$ 87 bilhões à Previdência Notícias - 08/02/2021	61

RELATÓRIO

É destaque no clipping de hoje que o Brasil perde R\$ 8 bilhões com cancelamento de festas do Carnaval. Em matéria do jornal Folha de São Paulo, na página 46 do clipping, dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), apontam que cerca de 25 mil empregos temporários deixarão de circular na economia do País. Uma pesquisa realizada pela entidade, com 3.800 municípios, mostra que a arrecadação da festa em 2020 cresceu 20% em relação a 2019, e a projeção antes da pandemia era de ascensão desse mercado.

O jornal Tribuna do Norte, na página 24 do clipping, destaca que, no Rio Grande do Norte, o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SHRBS-RN) aponta que a suspensão do feriado de Carnaval no estado causará "catástrofe" financeira. Empresários dos setores representados pela Federação do Comércio do Rio Grande do Norte (Fecomércio/RN) encaminharam, na última sexta-feira (5), uma carta conjunta ao Poder Público justificando a necessidade de manutenção do feriado no período de Carnaval e enumerando possíveis prejuízos a dezenas de segmentos empresariais.

A Folha de São Paulo revela, na página 53 do clipping, que o Governo quer Auxílio rebatizado, com 3 parcelas de R\$ 200 e exigência de participação em um curso para qualificação profissional. O foco será nos trabalhadores informais não atendidos pelo Bolsa Família. O plano prevê, ainda, que o benefício seja associado à Carteira Verde e Amarela, programa que deve ser relançado pelo governo para reduzir encargos trabalhistas e estimular a formalização de pessoas de baixa renda. Segundo o Governo, o BIP (Bônus de Inclusão Produtiva) foi elaborado para dar assistência a pessoas vulneráveis em um momento de crise, e seria condicionado ao corte de despesas em outras áreas do governo. A Tribuna do Norte aponta que, sem a renovação do Auxílio Emergencial, 314 mil pessoas no Rio Grande do Norte podem voltar à miséria, sobrevivendo em 2021 com uma renda mensal per capita de R\$ 7,6. Saiba mais na página 39 do clipping.

A conta-salário no Pix pode revolucionar a gestão de folha de pagamentos, é o que traz a Folha de São Paulo. Atualmente a modalidade é uma das poucas que ainda não podem operar no Pix, por que precisa de mudanças de regulamentação. Para executivos do setor, a inclusão da modalidade no sistema vai baratear custos para o empregador e dar mais liberdade ao funcionário. Saiba mais na página 54 do clipping,



A Tribuna do Norte coloca o Hotel Barreira Roxa como uma opção de lazer premiado pela qualidade. O empreendimento reabriu as portas em fevereiro de 2019, depois de uma grande remodelada e modernização. Um dos pioneiros da Via Costeira, atualmente o Barreira Roxa conta com uma estrutura charmosa e funcional, já que, além do conforto, também serve para que os alunos da área de turismo possam praticar. A escola do Barreira Roxa, que estava momentaneamente em recesso, também teve as aulas reiniciadas em setembro do ano passado, com cursos que abrangem as áreas de turismo, hospedagem e gastronomia. Saiba mais na página 36 do clipping.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: Saiba Mais - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** RN
Título: Empresários pedem manutenção de feriados de Carnaval no RN **Impacto:** Positivo
Link: <https://www.saibamais.jor.br/empresarios-pedem-manutencao-de-feriados-de-carnava-l-no-rn>



TRABALHO

Empresários pedem manutenção de feriados de Carnaval no RN

FABRILANTO
1 de Fevereiro de 2021



Os empresários do Rio Grande do Norte estão questionando a suspensão do feriado de Carnaval, Nesta sexta-feira (1), a Federação de Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte – **Fecomar/RN** manifestou contra a Secretaria de Turismo e ao Gabinete Civil do Governo do RN para pedir que seja revogado o decreto que cancela o período feriado entre os dias 13, 16 e 17 de fevereiro de 2021.

Os dois decretos emitidos em Conselho de Estado, após consulta ao Conselho de Estado, dependem sempre da determinação do poder público. Na semana passada, a Federação de Metal e a Governos informaram que suspenderam o ponto facultativo no Poder Público durante o Carnaval, além de determinaram a proibição de licitação pública e contratação de serviços. A medida, no entanto, não foi seguida por diversos setores, incluindo Tribunal de Justiça e Assembleia Legislativa.

A **Fecomar/RN** avalia que medidas sobre o assunto e também que as empresas locais (L5), independentemente de serem do setor do poder público, o comércio podem ser fechados porque “é dia de comércio”, que tradicionalmente não começaram em 16 de setembro, foi objeto de negociação coletiva de trabalho pela **REDELOVALRNB** há alguns anos, tendo sido atingido pouco empresas fora do comércio de comércio.

Assim explicou ainda que em 2021, considerando a pandemia e o novo decreto, o **IBNELOVALRNB** e o Sindicato Fabril dos empregados estabelecem **Texas Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho** (válido até maio de 2021), para autorizar o funcionamento facultativo do comércio no dia destinado ao trabalho de sete, com pagamento de adicional de 100% sobre os horas trabalhadas e mediante redução de alguns procedimentos administrativos.

O presidente da Câmara Empresarial do Turismo, George Costa, explicou que o grupo entende a importância de seguir com unidade para a promoção do carnaval.

“Somos totalmente favoráveis ao cancelamento das três datas comemorativas, mas que esse cancelamento não implique a suspensão de feriados, desde sexta-feira, terça, quinta, sábado, podendo trabalhar e outras entre as datas não destinadas ao comércio e negócios”, explicou.

O segundo pedido que a suspensão do feriado pode propiciar a recuperação de parte do setor, bares e restaurantes.

Veículo: 98 FM Natal - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** RN

Título: Empresários cobram do Governo do RN a manutenção do feriado de Carnaval **Impacto:** Positivo

Link: <https://98fmnatal.com.br/empresarios-cobram-do-governo-do-rn-a-manutencao-do-feriado-de-carnaval>

Empresários cobram do Governo do RN a manutenção do feriado de Carnaval

5 de fevereiro de 2021

DESTAQUE

Os empresários dos setores representados pela Federação do Comércio do Rio Grande do Norte (Fecomércio) encaminharam nesta sexta-feira (5) uma carta conjunta ao Poder Público justificando a necessidade de manutenção do feriado no período de Carnaval e enumerando os possíveis prejuízos a dezenas de segmentos empresariais.

Na semana passada, a Prefeitura do Natal e o Governo do Estado informaram que suspenderiam o ponto facultativo no Poder Público durante o Carnaval, além de determinarem a proibição de festas públicas e privadas durante o período. A medida, no entanto, não foi seguida por diversos setores, que mantiveram a suspensão do trabalho para esses dias, como comércio, supermercados, bancos e outros órgãos públicos, como Tribunal de Justiça e Assembleia Legislativa.

O presidente do do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Rio Grande do Norte (SHRBS-RN), Habib Chalita, explicou que a suspensão do feriado pode prejudicar diretamente a recuperação do setor de hotéis, bares e restaurantes, já que a aposta para esse ano era que o turismo regional, com os próprios potiguarenses e turistas de estados vizinhos circulando pelo estado, amenizasse os prejuízos acumulados no setor durante a pandemia. Para o empresário, o governo devia ter se discutido com o setor antes de uma decisão como essa.

No entendimento do empresário, quando "a força econômica", que é a população, não está sendo liberada das atividades no feriado, a economia do estado é atingida. "Quem é que não vai para a praia? Essa faixa do turismo interno está proibida porque é a faixa que o ponto cancelou e serve somente para alguns, e não para todos. Isso atinge a cadeia do Turismo que são 45 setores do RN", lamentou.

Para tentar retomar os feriados, os empresários tiveram uma reunião na última quinta-feira (4), onde levantaram as alternativas e apresentaram os dados que serão encaminhados ao Governo do Estado e Prefeitura do Natal. Segundo Habib Chalita, o documento visa "explicar que foi uma medida equivocada", justificando com números. "Sobrevivemos do turismo regional e interno e essa é uma medida que vem a prejudicar a cadeia econômica, não somente as hospedagens, mas também o setor de alimentação saem perdendo com um decreto desse. Imagine o quanto deixa de se arrecadar", disse.

Caso o feriado não seja mantido e o decreto estadual suspenso, Habib Chalita acredita em um prejuízo significativo para diversos setores.

Veículo: Ponto de Vista Online - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 05/02/21

Título: Fecomércio emite Nota Técnica de Esclarecimento **Impacto:** Positivo

Link: <http://www.pontodevistaonline.com.br/fecomercio-emite-nota-tecnica-de-esclarecimento>

Fecomércio emite Nota Técnica de Esclarecimento

Publicado por  Ponto de Vista em  5 de fevereiro de 2021

Tags  Categorias 

NOTA

NOTA TÉCNICA DE ESCLARECIMENTO

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte – Fecomércio RN, considerando o expressivo volume de consultas e questionamentos recebidos acerca do funcionamento do comércio durante o período de carnaval deste ano de 2021, visando diminuir as dúvidas acerca da questão, emite a presente Nota Técnica de Esclarecimento, nos seguintes termos:

Os dias reservados aos festejos do carnaval não são considerados feriados, nada obstante a tradição ter criado essa cultura, inclusive como rito religioso antecedente à Quaresma. A Lei nº 9.093/95 estabelece que serão feriados somente aqueles declarados em lei federal, estadual ou municipal, não havendo, em relação ao carnaval, legislação nesse sentido.

A segunda-feira, a terça-feira de carnaval e a quarta-feira de cinzas eram considerados dias facultativos para o funcionamento da máquina pública estadual, que neste ano de 2021, em decorrência da pandemia da COVID-19, o Governo do Estado RN decretou que haverá expediente normal nas repartições públicas (Decreto nº 30.369, de 1º de fevereiro de 2021).

Além disso, o "dia do comerciário", que tradicionalmente era comemorado em 30 de outubro, foi objeto de negociação coletiva de trabalho pelo SINDILOJAS/RN há alguns anos, tendo sido antecipado para a segunda-feira de carnaval de cada ano. Entretanto, neste ano de 2021, considerando a pandemia e o novo decreto do Governo do Estado, o SINDILOJAS/RN e o Sindicato laboral dos comerciários celebraram Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho vigente (data-base na data 1ª de abril), para autorizar o funcionamento facultativo do comércio no dia destinado aos comerciários, mas com pagamento de adicional de 100% sobre as horas trabalhadas e mediante adoção de alguns procedimentos administrativos.

A Convenção Coletiva de Trabalho e o Termo Aditivo referenciados, celebrados pelo SINDILOJAS/RN, são aplicados em todo o Estado do Rio Grande do Norte, exceto: a, nos municípios do Estado do RN onde existem sindicatos patronais do comércio varejista filiados à Fecomércio RN, quais sejam: Mossoró, Assis, Macaíba, Santa Cruz, Nova Cruz, São Paulo do Potengi, Currais Novos; e Caicó; b, nos segmentos econômicos que possuam sindicatos próprios das suas categorias no Estado do RN filiados à Fecomércio RN, quais sejam: comércio atacadista; comércio varejista de gêneros alimentícios; comércio varejista de produtos farmacêuticos; comércio varejista de peças e acessórios para veículos; representantes comerciais e empresas de representação comercial; empresas de asseio, conservação e limpeza urbana pública e privada; e empresas de compra, venda, locação, imobiliárias, incorporadoras, loteadoras, colonizadoras, urbanizadoras e administração de imóveis.

Dito de outra forma, nos municípios ou nos segmentos econômicos em que existam sindicatos patronais específicos e regulamente constituídos, prevalecerá o que estiver previsto nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs), acaso celebradas, as quais poderão ser adotadas, conforme o caso e mediante negociação entre as entidades sindicais signatárias, para dispor, entre outras questões, sobre o funcionamento no carnaval.

É oportuno destacar que nos municípios onde os sindicatos não tenham celebrado Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs), os dias de carnaval, por força da legislação vigente, são considerados dias normais de trabalho, exceto se houver lei municipal dispondo em contrário. Acaso o comércio, desses municípios, deseje pactuar algo diferenciado em relação ao trabalho nos dias de carnaval, como, por exemplo, a concessão de folga aos empregados para posterior compensação, na forma de banco de horas, as empresas deverão pactuar por acordo individual escrito (se a compensação ocorrer em até seis meses) ou acordo coletivo de trabalho, diretamente com o Sindicato laboral (se a compensação ocorrer no período máximo de um ano).

Veículo: CNC - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21

Título: Fecomércio-RN discute Lei Geral da Micro e Pequena Empresa com governadora Fátima Bezerra **Impacto:** Positivo

Link: <http://cnc.org.br/editorias/sistema-comercio/noticias/fecomercio-rn-discute-lei-geral-da-micro-e-pequena-empresa-com>



HOME > EDITORIAL > SISTEMA COMÉRCIO > NOTÍCIAS > Fecomércio-RN discute Lei Geral da Micro e Pequena Empresa com Governadora Fátima Bezerra

Fecomércio-RN discute Lei Geral da Micro e Pequena Empresa com governadora Fátima Bezerra

COMPARTILHE



SEX, 02/05/2021 - 11:39



Credito: Fecomércio-RN

O presidente da Fecomércio-RN, Marcelo Queiroz, participou, no dia 4 de fevereiro, de uma reunião com a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, para discutir alguns pontos da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no Estado. Também participaram do encontro os presidentes da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiern), Amaro Sales; da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do RN (Faern), José Álvares Vieira; da Federação Câmaras Dirigentes Logistas-RN (FCDL-RN), Afrânio Miranda; da Federações das Associação Comerciais do RN (Facern), Itamar Maciel; e o superintendente do Sebrae, Zeca Melo.

Na reunião, os representantes do setor produtivo trataram de alterações no texto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no RN, que foi sancionada em outubro de 2020 e cria um ambiente mais saudável ao funcionamento das cerca de 200 mil empresas do segmento, e contempla, entre outras coisas, políticas de desenvolvimento e incentivos, simplificação e fortalecimento do setor com compras governamentais e estímulo ao crédito e a inovação.

"A lei é muito importante para o setor e as equipes técnicas das entidades empresariais identificaram alguns pontos que ainda causam alguns entraves. Então, nós sugerimos à governadora algumas pequenas alterações, que quando forem feitas poderão melhorar ainda mais o funcionamento dos negócios", afirmou o presidente da Fecomércio-RN, Marcelo Queiroz.

Fátima Bezerra destacou a sensibilidade do Governo às questões técnicas do processo. "Quero louvar todo o movimento que foi feito com a categoria e toda a discussão de nossa área técnica. Confio na capacidade profissional de cada um, e este é um governo pé no chão. Essa é uma Lei que mexe com a vida das pessoas, por isso é preciso uma análise bem apurada", disse. "Temos um diálogo muito transparente com o setor empresarial, com divergências, que são naturais, mas com convergências também", afirmou a governadora.

Ao final do encontro, o presidente do Sistema Fecomércio-RN, Marcelo Queiroz, disse que "a conversa foi muito boa e proveitosa. Chegaremos a um denominador comum".

Veículo: Versátil News - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Fecomércio: Setor produtivo discute Lei Geral da Micro e Pequena Empresa com Governadora Fátima Bezerra **Impacto:** Positivo

Link: <https://www.versatilnews.com.br/2021/02/fecomercio-setor-produtivo-discute-lei-geral-da-micro-e-pequena-empresa-com-governadora-fatima-bezerra>

Fecomércio: Setor produtivo discute Lei Geral da Micro e Pequena Empresa com Governadora Fátima Bezerra

5 de fevereiro de 2021 | Comunicação | Coluna Versátil News



O presidente da Fecomércio RN e do Conselho Deliberativo do Sebrae RN, **Marcelo Queiroz**, participou na manhã desta quinta-feira, 4, de uma reunião com a governadora Fátima Bezerra, no **Hotel-Escola Senac Barreira Roxa**, para discutir alguns pontos da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no RN. Também participaram do encontro os presidentes da Fiem, Amaro Sales; da Faem, José Álvares Viera; da FCDL, Afrânio Miranda; da Facem, Itamar Maciel, e o superintendente do Sebrae, Zeca Melo.

Na reunião, os representantes do setor produtivo trataram de alterações ao texto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no RN, que foi sancionada em outubro de 2020 e cria um ambiente mais saudável ao funcionamento das cerca de 200 mil empresas do segmento, e contempla, entre outras coisas, políticas de desenvolvimento e incentivos, simplificação e fortalecimento do setor com compras governamentais, estimulando o crédito e a inovação.

"A lei é muito importante para o setor e a equipes técnicas das entidades empresariais identificaram alguns pontos que ainda causam alguns entraves. Então nós sugerimos à governadora algumas pequenas alterações, que quando forem feitas poderão melhorar ainda mais o funcionamento dos negócios", afirmou o **presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz**.

A governadora Fátima destacou a sensibilidade do Governo às questões técnicas do processo. "Quero louvar todo o movimento que foi feito com a categoria e toda a discussão de nossa área técnica. Confio na capacidade profissional de cada um e este é um governo pé no chão. Essa é uma Lei que mexe com a vida das pessoas, por isso é preciso uma análise bem apurada", disse. "Temos um diálogo muito transparente com o setor empresarial, com divergências, que são naturais, mas, com convergências também", afirmou a chefe do Executivo estadual.



O secretário-chefe do Gabinete Civil, Raimundo Alves, reforçou que pontos de divergência são naturais e que, seguramente, o Governo do Estado estudará eventuais alterações na legislação vigente, a fim de gerar um ambiente de equilíbrio para o poder público e a iniciativa privada.

Ao final do encontro, o **presidente do Sistema Fecomércio do RN, Marcelo Queiroz**, disse que "a conversa foi muito boa e proveitosa. Chegaremos a um denominador comum".

Também compareceram à reunião os secretários estaduais de Tributação, Carlos Eduardo Xavier, e o de Desenvolvimento Econômico, Jaime Calado.

*Com informações da assessoria de Comunicação do Governo do RN

Veículo: Grande Ponto - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Setor produtivo discute Lei Geral da Micro e Pequena Empresa com Fátima Bezerra Fonte: Portal Grande Ponto **Impacto:** Positivo

Link: <https://grandeponto.com.br/noticia/setor-produtivo-discute-lei-geral-da-micro-e-pequena-empresa-com-fatima-bezerra>

RECÓDIO

05/02/2021 17:01

Setor produtivo discute Lei Geral da Micro e Pequena Empresa com Fátima Bezerra



Facebook Twitter LinkedIn YouTube Instagram

O presidente da Fecomércio RN e do Conselho Deliberativo do Sebrae RN, Marcelo Queiroz, participou na manhã desta quinta-feira, 4, de uma reunião com a governadora Fátima Bezerra, no Hotel-Escola Senac Barragem Riota, para discutir alguns pontos da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no RN. Também participaram do encontro os presidentes da Fiem, Amaro Sales; da Fiem, José Akleires Menezes; da FCDL, Afrônio Miranda; da Fapem, Ramar Maciel; e o superintendente do Sebrae, Zeca Melo.

Na reunião, os representantes do setor produtivo trataram de alterações ao texto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no RN, que foi sancionada em outubro de 2020 e cria um ambiente mais saudável ao funcionamento das cerca de 200 mil empresas do segmento, e contempla, entre outras coisas, políticas de desenvolvimento e incentivos, simplificação e fortalecimento do setor com compras governamentais, estimulando o crédito e a inovação.

"A lei é muito importante para o setor e a equipes técnicas das entidades empresariais identificaram alguns pontos que ainda causam alguns entraves. Então nós sugerimos à governadora algumas pequenas alterações, que quando forem feitas poderão melhorar ainda mais o funcionamento dos negócios", afirmou o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

A governadora Fátima destacou a sensibilidade do Governo às questões técnicas do processo. "Quero elogiar todo o movimento que foi feito com a categoria e toda a discussão de nossa área técnica. Conto na capacidade profissional de cada um e este é um governo pé no chão. Essa é uma Lei que nasce com a vida das pessoas, por isso é preciso uma análise bem apurada", disse. "Temos um diálogo muito transparente com o setor empresarial, com divergências, que são naturais, mas, com convergências também", afirmou a chefe do Executivo estadual.

O secretário-chefe do Gabinete Civil, Raimundo Abreu, reforçou que pontos de divergência são naturais e que, seguramente, o Governo do Estado estudará eventuais alterações na legislação vigente, a fim de gerar um ambiente de equilíbrio para o poder público e a iniciativa privada.

Após o fim do encontro, o presidente do Sistema Fecomércio do RN, Marcelo Queiroz, disse que "a conversa foi muito boa e proveitosa. Chegamos a um denominador comum".

Também compareceram à reunião os secretários estaduais de Tributação, Carlos Eduardo Xavier; e o de Desenvolvimento Econômico, Jaime Calado.

Veículo: Portal Acontece RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Mossoró / RN
Título: Poti-Cultural Sesc encerra apresentações em fevereiro **Impacto:** Positivo
Link: <http://portalacontecern.com.br/site/noticia/poti-cultural-sesc-encerra-apresentacoes-em-fevereiro>

Poti-Cultural Sesc encerra apresentações em fevereiro

O projeto realizado no estado foi desenvolvido em plena pandemia, com 40 propostas contempladas e exibidas nas plataformas digitais da instituição.

Quarta-feira, 03 de Fevereiro de 2021 - 14:20h



Uma das maiores iniciativas de proteção à cultura do estado encerra neste mês o ciclo de 40 trabalhos apresentados nas plataformas digitais do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN), instituição do Sistema Econômico RN.

O Poti-Cultural Sesc surgiu em meio à pandemia do Coronavírus como medida para amenizar os impactos da doença na classe artística do Rio Grande do Norte, tendo em vista que o setor foi um dos mais afetados.

Em dezembro de 2020, após a pandemia do Covid-19, o segmento cultural gerava o espaço para 5,5% dos brasileiros, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD).

Foi mais uma ação do Sesc RN nesta pandemia e com dois resultados positivos. Primeiro, valorizar o trabalho do artista local, abrindo as portas para os mais variados estilos. Segundo, levar conteúdo artístico-cultural para a sociedade e de maneira acessível, coerente o diretor regional do Sesc RN, Fernando Virgílio.

As apresentações da segunda edição do Poti-Cultural seguem até o dia 25 de fevereiro, nos segmentos artes cênicas, audiovisual, música, literatura, arte educação, patrimônio cultural, ação formativa e arte visual. Toda a programação encontra-se disponível no site sesc.com.br.

Poti-Cultural

Os trabalhos selecionados foram inscritos em formato digital e disponibilizados ao público gratuitamente nas redes sociais do Sesc RN. A primeira edição recebeu 229 inscrições das quais 60 foram selecionadas, resultando em mais de 3.000 visualizações no canal do Youtube e do Spotify do Sesc.

Cada artista teve a opção de receber uma proposta, e os selecionados receberão um valor bruto de R\$ 1.500 (mil e quinhentos), com a condição de ser residente no RN e ter mais de 18 anos.

Serviço

O que? Programação fevereiro do Poti-Cultural Sesc (2ª edição)

Onde? Youtube do Sesc RN

Programação completa no sesc.com.br

Veículo: SESC RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** RN
Título: Poti-Cultural Sesc encerra apresentações em fevereiro **Impacto:** Positivo
Link: <https://www.sescrn.com.br/noticias/500/poti-cultural-sesc-encerra-apresentaes-em-fevereiro>

05 DE FEVEREIRO DE 2021

Poti-Cultural Sesc encerra apresentações em fevereiro

O projeto inédito no estado foi idealizado em plena pandemia, com 30 propostas contempladas e exibidas nas plataformas digitais da instituição.

Uma das maiores iniciativas de promoção à cultura do estado encerra neste mês o ciclo de 90 trabalhos apresentados nas plataformas digitais do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN), instituição do Sistema Fecomércio RN.

O Poti-Cultural Sesc surgiu em meio à pandemia do Coronavírus como medida para amenizar os impactos da doença na classe artística do Rio Grande do Norte, tendo em vista que o setor foi um dos mais afetados.

Em dezembro de 2019, antes da pandemia da Covid-19, o segmento cultural gerava ocupação para **5,6% dos brasileiros**, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD).

"Foi mais uma ação do Sesc RN nesta pandemia e com dois resultados positivos. Primeiro, valorizar o trabalho do artista local, abrindo as portas para os mais variados estilos. Segundo, levar conteúdo artístico-cultural para a sociedade e de maneira acessível", comenta o **diretor regional do Sesc RN, Fernando Virgílio**.

As apresentações da segunda edição do Poti-Cultural seguem até o dia 28 de fevereiro, nos segmentos: artes cênicas, audiovisual, música, literatura, arte educação, patrimônio cultural, ação formativa e arte visual. Toda a programação encontra-se disponível no site sescrn.com.br.

Poti-Cultural

Os trabalhos selecionados foram inscritos em formato digital e disponibilizados ao público gratuitamente nas redes sociais do Sesc RN. A primeira edição recebeu 229 inscrições das quais 50 foram selecionadas, resultando em mais de 3.200 visualizações no canal do Youtube e do Spotify do Sesc.

Cada artista teve a opção de inscrever uma proposta, e os selecionados receberam um valor bruto de R\$ 1.000 (mil reais), com a condição de ser residente no RN e ter mais de 18 anos.

Serviço:

O que? Programação fevereiro do Poti-Cultural Sesc (2ª edição)

Onde? Youtube do Sesc RN

Programação completa no sescrn.com.br



Veículo: TRIBUNA DE NOTÍCIAS - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21

Título: Poti-Cultural Sesc encerra apresentações em fevereiro **Impacto:** Positivo

Link: <http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/02/poti-cultural-sesc-encerra.html>

POTI-CULTURAL SESC ENCERRA APRESENTAÇÕES EM FEVEREIRO

23/02/2021 - 08h



Uma das maiores iniciativas de promoção à cultura do estado encerra neste mês o ciclo de 40 trabalhos apresentados nas plataformas digitais do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN), instituição do Sistema Fecomércio RN.

O Poti-Cultural Sesc surgiu em meio à pandemia da Coronavírus, como medida para amenizar os impactos da doença na classe artística do Rio Grande do Norte, tendo em vista que o setor foi um dos mais afetados.

Em dezembro de 2020, antes da pandemia da Covid-19, o segmento cultural gerava ocupação para 5,8% dos brasileiros, segundo dados de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD).

"Foi mais uma ação do Sesc RN nesta pandemia e com dois resultados positivos. Primeiro, valorizar o trabalho do artista local, abrindo as portas para os mais variados estilos. Segundo, levar conteúdo artístico-cultural para a sociedade e de maneira acessível", comenta o diretor regional do Sesc RN, Fernando Virgílio.

As apresentações da segunda edição do Poti-Cultural seguiram até o dia 28 de fevereiro, nos segmentos: artes cênicas, audiovisual, música, literatura, arte educação, patrimônio cultural, ação formativa e arte visual. Toda a programação encontra-se disponível no site www.sesc.com.br.

Poti-Cultural

Os trabalhos selecionados foram inscritos em formato digital e disponibilizados ao público gratuitamente nas redes sociais do Sesc RN. A primeira edição recebeu 229 inscrições dos quais 66 foram selecionadas, resultando em mais de 3.200 visualizações no canal do YouTube e do Spotify do Sesc.

Cada artista teve a opção de inscrever uma proposta, e os selecionados receberam um valor bruto de R\$1.000 (mil reais), com a condição de ser residente no RN e ter mais de 18 anos.

Serviço:

O que? Programação fevereiro do Poti-Cultural Sesc (2ª edição)

Onde? Youtube e Sesc RN

Programação completa no www.sesc.com.br

Veículo: Grande Ponto - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Prefeito de Macaíba conhece projetos desenvolvidos pela Fecomércio-RN **Impacto:** Positivo
Link: <https://grandeponto.com.br/noticia/prefeito-de-macaiba-conhece-projetos-desenvolvidos-pela-fecomercio-rn>



O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, apresentou, na quarta-feira (05), ao prefeito de Macaíba, Eraldo Júnior, o trabalho desenvolvido pela Fecomércio, Sesc e Senac no estado. Acompanha com o presidente, o vice-presidente da Fecomércio e presidente do Sindicato de Macaíba, Luiz Lacerda; o diretor Regional do Sesc, Fernando Virgílio, e do Senac, Raimary Pereira.

"Alguns municípios têm uma nova gestão no Executivo, como é o caso de Macaíba. Então provocamos essa reunião com o prefeito e alguns dos seus secretários para mostrar o trabalho desenvolvido pelo Sistema Fecomércio na cidade, que conta com uma entidade de patronato filiada à Fecomércio, uma unidade do Sesc e ações desenvolvidas pelo Senac", disse Marcelo Queiroz.

O Sesc está em Macaíba desde 1993, e atualmente tem quase 200 alunos matriculados nas turmas de educação infantil, ensino fundamental e outras atividades educacionais. Oferece a modalidade Esportes Heli para crianças de 4 a 10 anos, e na clínica *OdontoSesc*, realiza mais de 3.500 consultas por ano.

O município também foi beneficiado com ações do *Mais Brasil*, do Programa de Comprometimento e Qualidade do Sesc, com entrega de kits escolares e cestas básicas para cerca de 200 alunos. Já o Senac promove cursos variados de capacitação profissional.

Durante o encontro, também foi apresentado o Programa Rede de Desenvolvimento Econômico Local-DEL, pelo técnico do Senac Marcelo Mito. Atualmente o DEL 4 é aplicado em três cidades da Rio Grande do Norte voltado para o turismo, e pode ser adaptado para o desenvolvimento de outras atividades econômicas. "O Del em Macaíba será aplicado atendendo os potenciais econômicos da cidade", completou Mito.

O vice-presidente da Fecomércio e presidente do Sindicato, Luiz Lacerda, reforçou que o trabalho do DEL envolve os atores da cidade interessados no crescimento da mesma. "Temos que preparar Macaíba e os macaibenses para o mercado de trabalho, para o empreendedorismo, e isso o Sistema Fecomércio pode oferecer. Somos parceiros da prefeitura", garantiu o dirigente.

O prefeito de Macaíba, Eraldo Júnior, disse que a cidade é a bola da vez do desenvolvimento e está em busca de parceiros para auxiliar este processo. "Temos vontade e interesse que a cidade se desenvolva, e estamos de portas abertas para a Fecomércio, o Sesc e o Senac, para trabalhar em conjunto. Um trabalho em que todos ganham", afirmou.

Participaram também os secretários de Desenvolvimento Econômico, Auri Simplicio, de Administração, Socrates Júnior, e o presidente da CDL Macaíba, Isabela de Souza.

Veículo: Boletim Salesiano - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21

Título: Dom Bosco Gramoré doa alimentos arrecadados em parceria local **Impacto:** Positivo

Link: <https://boletimsalesiano.org.br/materias/acao-social/item/11791-dom-bosco-gramor-e-doa-alimentos-arrecadados-em-parceria-local.html>

Dom Bosco Gramoré doa alimentos arrecadados em parceria local

Friday, 05 February 2021 15:51

Written by: RSB-Social e Centro Educacional Dom Bosco

Share 0 Like 0 Tweet



Doação foi realizada no dia 27 de janeiro e contemplou 800 famílias em situação de vulnerabilidade do Rio Grande do Norte.

O Centro Educacional Dom Bosco (CEDB), em Natal, RN, com o apoio da doação de alimentos do Programa Mesa Brasil do SESC/RN, distribuiu mais de 13 mil itens alimentícios para 800 famílias em situação de vulnerabilidade do Rio Grande do Norte. A ação contou com muita organização e planejamento para garantir o atendimento às medidas de segurança e prevenção impostas pela pandemia da Covid-19.

O CEDB teve as atividades presenciais do oratório diário suspensas em março de 2020. Desde então, vem articulando parcerias e buscando apoiadores na arrecadação e distribuição de alimentos e materiais de higiene e limpeza, além do uso das redes sociais e canais virtuais para manutenção da assistência psicossocial aos atendidos pela obra e suas famílias.

Para contribuir com as ações do Centro Educacional Dom Bosco (CEDB) ou com as demais obras sociais salesianas pelo Brasil sem sair de casa, acesse o site da [União Pela Vida \(UPV\)](#) ou baixe o aplicativo da UPV disponível para [Android](#) e [iOS](#).

Sobre o Programa Mesa Brasil

O Programa Mesa Brasil compõe uma rede nacional de solidariedade que desenvolve ações de segurança alimentar e nutricional. No Rio Grande do Norte, atua em Natal e Mossoró e é uma ação conjunta que integra o Sesc, empresas e instituições sociais no combate à fome e ao desperdício de alimentos, com um papel proativo e socialmente responsável. Paralelamente, desenvolve ações educativas (oficinas de reaproveitamento de alimentos) e exercício da cidadania.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: Empresários vão cobrar do Poder Público manutenção de feriados de Carnaval no RN **Impacto:** Positivo
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/empresa-rios-va-o-cobrar-do-poder-paoblico-manutena-a-o-de-feriados-de-carnaval-no-rn/502185>

Empresários vão cobrar do Poder Público manutenção de feriados de Carnaval no RN

Publicação: 2021-02-05 09:04:00

A suspensão do feriado de Carnaval no Rio Grande do Norte será alvo de questionamento por parte do setor empresarial potiguar. De acordo com o presidente do do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Rio Grande do Norte (SHRBS-RN), Habib Chaita, os empresários dos setores representados pela **Federação do Comércio do Rio Grande do Norte (Fecomércio)** encaminharão nesta sexta-feira (5) uma carta conjunta ao Poder Público justificando a necessidade de manutenção do feriado no período de Carnaval e enumerando os possíveis prejuízos a dezenas de segmentos empresariais.

Créditos: Alex Régis



Empresários querem manutenção de feriados no Carnaval

saiba mais

- Lojas no Rio Grande do Norte deverão abrir durante o carnaval para reduzir prejuízos
- Decreto suspende pontos facultativos do Carnaval
- Apesar de Carnaval estar suspenso, Natal é um dos destinos mais procurados para período
- Governo do RN publica decreto suspendendo feriado de Carnaval e proibindo festas no período
- Governo do RN e Prefeitura cancelam ponto facultativo no Carnaval 2021

Na semana passada, a Prefeitura do Natal e o Governo do Estado informaram que suspenderiam o ponto facultativo no Poder Público durante o Carnaval, além de determinarem a proibição de festas públicas e privadas durante o período. A medida, no entanto, não foi seguida por diversos setores, que mantiveram a suspensão do trabalho para dias do Carnaval, como comércio, supermercados, bancos e outros órgãos públicos, como Tribunal de Justiça e Assembleia Legislativa.

Em entrevista ao Jornal da Manhã, da Jovem Pan News Natal, Habib Chaita explicou que a suspensão do feriado opode prejudicar diretamente a recuperação do setor de hotéis, bares e restaurantes, já que a aposta para esse ano era que o turismo regional, com os próprios potiguares e turistas de estados vizinhos circulando pelo Rio Grande do Norte, amenizasse os prejuízos acumulados no setor durante a pandemia da Covid-19. Para Chaita, é necessária uma discussão junto ao setor antes de uma decisão como essa.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 05/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2

Título: Empresários vão cobrar do Poder Público manutenção de feriados de Carnaval no RN

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/empresa-rios-va-o-cobrar-do-poder-paoblico-manutena-a-o-de-feriados-de-carnaval-no-rn/502185>

"É necessário que o setor também seja consultado com relação a esses últimos decretos, sobre o ponto facultativo. Eu me pergunto: será que as pessoas que promovem o turismo interno terão a liberdade de viajar? O turismo interno é prejudicado diretamente por esse decreto. O Rio Grande do Norte passa por uma situação difícil economicamente, agora é que os números estão aparecendo após um ano de desastre na saúde e na economia. O Carnaval, que é um momento de ocupação, onde o litoral se vê em receita e cadeia produtiva lucra, foi cortado em virtude do cancelamento do feriado. Isso vem prejudicar gravemente a cadeia", explicou Habib Chalita.

No entendimento do empresário, quando "a força econômica", que é a população, não está sendo liberada das atividades no feriado, a economia do estado é atingida. "Quem é que não vai para a praia? Essa faixa do turismo interno está proibida porque é a faixa que o ponto cancelou e serve somente para alguns, e não para todos. Isso atinge a cadeia do Turismo que são 45 setores do RN", lamentou.

Para tentar retomar os feriados, os empresários tiveram uma reunião na quinta-feira (4), onde levantaram as alternativas e apresentaram os dados que serão encaminhados ao Governo do Estado e Prefeitura do Natal. Segundo Habib Chalita, o documento visa "explicar que foi uma medida equivocada", justificando com números. "Sobrevivemos do turismo regional e interno e essa é uma medida que vem a prejudicar a cadeia econômica, não somente as hospedagens, mas também o setor de alimentação saem perdendo com um decreto desse. Imagine o quanto deixa de se arrecadar", disse.

Caso o decreto estadual não seja revogado e os pontos facultativos permaneçam suspensos, Habib Chalita acredita em um prejuízo significativo para diversos setores. "Com esse decreto, já temos números suficientes para dizer que vai ser uma catástrofe com relação às hospedagens. Se estávamos tentando incentivar o turismo interno, que movimentasse... Não vamos atingir a ocupação do ano anterior, mas precisamos fazer com que as empresas sobrevivam. Chegamos a ter no ano passado um Carnaval com nível nacional, ocupação de 85%, mas esse ano, com milagre, queremos que chegue pelo menos a 40%".

Veículo: Pauta Aberta - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 06/02/21 - **Cidade/UF:** RN

Título: Sesc/RN: Projeto Poti-Cultural encerra apresentações neste mês de fevereiro **Impacto:** Positivo

Link: http://blogpautaaberta.blogspot.com/2021/02/blog-post_542.html

sábado, 6 de fevereiro de 2021

Sesc/RN: Projeto Poti-Cultural encerra apresentações neste mês de fevereiro

Uma das maiores iniciativas de promoção à cultura do estado encerra neste mês o ciclo de 90 trabalhos apresentados nas plataformas digitais do Serviço Social do Comércio do RN (Sesc/RN), instituição do Sistema Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio/RN).

O projeto Poti-Cultural surgiu em meio a pandemia da COVID-19 como medida para amenizar os impactos da doença na classe

artística do estado, tendo em vista que o setor foi um dos mais afetados.

As apresentações da segunda edição do Poti-Cultural seguem até o dia 28 de fevereiro em curso, nos segmentos: artes cênicas, audiovisual, música, literatura, arte educação, patrimônio cultural, ação formativa e arte visual.

Toda a programação encontra-se disponível no endereço eletrônico www.sescrn.com.br. Os trabalhos selecionados foram inscritos em formato digital e disponibilizados ao público gratuitamente nas redes sociais do Sesc/RN.

A primeira edição recebeu 229 inscrições das quais 50 foram selecionadas, resultando em mais de 3.200 visualizações no canal do YouTube e do Spotify do Sesc/RN.

Cada artista teve a opção de inscrever uma proposta, e os selecionados receberam um valor bruto de R\$ 1 mil, com a condição de ser residente no estado do RN e ter mais de 18 anos de idade, cita informação do portal virtual da Fecomércio/RN.



Imagem: Ilustração

Veículo: Hilneth Correia - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 06/02/21

Título: Nota técnica sobre o funcionamento do comércio no Carnaval **Impacto:** Positivo

Link: <http://hilnethcorreia.com.br/2021/02/06/nota-tecnica-sobre-funcionamento-do-comercio-no-carnaval>

NA HORA H

NOTA TÉCNICA SOBRE FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO NO CARNAVAL



By Hilneth Correia

Posted on 6 de fevereiro de 2021

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte – **Fecomércio RN**, considerando o expressivo volume de consultas e questionamentos recebidos acerca do funcionamento do comércio durante o período de carnaval deste ano de 2021, e visando dirimir as dúvidas acerca da questão, elenca a presente Nota Técnica de Esclarecimento, nos seguintes termos:

Os dias reservados aos festejos do carnaval são considerados feriados, nada obstante a tradição (e criação) dessa cultura, inclusive como marco religioso antecedente à Quaresma. **A Lei nº 9.093/96 estabelece que serão feriados somente aqueles declarados em lei federal, estadual ou municipal, não havendo, em relação ao carnaval, legislação nesse sentido.**

A segunda-feira, terça-feira de carnaval e a quarta-feira de cinzas são considerados dias facultativos para o funcionamento da máquina pública estadual, que neste ano de 2021, em decorrência da pandemia da COVID-19, o Governo do Estado RN decretou que haverá expediente somente nas repartições públicas (Decreto nº 30.569, de 1º de fevereiro de 2021).

Além disso, o "dia do comércio", que tradicionalmente era comemorado em 30 de outubro, foi objeto de negociação coletiva de trabalho pelo SINDICATOJASRN há alguns anos, tendo sido antecipado para a segunda-feira de carnaval de cada ano. Entretanto, neste ano de 2021, considerando a pandemia e o novo decreto do Governo do Estado, o SINDICATOJASRN e o Sindicato laboral dos comerciantes celebraram Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho regida (data-base no dia 1º de abril), para autorizar o funcionamento facultativo do comércio no dia destinado aos comerciantes, mas com pagamento de adicional de 100% sobre as horas trabalhadas e mediante adoção de alguns procedimentos administrativos.

A Convenção Coletiva de Trabalho e o Termo Aditivo referenciados, celebradas pelo SINDICATOJASRN, são aplicados em todo o Estado do Rio Grande do Norte, exceto:

a. Nos municípios do Estado do RN onde existem sindicatos patronais do comércio varejista filiados à FECOMÉRCIO RN, quais sejam: Mossoró, Ayçu, Macaíba, Santa Cruz, Nova Cruz, São Paulo do Potengi, Currais Novos, e Caicó;

b. Nos segmentos econômicos que possuem sindicatos próprios das bases categoriais no Estado do RN filiados à FECOMÉRCIO RN, quais sejam: comércio varejista; comércio varejista de gêneros alimentícios; comércio varejista de produtos farmacêuticos; comércio varejista de peças e acessórios para veículos; representantes comerciais e empresas de representação comercial; empresas de ensino; conservação e limpeza urbana pública e privada; e empresas de compra, venda, locação, imobiliárias, incineradoras, loteadoras, colônias, urbanizadoras e administração de imóveis;

Cito de outra forma, nos municípios ou nos segmentos econômicos em que existam sindicatos patronais específicos e regularmente constituídos, prevalecerá o que estiver previsto nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs), caso celebradas, as quais poderão ser editadas, conforme o caso e mediante negociação entre as entidades sindicais signatárias, para dispor, entre outras questões, sobre o funcionamento no carnaval;

É oportuno destacar que nos municípios onde os sindicatos não tenham celebrado Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs), os dias de carnaval, por força da legislação vigente, são considerados dias normais de trabalho, exceto se houver lei municipal dispondo em contrário. Acaso o comércio, desses municípios, desaje pactuar algo diferenciado em relação ao trabalho nos dias de carnaval, como, por exemplo, a concessão de folga aos empregados para posterior compensação, na forma de banco de horas, as empresas deverão pactuar por acordo individual escrito (ou a compensação ocorrer em até seis meses) ou acordo coletivo de trabalho, ditado em conjunto com o Sindicato laboral (ou a compensação ocorrer no período máximo de um ano).

Fecomércio RN

Veículo: Blog do BG - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 06/02/21 - **Cidade/UF:** RN

Título: Sindicato aponta "catástrofe" financeira sem feriado de carnaval no Rio Grande do Norte **Impacto:** Positivo

Link: <https://www.blogdobg.com.br/sindicato-aponta-catastrofe-financeira-sem-feriado-d-e-carnaval-no-rio-grande-do-norte>



BLOG DO BG
por Bruno Giovanni
O que você está procurando?
ADQUIRA SEU JAGUAR LAND ROVER SEM SAIR DE CA

06/02/2021 às 07:40 em [CIDADES](#)

Sindicato aponta “catástrofe” financeira sem feriado de carnaval no Rio Grande do Norte

A suspensão do feriado de Carnaval no Rio Grande do Norte, determinada pela governadora Fátima Bezerra a partir do Decreto Nº 30.369/2021 é alvo de questionamento por parte do setor empresarial potiguar. De acordo com o presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Rio Grande do Norte (SHRBS-RN), Habib Chalita, caso o decreto estadual em referência, que determinou a suspensão das festividades do período carnavalesco, além do cancelamento dos pontos facultativos compreendidos entre os dias 15 e 17 de fevereiro próximo, o setor de alimentos e bebidas, além do turismo, sofrerá uma “catástrofe” financeira.

Habib Chalita acredita em um prejuízo significativo para diversos setores. “Com esse decreto, já temos números suficientes para dizer que vai ser uma catástrofe com relação às hospedagens. Se estávamos tentando incentivar o turismo interno, que movimentasse... Não vamos atingir a ocupação do ano anterior, mas precisamos fazer com que as empresas sobrevivam. Chegamos a ter no ano passado um Carnaval com nível nacional, ocupação de 85%, mas esse ano, com milagre, queremos que chegue pelo menos a 40%”.

Os empresários dos setores representados pela [Federação do Comércio do Rio Grande do Norte \(Fecomércio\)](#) encaminharam nesta sexta-feira (5) uma carta conjunta ao Poder Público justificando a necessidade de manutenção do feriado no período de Carnaval e enumerando os possíveis prejuízos a dezenas de segmentos empresariais. No documento, os empresários pedem a revogação do Artigo 2º, que discorre sobre a suspensão dos pontos facultativos entre os dias 15 e 17 deste mês. Eles não pedem a realização de festas públicas ou privadas no período, apenas o retorno dos pontos facultativos.

Na semana passada, a Prefeitura do Natal e o Governo do Estado informaram que suspenderiam o ponto facultativo no Poder Público durante o Carnaval, além de determinarem a proibição de festas públicas e privadas durante o período. A medida, no entanto, não foi seguida por diversos setores, que mantiveram a suspensão do trabalho para dias do Carnaval, como comércio, supermercados, bancos e outros órgãos públicos, como Tribunal de Justiça e Assembleia Legislativa, por exemplo.

Confira matéria completa na [Tribuna do Norte](#).

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 06/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/3
Título: Sindicato aponta "catástrofe" financeira sem feriado de carnaval no Rio Grande do Norte **Impacto:** Positivo
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sindicato-aponta-a-cata-strofea-financeira-sem-feriado-de-carnaval-no-rio-grande-do-norte/502240>

Sindicato aponta "catástrofe" financeira sem feriado de carnaval no Rio Grande do Norte

Publicação: 2021-02-08 00:03:05

A suspensão do feriado de Carnaval no Rio Grande do Norte, determinada pela governadora Fátima Bezerra a partir do Decreto Nº 30.369/2021 é alvo de questionamento por parte do setor empresarial potiguar. De acordo com o presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Rio Grande do Norte (SHRBS-RN), Habib Chalita, caso o decreto estadual em referência, que determinou a suspensão das festividades do período carnavalesco, além do cancelamento dos pontos facultativos compreendidos entre os dias 15 e 17 de fevereiro próximo, o setor de alimentos e bebidas, além do turismo, sofrerá uma "catástrofe" financeira.

Créditos: João Maria Alves/arquivo tn



Empresários temem que bares, restaurantes, hotéis e demais empreendimentos do setor sofram novas perdas financeiras no RN

Habib Chalita acredita em um prejuízo significativo para diversos setores. "Com esse decreto, já temos números suficientes para dizer que vai ser uma catástrofe com relação às hospedagens. Se estávamos tentando incentivar o turismo interno, que movimentasse... Não vamos atingir a ocupação do ano anterior, mas precisamos fazer com que as empresas sobrevivam. Chegamos a ter no ano passado um Carnaval com nível nacional, ocupação de 85%, mas esse ano, com milagre, queremos que chegue pelo menos a 40%".

Os empresários dos setores representados pela **Federação do Comércio do Rio Grande do Norte (Fecomércio)** encaminharam nesta sexta-feira (5) uma carta conjunta ao Poder Público justificando a necessidade de manutenção do feriado no período de Carnaval e enumerando os possíveis prejuízos a dezenas de segmentos empresariais. No documento, os empresários pedem a revogação do Artigo 2º, que discorre sobre a suspensão dos pontos facultativos entre os dias 15 e 17 deste mês. Eles não pedem a realização de festas públicas ou privadas no período, apenas o retorno dos pontos facultativos.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 06/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/3

Título: Sindicato aponta "catástrofe" financeira sem feriado de carnaval no Rio Grande do Norte

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sindicato-aponta-a-cata-strofea-financeira-sem-feriado-de-carnaval-no-rio-grande-do-norte/502240>

Na semana passada, a Prefeitura do Natal e o Governo do Estado informaram que suspenderiam o ponto facultativo no Poder Público durante o Carnaval, além de determinarem a proibição de festas públicas e privadas durante o período. A medida, no entanto, não foi seguida por diversos setores, que mantiveram a suspensão do trabalho para dias do Carnaval, como comércio, supermercados, bancos e outros órgãos públicos, como Tribunal de Justiça e Assembleia Legislativa, por exemplo.

Em entrevista ao Jornal da Manhã, da Jovem Pan News Natal nesta sexta-feira (5), Habib Chalita explicou que a suspensão do feriado pode prejudicar diretamente a recuperação do setor de hotéis, bares e restaurantes, já que a aposta para esse ano era que o turismo regional, com os próprios potiguares e turistas de Estados vizinhos circulando pelo Rio Grande do Norte, amenizasse os prejuízos acumulados no setor durante a pandemia da Covid-19. Para Chalita, era necessária uma discussão junto ao setor antes de uma decisão como essa.

"É necessário que o setor também seja consultado com relação a esses últimos decretos, sobre o ponto facultativo. Eu me pergunto: será que as pessoas que promovem o turismo interno terão a liberdade de viajar? O turismo interno é prejudicado diretamente por esse decreto. O Rio Grande do Norte passa por uma situação difícil economicamente, agora é que os números estão aparecendo após um ano de desastre na saúde e na economia. O Carnaval, que é um momento de ocupação, onde o litoral se vê em receita e cadeia produtiva lucra, foi cortado em virtude do cancelamento do feriado. Isso vem prejudicar gravemente a cadeia", explicou Habib Chalita.

No entendimento do empresário, quando "a força econômica", que é a população, não está sendo liberada das atividades no feriado, a economia do Estado é atingida. "Quem é que não vai para a praia? Essa faixa do turismo interno está proibida porque é a faixa que o ponto cancelou e serve somente para alguns, e não para todos. Isso atinge a cadeia do Turismo que são 45 setores do RN", lamentou.

Para tentar retomar os feriados, os empresários tiveram uma reunião na quinta-feira (4), onde levantaram as alternativas e apresentaram os dados encaminhados ao Governo do Estado e Prefeitura do Natal. Segundo Habib Chalita, o documento visa "explicar que foi uma medida equivocada", justificando com números.

"Sobrevivemos do turismo regional e interno e essa é uma medida que vem a prejudicar a cadeia econômica, não somente as hospedagens, mas também o setor de alimentação saem perdendo com um decreto desse. Imagine o quanto deixa de se arrecadar", disse Chalita.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 06/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 3/3
Título: Sindicato aponta "catástrofe" financeira sem feriado de carnaval no Rio Grande do Norte
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sindicato-aponta-a-cata-strofea-financeira-sem-feriado-de-carnaval-no-rio-grande-do-norte/502240>

O que diz o decreto

DECRETO Nº 30.309, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2021.

Suspende a realização de festas ou eventos comemorativos de pré-carnaval e carnaval no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, revoga os incisos III, IV e V do Decreto Estadual nº 30.338, de 30 de dezembro de 2020, que estabelecem os pontos facultativos na Administração Pública Direta e Indireta nos dias 15, 16 e 17 de fevereiro de 2021 e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, V e VI, da Constituição Estadual,

Considerando o disposto no Decreto Estadual nº 30.335, de 30 de dezembro de 2020, que divulga os dias de feriados nacionais e institui e decreta os dias de ponto facultativo no ano de 2021 para os órgãos e entidades da Administração Pública estadual e dá outras providências;

Considerando o previsto nos incisos III, IV e V, do Art. 1º, do Decreto Estadual nº 30.338, de 30 de dezembro de 2020, que estabelece ponto facultativo para os dias 15, 16 e 17 de fevereiro;

Considerando o aumento nos números dos casos de infecção e reinfecção pela COVID-19 no Brasil e no Estado do Rio Grande do Norte;

Considerando as informações divulgadas por meio do indicador composto para monitoramento da pandemia pela COVID-19 no Estado do Rio Grande do Norte;

Considerando a necessidade de manutenção e estabilização dos dados epidemiológicos no Estado;

Considerando a Recomendação nº 23/2020, de 29 de janeiro de 2021, emitida pelo Comitê de Especialistas da Secretaria de Estado da Saúde Pública para o Enfrentamento da Pandemia pela COVID-19, a qual orienta a suspensão imediata de todos os atividades relacionadas ao Carnaval, seja em ambientes fechados ou abertos, incluindo carnaval de rua, clubes, shoppings e afins, no Rio Grande do Norte, bem como a suspensão do ponto facultativo do período no Estado;

Considerando que o decreto demanda a conjugação de esforços do Poder Público e das particulares para o sucesso de medidas de prevenção, controle e contenção de propagação da COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas, em todo o Estado do Rio Grande do Norte, quaisquer festas ou eventos comemorativos de carnaval, incluindo prêmios carnavalescos e similares, promovidos por entes públicos ou iniciativa privada.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput, cada órgão, entidade ou órgão de controle, no âmbito de sua competência, adotará as seguintes medidas:

I – vedação ao financiamento ou apoio de eventos comemorativos de carnaval, incluindo prêmios carnavalescos e similares durante o período em que vigorar as restrições impostas por este Decreto à Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual;

II – retorno da fiscalização estadual aos municípios quanto à proibição de realização de festas e eventos, incluindo aglomerações, bem como quanto à obrigatoriedade do uso de máscara;

Art. 2º Ficam revogados os incisos III, IV, V do Decreto Estadual nº 30.338, de 30 de dezembro de 2020 que estabelecer os pontos facultativos nos órgãos e entidades da Administração Pública direta da entidade estadual nos dias 15, 16 e 17 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio de Despachos de Luzia Lima, em Natal/RN, 1º de fevereiro de 2021, 200ª da Independência e 153ª da República.

FÁTIMA BEZERRA

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 06/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2
Título: Governo do Estado e setor produtivo discutem mudanças para a Lei Geral das MPEs **Impacto:** Positivo
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/governo-do-estado-e-setor-produtivo-discutem-mudancas-para-a-lei-geral-das-mpes/502256>

Governo do Estado e setor produtivo discutem mudanças para a Lei Geral das MPEs

Publicação: 2021-02-06 09:00:00

O governo estadual e os representantes do setor produtivo discutem mudanças na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, sancionada em outubro do ano passado. Apesar da lei ter sido enviada à Assembleia Legislativa pelo Estado e contar com o apoio do setor produtivo, existem divergências em alguns pontos da lei, vetados pela governadora Fátima Bezerra. Um deles é relacionado ao licenciamento do Corpo de Bombeiros.

Créditos: Elisa Elsie



Representantes do setor produtivo se reuniram com a governadora Fátima Bezerra e secretários de Estado na última quinta-feira

Segundo o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Jaime Calado, a preocupação do setor produtivo está relacionada à burocracia do licenciamento, mas não impedia a lei de ser implementada e beneficiar as pequenas e micro empresas. A preocupação do governo é que uma flexibilização nos alvarás do Corpo dos Bombeiros comprometa a segurança dos estabelecimentos. "Está se costurando alguns entendimentos que não deu tempo de realizar até o momento da sanção da lei, mas são detalhes", disse nesta sexta-feira (5).

Apesar de serem tratados como "detalhes", o governo estadual ainda não anunciou que fará mudanças no texto original da lei. O secretário de Tributação, Carlos Eduardo Xavier, disse que o governo ainda discute os pontos com as federações antes da discussão ser levada diretamente à governadora Fátima Bezerra para fazer ou não mudanças.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 06/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/2

Título: Governo do Estado e setor produtivo discutem mudanças para a Lei Geral das MPes

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/governo-do-estado-e-setor-produtivo-discutem-mudana-as-para-a-lei-geral-das-mpes/502256>

Do outro lado, o superintendente do Sebrae, Zeca Melo, afirmou que o setor produtivo já havia chegado num denominador comum com o governo estadual e a lei deve facilitar a realização da inspeção dos bombeiros. "O importante é a gente trabalhar para implementar a legislação. O governo está muito entusiasmado com a lei e sabemos que vai beneficiar todo o Rio Grande do Norte."

Apesar de aprovada, a lei ainda depende da regulamentação em alguns aspectos para ter maior eficácia. É o caso das condições necessárias para ter benefícios fiscais e acesso ao crédito.

Sancionada em outubro do ano passado, a lei é considerada um avanço na seguridade jurídica dos pequenos negócios e no estímulo à geração de emprego para mais de 200 mil empresas. Um dos principais pontos comemorados pela classe empresarial é a inclusão das pequenas empresas com exclusividade nas licitações das compras governamentais de até R\$ 200 mil. Elas ainda terão prioridade em outras concorrências com empresas maiores, nos critérios de desempate. O governo também deverá ter uma meta anual de participação desses negócios em compras governamentais.

A lei também cria um Fundo de Capital de Risco para capitalização das microempresas, empresas de pequeno porte e demais equiparadas, assim como manutenção permanente de um programa estadual de microcrédito. Com isso, espera-se que os pequenos negócios que se tomarem fornecedores do Estado tenham seus pagamentos garantidos através da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN).

A lei é uma reivindicação do setor produtivo há mais de dez anos e sua discussão ganhou celeridade nos últimos dois, sendo debatida amplamente com o setor, com o Governo e com a Assembleia Legislativa que aprovou o texto no último dia 21 com 50 emendas. Segundo estimativas do setor produtivo a lei abre mercado de R\$ 1,2 bilhão em em compras públicas futuras relacionadas a produtos e serviços.

"A lei é muito importante para o setor e a equipes técnicas das entidades empresariais identificaram alguns pontos que ainda causam alguns entraves.

Então nós sugerimos à governadora algumas pequenas alterações, que quando forem feitas poderão melhorar ainda mais o funcionamento dos negócios", afirmou o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 06/02/21 - Cidade/UF: DF
Título: Bolsonaro diz que estuda projeto de lei para mudar ICMS sobre combustíveis Impacto: Neutro

Bolsonaro diz que estuda projeto de lei para mudar ICMS sobre combustíveis

Presidente nega interferir no preço da Petrobras e afirma que também estuda reduzir PIS e Cofins

Folha | Paulo Gustavo Della

BRASÍLIA. O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou nesta sexta-feira (5) que está estudando um projeto de lei ao Congresso para que o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) seja reduzido sobre o preço das refinarias, e não no preço final pago pelo consumidor. "Caso seja juridicamente possível, apresentamos na próxima semana. Entrando com que o ICMS seja a taxa sobre o produto em bruto, e não sobre o preço final", afirmou o presidente.

O governo federal tem de decidir se mantém a atual estrutura de tributos sobre o preço dos combustíveis, que tem levado a revoltas em pontos de distribuição. Nesta semana, no entanto, não há nada no ar para mudar a estrutura tributária.

Segundo Bolsonaro, o projeto trata de "mudar a incidência do ICMS sobre o preço final, não sobre o preço em bruto". "Vamos fazer um projeto de lei simplificado a ser apresentado ao Parlamento de forma que a incidência do ICMS seja sobre o preço em bruto, não sobre o preço final", afirmou.

Apesar de falar no maior ICMS do Brasil, Bolsonaro disse que não quer interferir diretamente no preço final pago pelo consumidor. "Queremos mudar a incidência do ICMS sobre o preço em bruto, não sobre o preço final", afirmou.

Apesar de falar no maior ICMS do Brasil, Bolsonaro disse que não quer interferir diretamente no preço final pago pelo consumidor. "Queremos mudar a incidência do ICMS sobre o preço em bruto, não sobre o preço final", afirmou.

Apesar de falar no maior ICMS do Brasil, Bolsonaro disse que não quer interferir diretamente no preço final pago pelo consumidor. "Queremos mudar a incidência do ICMS sobre o preço em bruto, não sobre o preço final", afirmou.

Apesar de falar no maior ICMS do Brasil, Bolsonaro disse que não quer interferir diretamente no preço final pago pelo consumidor. "Queremos mudar a incidência do ICMS sobre o preço em bruto, não sobre o preço final", afirmou.

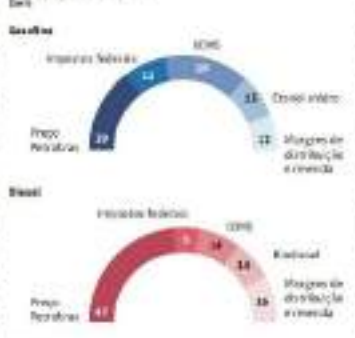
Apesar de falar no maior ICMS do Brasil, Bolsonaro disse que não quer interferir diretamente no preço final pago pelo consumidor. "Queremos mudar a incidência do ICMS sobre o preço em bruto, não sobre o preço final", afirmou.

Apesar de falar no maior ICMS do Brasil, Bolsonaro disse que não quer interferir diretamente no preço final pago pelo consumidor. "Queremos mudar a incidência do ICMS sobre o preço em bruto, não sobre o preço final", afirmou.

Apesar de falar no maior ICMS do Brasil, Bolsonaro disse que não quer interferir diretamente no preço final pago pelo consumidor. "Queremos mudar a incidência do ICMS sobre o preço em bruto, não sobre o preço final", afirmou.



Jair Bolsonaro durante anúncio sobre projeto de mudar ICMS de combustíveis, ao lado de Paulo Guedes



Agões da estatal sobem após taxa de presidente
As ações da estatal brasileira (Bolsa Brasileira) sobem após o anúncio de Jair Bolsonaro de que vai reduzir o ICMS sobre o preço em bruto das refinarias. O dólar fecha em queda de 1,5%, a BVL sobe 0,2% e o dólar fecha em queda de 1,5%.

...se os preços. A proposta é reduzir o imposto de cobrança do ICMS sobre combustíveis e reduzir o imposto de consumo dos produtos, segundo análise, embora os impactos de curto prazo sobre os preços não sejam conhecidos. Para concretizar a medida, o governo precisaria mudar o ano-base de incidência dos tributos. A ideia, no entanto, para Bolsonaro, não é mudar o próprio presidente, mas a forma de incidência dos tributos. "Não é mudar o presidente, mas a forma de incidência dos tributos", afirmou o presidente.

Culpa das reajustes é da Petrobras, dizem fazendas estaduais
Bolsonaro afirmou que a culpa das reajustes é da Petrobras, e não das fazendas estaduais. "A culpa é da Petrobras, não das fazendas estaduais", afirmou o presidente.

...se os preços. A proposta é reduzir o imposto de cobrança do ICMS sobre combustíveis e reduzir o imposto de consumo dos produtos, segundo análise, embora os impactos de curto prazo sobre os preços não sejam conhecidos. Para concretizar a medida, o governo precisaria mudar o ano-base de incidência dos tributos. A ideia, no entanto, para Bolsonaro, não é mudar o próprio presidente, mas a forma de incidência dos tributos. "Não é mudar o presidente, mas a forma de incidência dos tributos", afirmou o presidente.

...se os preços. A proposta é reduzir o imposto de cobrança do ICMS sobre combustíveis e reduzir o imposto de consumo dos produtos, segundo análise, embora os impactos de curto prazo sobre os preços não sejam conhecidos. Para concretizar a medida, o governo precisaria mudar o ano-base de incidência dos tributos. A ideia, no entanto, para Bolsonaro, não é mudar o próprio presidente, mas a forma de incidência dos tributos. "Não é mudar o presidente, mas a forma de incidência dos tributos", afirmou o presidente.

Proposta não reduziria os preços, afirmam especialistas

Marcia Thompkins

...se os preços. A proposta é reduzir o imposto de cobrança do ICMS sobre combustíveis e reduzir o imposto de consumo dos produtos, segundo análise, embora os impactos de curto prazo sobre os preços não sejam conhecidos. Para concretizar a medida, o governo precisaria mudar o ano-base de incidência dos tributos. A ideia, no entanto, para Bolsonaro, não é mudar o próprio presidente, mas a forma de incidência dos tributos. "Não é mudar o presidente, mas a forma de incidência dos tributos", afirmou o presidente.

...se os preços. A proposta é reduzir o imposto de cobrança do ICMS sobre combustíveis e reduzir o imposto de consumo dos produtos, segundo análise, embora os impactos de curto prazo sobre os preços não sejam conhecidos. Para concretizar a medida, o governo precisaria mudar o ano-base de incidência dos tributos. A ideia, no entanto, para Bolsonaro, não é mudar o próprio presidente, mas a forma de incidência dos tributos. "Não é mudar o presidente, mas a forma de incidência dos tributos", afirmou o presidente.

...se os preços. A proposta é reduzir o imposto de cobrança do ICMS sobre combustíveis e reduzir o imposto de consumo dos produtos, segundo análise, embora os impactos de curto prazo sobre os preços não sejam conhecidos. Para concretizar a medida, o governo precisaria mudar o ano-base de incidência dos tributos. A ideia, no entanto, para Bolsonaro, não é mudar o próprio presidente, mas a forma de incidência dos tributos. "Não é mudar o presidente, mas a forma de incidência dos tributos", afirmou o presidente.

...se os preços. A proposta é reduzir o imposto de cobrança do ICMS sobre combustíveis e reduzir o imposto de consumo dos produtos, segundo análise, embora os impactos de curto prazo sobre os preços não sejam conhecidos. Para concretizar a medida, o governo precisaria mudar o ano-base de incidência dos tributos. A ideia, no entanto, para Bolsonaro, não é mudar o próprio presidente, mas a forma de incidência dos tributos. "Não é mudar o presidente, mas a forma de incidência dos tributos", afirmou o presidente.

PLANOS BÔNUS		MÉDIA DE PREÇOS	
RETRABALHO 10% R\$		R\$ 100,00	
Plano A - 10%	R\$ 100,00	Plano B - 10%	R\$ 100,00
Plano C - 10%	R\$ 100,00	Plano D - 10%	R\$ 100,00
Plano E - 10%	R\$ 100,00	Plano F - 10%	R\$ 100,00
Plano G - 10%	R\$ 100,00	Plano H - 10%	R\$ 100,00
Plano I - 10%	R\$ 100,00	Plano J - 10%	R\$ 100,00

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 06/02/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Risco ambiental do governo Bolsonaro freia avanço do Brasil na OCDE **Impacto:** Neutro

Risco ambiental do governo Bolsonaro freia avanço do Brasil na OCDE

País poderia ser aprovado em comitê que trata do tema, mas discussão foi suspensa após questionamento da ONG Human Rights Watch

Patrícia Campos Mello

Uma reunião do comitê de política ambiental da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) cancelou a discussão sobre o upgrade do status do Brasil no órgão, que aconteceria na semana que vem.

O Brasil, que estava como convidado no comitê, reivindica o status de participante, que abriria caminho para acelerar o processo de adesão aos instrumentos ambientais da instituição, parte obrigatória do processo de acesso ao órgão.

Entrada na OCDE, uma espécie de clube dos países ricos, é uma das maiores prioridades da política externa do governo Bolsonaro. Na visão do governo, seria uma maneira de aumentar a confiança no país e atrair mais investimentos.

Em documento obtido pela Folha, o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, havia recomendado que, durante a reunião do dia 9, os membros aprovassem o upgrade do Brasil e a aceleração da adesão aos instrumentos. Ele afirmou que o país cumpria os critérios para se tornar participante e havia demonstrado disposição de colaborar com o comitê.

"O Brasil tem demonstrado disposição para cooperar com o comitê e contribuir para seu trabalho... compunha dados ambientais e melhores práticas", diz o documento do secretário.

No entanto, após todos os membros do comitê receberem uma carta da ONG de direitos humanos Human Rights Watch com denúncias sobre política ambiental de Bolsonaro, o Brasil foi removido da agenda da reunião do dia 9. Agora, o encontro discutirá apenas o pedido de upgrade da Bulgária, outro país que tenta entrar na OCDE.

"É extraordinário o secretário eliminar o tema da agenda dessa maneira, é um sinal claro de que as desastrosas políticas ambientais de Bolsonaro estão se tornando um obstáculo para a entrada do Brasil na OCDE", diz Daniel Wilkinson, diretor da área de Meio Ambiente e Direitos Humanos da Human Rights Watch.

"O Brasil estava elimen-

te querendo usar esse comitê para fortalecer sua candidatura à OCDE, mas essa tentativa parece ter saído pela culatra."

Procurado pela Folha, o portavoz enviou nota dizendo: "O Brasil segue aguardando uma posição dos membros do EPDC (sigla do comitê em inglês) em relação às referidas solicitações, que requerem exame amplo dos membros do comitê em suas reuniões regulares."

O ministério afirmou, também, que "o governo brasileiro continua a participar ativamente, como convidado, das atividades do comitê", onde "tem contribuído para os debates e apresentado suas políticas na área".

Para ser aceito como membro, além de apoio político dos integrantes da OCDE, o Brasil precisa aderir a uma série de instrumentos (regras) em várias áreas. O comitê que não deu upgrade ao Brasil é o que avalia se o Brasil está cumprindo instrumentos ambientais.

"O Ministério das Relações Exteriores entende que a participação plena no comitê permitirá maior interação e troca de experiências acerca de questões e de políticas ambientais, contribuindo para o aprimoramento das ações brasileiras na matéria mediante diálogo com todos os membros da OCDE, com base em análises e evidências empíricas. O Itamaraty tem acompanhado o processo de adesão do Brasil a 37 instrumentos ambientais da organização".

A assessoria da OCDE foi procurada pela Folha por telefone e email, disse que iria mandar um comentário, mas não o havia enviado até a conclusão deste texto.

Na carta enviada aos membros do comitê da OCDE, a Human Rights Watch afirma que os "impactos das políticas de desastrosos do presidente Jair Bolsonaro para a Amazônia" deveriam desqualificar o Brasil para um upgrade.

"Se os Estados membros da OCDE elevarem o status do Brasil no comitê ambiental enquanto o governo Bolsonaro despreza os princípios do comitê de forma tão escorrida, isso diminuirá a credibilidade do comprometimento do órgão com esses princípios."

O Brasil já faz barreira antes. Ao longo de 2019, o Brasil solicitou a elevação de seu status de convidado para participante, no comitê de política ambiental das OCDE e reiterou interesse em aderir a 37 instrumentos da área ambiental.

Um reunião de 27 de setembro de 2019, em que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, apresentou as políticas de sua pasta, os membros do comitê não chegaram a um consenso sobre o upgrade e adiaram a decisão —na prática, negando o upgrade.

Na reunião, realizada pouco depois da onda de incêndios na Amazônia, que causou rusgas entre o presidente da França, Emmanuel Macron, e Bolsonaro, alguns membros barraram o upgrade do Brasil por causa do aumento no desmatamento e da "falta de monitoramento efetivo e de aplicação de penalidades por parte do governo".

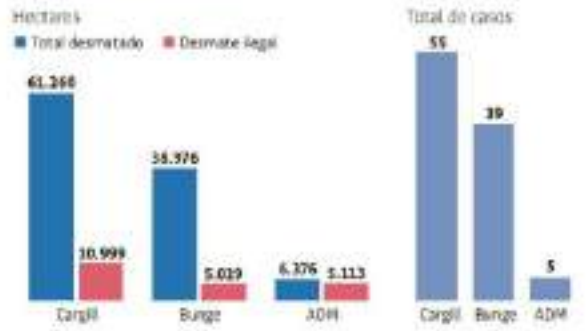
"Outros demonstraram preocupação como comprometimento político do Brasil", diz o documento obtido pela Folha.

Uma nova reunião foi marcada para abril de 2020, para que os membros pudessem avaliar os avanços do Brasil nos pontos problemáticos da agenda ambiental e reconsiderar o voto. No entanto, por causa da pandemia, essa reunião foi adiada para 9 de fevereiro de 2021. Agora, mais uma vez, os membros do comitê adiaram a avaliação, na prática, negando.

O governo Bolsonaro tem embarcado em uma ofensiva de relações públicas para corrigir o que considera uma visão distorcida no exterior sobre as políticas ambientais. Isso entre as iniciativas de divulgação dados positivos em relação à Amazônia e campanhas de marketing no exterior.

"O fato de a OCDE nem sequer conseguir discutir a entrada do Brasil como participante do comitê ambiental é constrangedor; em vez de tentar imbelezar (greenwash) seu histórico ambiental desastrosos, o governo precisa começar a mostrar resultados reais na proteção das florestas e dos defensores do ambiente", diz Maria Laura Canina, diretora da Human Rights Watch no Brasil.

Plantio de soja em áreas de desmatamento no Cerrado e na Amazônia



Fonte: Mighty Earth

Fundo nórdico exclui gigantes do agro por desmatamento no país

Ana Carolina Amaral

Os desmatamentos no Brasil levaram o escandinavo Danske Bank, que administra R\$ 237 bilhões (R\$ 1,53 trilhão), a excluir de dois de seus fundos a Cargill, a Bunge e a ADM, três gigantes que operam o comércio internacional de produtos agrícolas, com destaque para a soja.

"O Danske Invest & Danica mantém restrições de investimento para Cargill, ADM e Bunge relacionadas ao desmatamento no Brasil", disse à Folha o diretor de investimento sustentável do Danske Bank, Erik Eliasson.

"Apesar dos compromissos das empresas [com políticas de proteção ambiental], a taxa anual de desmatamento das florestas tropicais da Amazônia continua em um ritmo alarmante", afirmou o diretor do segundo maior gestor de ativos escandinavos.

Procuradas, as trading citaram políticas de monitoramento da cadeia e compromissos como a matriz da soja.

"Dados divulgados pela agência espacial brasileira, o Inpe, em novembro de 2020 indicaram que o desmatamento atingiu seu nível mais alto desde 2009; e isso constitui um dos piores atos em mais de uma década em termos de hectares de terra desmatada."

A exclusão das três multinationais consta em uma lista de restrições de investimentos do fundo publicada em setembro de 2020, quando o Brasil enfrentava nova alta nas queimadas na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal.

"Existem questões estruturais e políticas no Brasil quando se trata da proteção das florestas tropicais amazônicas", afirmou Eliasson, com ressalvas às políticas ambientais das empresas.

EMPRESAS NEGAM PROBLEMAS AMBIENTAIS

"A Cargill não tomamos soja de agricultores que desmatam ilegalmente ou de áreas protegidas, e temos a mesma expectativa em relação aos nossos fornecedores", afirmou a ADM, que também cita uma "política rígida de proibição de desmatamento".

A Bunge informou que não possui participação em áreas de desmatamento ilegal no Brasil.

"Até que haja uma agenda política mais forte e planos de ação e compromissos concretos para proteger as florestas tropicais, as empresas que compram na região provavelmente estarão expostas e contribuindo para o desmatamento das florestas, independentemente de quão fortes práticas de manejo possam ser. Por sua vez, essas empresas podem ser afetadas por grandes riscos de reputação e diminuição da demanda do consumidor."

Três iniciativas de monitoramento ambiental de cadências globais de commodities destacam as relações das três empresas com áreas desmatadas e queimadas no Brasil. Em setembro, a ONG americana Mighty Earth comprou ranking dos principais comerciantes de soja e apontou que Bunge e Cargill são as maiores responsáveis por altos riscos de desmatamento nas cadeias de abastecimento.

"Independentemente dos problemas em todas as cadeias de abastecimento, é claro que a Bunge e a Cargill se destacam do resto em termos de políticas fracas de sustentabilidade da soja, monitoramento, relatórios e divulgação insuficientes, áreas de abastecimento de alto risco e, o mais importante, os grandes volumes de liberação dentro de suas cadeias de abastecimento", diz o relatório da Mighty Earth, que passou a monitorar as cadeias.

Em setembro, o maior produtor de soja do Brasil, Bunge e Cargill são as empresas mais expostas a riscos de desmatamento entre os negociadores da commodity que exportam para a China. No caso da exportação para a União Europeia, a ADM também parece entre as mais expostas. A análise foi publicada pela iniciativa Trase em junho de 2020, a partir de dados de 2018.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 06/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Auxílio deve ser retomado para quem recebe ou está na fila do Bolsa Família **Impacto:** Neutro

B1 | Sábado, 6 de fevereiro de 2021

INCLUI CLASSIFICADOS

O ESTADO DE S. PAULO

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

Vestir a camisa da cidade é fazer o possível para torná-la um lugar melhor.

Assine a revista **TEGRA** e confira todos os pontos incríveis.

TEGRA

REVISTA CULTURAL

Emergência. Equipe econômica discute a prorrogação de socorro emergencial que poderá ter valor reduzido de R\$ 300 para R\$ 200 e com um novo critério para definir quem tem direito ao benefício; abono salarial também deve ter o pagamento antecipado para março

Auxílio deve ser retomado para quem recebe ou está na fila do Bolsa Família

Vinícius Veiêz
Adriana Frazzetta / Estadão

Sob pressão do Congresso, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, discute a prorrogação do auxílio emergencial com alterações do Senado e da Câmara, mas trabalha para conter a proposta dos parlamentares de manter os R\$ 300 pagos nas últimas parcelas. Um valor de R\$ 200 é considerado "mais viável" pela equipe econômica, que cobra contrapartidas de medidas de ajuste fiscal.

Para restringir o público que vai receber novamente o benefício em 2021, uma das propostas é que sejam contemplados os beneficiários do Bolsa Família e os que estão na fila aguardando para serem incluídos no programa assistencial.

A interlocutor, Guedes tem dito que 10 milhões de pessoas já estão amparadas pelo Bolsa Família e agora falta atender os chamados "invisíveis", que continuam sofrendo os efeitos da pandemia da covid-19. Na quinta-feira, à noite, depois de se encontrar com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), Guedes disse que a nova rodada do auxílio deve ficar restrita à metade dos 64 milhões de pessoas que terminaram 2020 recebendo o benefício.

O ministro defende a concessão do auxílio com o acionamento do estado fiscalmente pública, isso permitiria que as despesas com o novo round do benefício fossem em parte do teto de gastos, regra que limita que as despesas cresçam acima da inflação.



Plano. Ideia é restringir os critérios que qualificam os cidadãos a receberem novas parcelas do auxílio, diz Ricardo Barros

● **Critério**
“(O público-alvo seria) as famílias que estavam no Bolsa Família e mais 25 a 30 milhões que estão na fila.”
Ricardo Barros

LÍDER DO GOVERNO NA CÂMARA

A antecipação para favorecer os pagamentos do abono salarial previstos para março foi a primeira medida do “protocolo da crise” que vai ser adotado pelo Ministério da Economia para enfrentar o agravamento da pandemia, segundo fontes da equipe econômica ouvidas pelo **Estadão**. A medida foi proibida

no Diário Oficial da União. A lista ainda vai incluir a antecipação de 13 “para aposentados e pensionistas do INSS, como antecipar o **Estadão**, e a definição de uma nova rodada do auxílio.

O presidente Jair Bolsonaro tem dito que é contra a extensão, mas no Congresso governante opositores dão como sugestão a retomada do benefício para aliviar consequências sociais e econômicas da pandemia de covid-19. A proposta se intensificou depois das eleições do comando do Congresso.

As primeiras rodadas de conversa paravisabilizaram prorrogação aconteceram na quinta-feira, com os presidentes da Câmara

e do Senado, Arthur Lira (Progressistas-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e como ministro da Economia.

De acordo com o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (Progressistas-PR), a ideia é restringir os critérios que qualificam os cidadãos a receberem novas parcelas do auxílio. Ele diz que é preciso pagar apenas a quem realmente necessita. Nesse sentido, segundo ele, um bom instrumento para identificar a parcela da sociedade que deve ser auxiliada é o cadastro de pessoas que se inscreveram para o Bolsa Família.

“Tem 5 milhões de famílias que estão na fila do Bolsa Família”, disse. “Pessoas procurando

de ajuda neste momento são 5 milhões, que são aquelas que foram burocratizadas”. Na avaliação de Barros, o público-alvo do novo auxílio é aquele que está na fila, somado aos atuais beneficiários do Bolsa Família.

Durante as primeiras etapas do pagamento do auxílio emergencial, quem recebe o Bolsa Família teve o benefício, em média de R\$ 190, suspenso e passou a receber as parcelas do auxílio (primeira, R\$ 600, a depois, R\$ 300). “Ele saiu do Bolsa Família e foi para o auxílio. Então (público-alvo seria), as famílias que estavam no Bolsa Família e mais as 5 milhões que estão na fila do Bolsa Família”, disse Barros ao **Estadão**.

PARA LEMBRAR

O auxílio emergencial foi pago em 2020 a trabalhadores informais, desempregados e beneficiários do Bolsa Família para atenuar os efeitos da crise provocada pelo novo coronavírus.

Os contemplados no auxílio receberam cinco prestações de R\$ 600 e quatro de R\$ 300. Mulheres chefias de família tiveram direito a duas cotas. Segundo o mais recente balanço do Ministério da Economia, divulgado no fim do ano passado, os gastos com as medidas de combate à covid-19 foram de cerca de R\$ 620 bilhões em 2020. O principal custo foi com o pagamento do auxílio: R\$ 211,8 bilhões.

O auxílio emergencial foi criado em abril do ano passado, por meio de uma lei aprovada pelo Congresso e sancionada por Bolsonaro. A prestação inicial em que o auxílio fosse pago por três meses, mas a lei deu a possibilidade de prorrogação do benefício. O texto enviado pelo governo ao Congresso previa que o auxílio fosse de R\$ 200, mas o texto aprovado passou o valor da parcela para R\$ 600. Em setembro, o valor caiu à metade.

Com o fim do auxílio emergencial, até 3,4 milhões de beneficiários podem cair no extremo pobreza.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 06/02/21 - Cidade/UF: DF

Título: Estrangeiros avançam na Vale e já são donos de 55% das ações da mineradora Impacto: Neutro

B8 | Economia | SÃO PAULO, 6 DE FEVEREIRO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Negócios

Reorganização
Dona da Ipiranga
avança em venda de
ativos. Pág. B12

Nova fase. Expectativa é que BNDES, que já vendeu R\$ 10 bilhões de ações da companhia em 2020, zere a participação ao longo deste ano; outros sócios ligados a estatais também preparam movimento de saída, enquanto fundos internacionais estão na ponta compradora

Estrangeiros avançam na Vale e já são donos de 55% das ações da mineradora

Fernanda Guimarães

Perto de completar 24 anos de privatização, a Vale caminha para encerrar 2021 com menos presença do setor público entre seus sócios. O movimento é puxado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que vendeu mais de R\$ 10 bilhões em ações da mineradora em 2020 e poderá, em breve, se despedir da companhia. O mercado espera que a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, também venda parte de sua fatia. A mudança do perfil acionário da Vale ocorre após o fim do acordo de acionistas da empresa e abre espaço para fundos de investimento estrangeiros avançarem na mineradora, que tem o maior valor de mercado da Bolsa brasileira: R\$ 471 bilhões.

O apetite internacional tem sido grande, em especial após a companhia ter conseguido mitigar riscos relacionados à tragédia de Brumadinho (MG). O fundo americano Capital Group, que tem US\$ 1,1 trilhões sob gestão, é o principal exemplo. A gestora tem avançado sobre o capi-

tal da Vale e já se aproxima dos 25%, apurou o Estadão. Um dos analistas do fundo é o brasileiro Bruno Rodrigues, que já trabalhou na companhia.

Com o crescimento rápido do Capital Group na Vale, a expectativa é de que o fundo indique, já na próxima assembleia, dois conselheiros, segundo fonte próxima ao tema. Outro gigante, o BlackRock, já tem 4,2% da mineradora, enquanto a Nilitus detém 5%. Consideradas participações menores, a empresa tem 55% de estrangeiros em seu capital social.

O Capital Group tem espaço para crescer e atingirá 25% do capital sem barreiras. A partir desse ponto, o estatuto da Vale, reformado em 2017, define a realização de oferta pública para adquirir a totalidade dos papéis — prática comum em empresas de capital pulverizado para evitar concentração de poder.

De saída. Aos poucos, mais papéis da Vale serão ofertados ao mercado. O BNDES prepara a venda, neste ano, de mais R\$ 10 bilhões em ações para manter a posição na mineradora. O banco tem mais R\$ 6 bilhões em debêntures participativas nos diretórios



Bom momento. Com alta do minério de ferro, ação da Vale subiu 74% na Bolsa em 2020

mineris da empresa, venda que está próxima de ser realizada.

Esses títulos, que foram originados na privatização, podem ser vendidos ainda na primeira metade de 2021. Na oferta desses papéis, a União poderá pagar carona e também fazer sua venda, embolsando alguns bi-

lões de reais em um momento de dificuldade, segundo fontes.

Também se espera que os fundos de pensão façam uma venda parcial de suas ações na mineradora. Por meio da Litela, holding que concentra participação de Previ, Funcef (funcionários da Caixa) e Petros (da Pe-

trobras), conforme informações no site da Vale, os fundos de pensão possuem 9,8% das ações da mineradora.

Se a escolha for de vender ações da Vale, o momento é oportuno, afirmação da companhia na sua mídia histórica. Apenas em 2020, o papel da mi-

neradora fechou com alta de 74%, na esteira do preço do minério de ferro, seu produto carro-chefe, acima de US\$ 160 a tonelada na China.

Daniela de siderurgia e mineração da Eleves Financial, Tasso Vasconcelos, afirma que a Vale tende a se beneficiar de sua nova estrutura de governança e que, à medida que os entes de governo deixam o negócio, cessa o risco de ingerência política na mineradora.

O atual conselho de administração da Vale ainda reflete o poder estatal na mineradora. O colegiado deverá ser alterado em abril, na próxima assembleia de acionistas. Hoje, a União ainda tem a chamada "golden share", papel criado na privatização, que dá poder de veto em alguns temas, como vendas de determinados ativos.

Procuradores, Vale, Capital Group, Previ não comentaram. O Ministério da Economia afirmou que as debêntures participativas de emissão da Vale foram incluídas no Plano Nacional de Desestatização (PND). O BNDES é o responsável pela execução e pelo acompanhamento dos atos necessários à alienação dessas debêntures.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 06/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Bolsonaro quer ICMS fixo sobre combustível **Impacto:** Neutro

B3 | Economia | JANEIRO 6 DE FEVEREIRO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Bolsonaro quer ICMS fixo sobre combustível

Presidente repete promessa que fez há um ano e que depende de governadores

Edmario Rodrigues
Emilly DeLuca
Fabrício de Castro / BRASILIA

Em busca de uma solução para a insatisfação dos caminhoneiros com o custo do diesel, o presidente Jair Bolsonaro convocou coletiva de imprensa ontem para fazer a mesma promessa de um ano atrás: enviar um projeto para estabelecer um valor fixo de ICMS sobre combustíveis para dar mais previsibilidade aos motoristas.

Hoje, o ICMS é cobrado como um percentual do valor do combustível no momento da venda no posto. O valor na bomba é maior que nas refinarias. Ou seja, os lotados conseguem uma arrecadação maior sempre que o valor do combustível sobe. Se passar para o valor fixo, os governos estaduais só terão aumento na arrecadação quando houver aumento do consumo. Além disso, Bolsonaro defende que o imposto seja cobrado nas refinarias e não nas bombas, o que também tem impacto no valor da arrecadação dos governadores com o tributo. Segundo o ministro de Minas e

Energia, Bento Albuquerque, o ICMS cobrado atualmente varia de 12% a 25%, dependendo do Estado, sendo a média, 16%. O preço dos combustíveis é formado por uma série de componentes. As refinarias impõem um valor para as distribuidoras que, por sua vez, vendem para os postos. Em todas as etapas, incidem o preço de custo e o lucro. Também há incidência de tributos federais e estaduais. O consumidor final está na última ponta dessa cadeia.

Bolsonaro deu a declaração após uma reunião com ministros e com o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, sobre maneiras de conter a disparidade dos preços de combustíveis no País.

"Nós pretendemos é utilizar um estado e, caso seja viável, seja juridicamente possível, nos apresentaremos ainda na próxima semana fazendo com que o ICMS venha a incidir sobre o preço do combustível nas refinarias ou um valor fixo para o álcool, a gasolina e o diesel. E quem vai definir esse percentual ou esse valor fixo serão as respectivas assembleias legislativas", afirmou o presidente.



Coletiva. Bolsonaro, ao lado de Guedes, após encontro com presidente da Petrobrás

● **Assembleias**
"Quem vai definir o quanto será cobrado de ICMS será a assembleia legislativa de cada Estado," Jair Bolsonaro presidente

Previsibilidade. Bolsonaro afirmou que a mudança não terá impacto aos cofres estaduais. "Creio que não vai haver impacto no montante arrecadado por governadores. Há uma previsibilidade. Quem vai definir o quanto será cobrado de ICMS será a assembleia legislativa de cada Estado. Não vai haver interferência na qualificação de cobrado pelos governadores", disse.

Na semana passada, a Petrobrás anunciou um novo aumento da gasolina (5%) e do diesel (4%) nas refinarias, com um preço médio de R\$ 2,08 e R\$ 2,12 por litro, respectivamente. Foi o segundo aumento da gasolina

em 2021.

A proposta de Bolsonaro já tinha sido discutida pelo governo Michel Temer como uma das medidas para acabar com a greve dos caminhoneiros em maio de 2018, mas não prosperou. Há um ano, no dia 2 de fevereiro, Bolsonaro escreveu no Twitter que ia encaminhar uma proposta ao Congresso para que o valor do ICMS fosse fixo por litro.

Para o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep), a mudança na forma como o ICMS é cobrado não tem impacto imediato sobre o preço dos combustíveis porque os Estados, caso aceitem a proposta, devem estabelecer alíquotas que mantenham a arrecadação atual.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que, apesar de desajar zelar os impostos federais sobre os combustíveis, a lei obriga que qualquer desoneração exige uma compensação de

valor na arrecadação federal. Guedes, porém, sugeriu que poderia compensar a perda na arrecadação com o crescimento da economia. "Estudamos que a compensação, inclusive, seja ao contrário. Se a economia crescer e a arrecadação subir, eu reduzo (o imposto). Vamos tirar o Estado do cargo de povo."

O presidente reforçou que o governo não hipoteca alguma coisa a qualquer interferência na política de preços de combustíveis da Petrobrás. "Jamais controlaremos os preços da Petrobrás. A empresa está inserida no contexto internacional e a respeitamos", afirmou. "Interferência na Petrobrás existia em passado bem próximo quando havia indicações de diretores. Então conhecemos o Petróleo. Nossa política, sim, é de não interferir. Tanto que o ministro das Minas e Energia indicou Castello Branco para a Petrobrás e ele teve liberdade para escolher seus diretores."

Petrobrás muda cálculo e mercado reage

Fernando Nogueira
Renato Carvalho / EBC

O mercado financeiro reagiu mal ao tornar conhecido ontem de que a Petrobrás poderia demonstrar um ano para reajustar os preços dos combustíveis em suas refinarias. Neste período em que mantém os valores dos seus produtos inalterados, sem acompanhar as oscilações do dólar e da cotação do barril do petróleo no mercado internacional, a empresa retém altas de custo, sem repassá-las ao consumidor final, o que não agrada os investidores.

Até então, a informação que circulava no mercado era de que o prazo de adequação dos preços internos às oscilações externas não era tão longo e, no máximo, chegava a três meses. Ontem, porém, os investidores ficaram sabendo que os reajustes podem demorar 12 meses para acontecer.

Em fato relevante, a empresa afirmou ter alterado no primeiro semestre do ano passado o prazo limite de reajuste dos combustíveis para um ano. O último comunicado sobre o tema havia sido no dia 3 de janeiro de 2020, quando informou que "não há periodicidade pré-definida para a aplicação de reajustes".

Ontem, no entanto, a agência Reuters divulgou no fim da tarde que, internamente, a empresa havia definido o prazo de reajuste anual, o que derrubou o preço das ações preferenciais em 4,5% e as ordinárias, em 3,7%, apenas no período de 16h às 17h30. Os papéis até haviam começado a subir em alta, após o governo reunir ministros e o presidente da companhia, Roberto Castello Branco, para reafirmar a independência da Petrobrás.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 06/02/21 - **Cidade/UF:** DF

Título: Em alta, empresas de tecnologia têm bom potencial, mas há ressalvas **Impacto:** Neutro

B2 | **Economia** | SÁBADO, 6 DE FEVEREIRO DE 2021

broadcast de olho nas ações

E-MAIL: BARBARA.TO@ESTADAO.COM

Em alta, empresas de tecnologia têm bom potencial, mas há ressalvas

Renato Carvalho

A estreia da Mosaico Tecnologia na Bolsa ontem, quase dobrando de preço em relação ao valor por ação da oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), é uma demonstração de como os investidores estão receptivos às companhias tecnológicas que resolvem abrir capital. Empresas como Enjoei, Méliuz e Locaweb, apesar de atuarem em nichos diferentes, registram altas fortes desde que foram listadas.

No entanto, os analistas recomendam alguns cuidados ao comprar os papéis. “Do ponto de vista do potencial, vemos lá fora essas empresas serem negociadas num valor bem caro. No Brasil não vai ser diferente”, afirma Pedro Serra, gerente de Research da Ativa Investimentos.

Alvaro Bandeira, economista e sócio do banco digital Modalmais, afirma que o setor de tecnologia tem crescido em todo o mundo, e é natural que o Brasil siga esta tendência. “Porém, há de se ter cuidado com a precificação (valor das ações) excessiva de algumas empresas e com processos de consolidação. Além disso, muitas empresas podem sofrer no curso da rápida absorção de tecnologias e sistemas, dada a dinâmica do segmento.”

Mas há também quem enxergue

• Destaques

Maiores altas entre as ações indicadas na última semana

	VARIACÃO NA SEMANA	Nº DE MESES EM COTA	VALOR (ÚLTIMO FECH) EM R\$
Portobello ON	34,0%▲	1	10,67
Locaweb ON	18,1%▲	1	29,96
Eneva ON	17,8%▲	2	73,75
Banco Inter PN	16,0%▲	1	50,51
Lojas Quero-Quero ON	14,7%▲	2	20,36

VEJA TODAS AS INDICAÇÕES DOS RETORNOS ON WWW.ECONOMIA.ESTADAO.COM.BR

um horizonte bem positivo para as empresas tecnológicas locais. Para a analista da MyCap, Julia Monteiro, há muito espaço para o crescimento destas empresas na Bolsa, sejam mais ligadas a suporte e hospedagem de sites, como a Locaweb, sejam plataformas para compras online, como Enjoei, Mosaico e Méliuz, esta última de cashback.

Henrique Esteter, analista da Guide Investimentos, afirma que o cenário de juros baixos e maior procura por ativos de risco facilita a entrada de empresas na Bolsa, mesmo aquelas que não são de grande porte.

A Guide inclusive incluiu Méliuz ON em sua carteira para a próxima semana, no lugar de Magazine Luiza ON. “Neste momento incerto e de

alta volatilidade, a companhia se configura como uma ótima opção, baseado em seu bom desempenho operacional com alto crescimento no volume geral de vendas nos últimos anos e entrada em serviços financeiros”, dizem os analistas.

Hoje, temos a estreia na Coluna da Órama Investimentos, que para a próxima semana indica Arezzo ON, BTG Pactual Unit, Hapvida ON, Moura Dubeux ON e PetroRio ON.

O Modalmais trocou toda a sua carteira, agora composta por BRF ON, BTG Pactual Unit, Marfrig ON, Rumo ON e Santos Brasil ON. A MyCap fez três trocas, retirando B3 ON, Banco Inter PN e GPA ON para as entradas de Magazine Luiza ON, Petrobrás PN e Porto Seguro ON.

Porto Seguro ON entrou também na carteira da Ativa, ao lado de PetroRio ON, com as saídas de Lojas Quero-Quero ON e Sabesp ON. A Mirae retirou Bradesco PN e Gerdau PN para as entradas de Cosan ON e Usiminas PNA.

O Daycoval fez três alterações, tirando CPFL ON, Eztec ON e Sul-América Unit para as entradas de Banco do Brasil ON, Omega Geração ON e Tenda ON.

A XP fez duas trocas em sua lista semanal, tirando Equatorial ON e Movida ON para incluir BR Distribuidora ON e Magazine Luiza ON.

Por fim, duas corretoras com carteiras mensais fizeram uma alteração cada uma para fevereiro. A Genial Investimentos trocou Vale ON por Rumo ON. E a Singulare tirou CCR ON para incluir Vale ON.

Veículo: Versátil News - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 07/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Fecomercio: Poti-Cultural Sesc encerra apresentações em fevereiro **Impacto:** Positivo
Link: <https://www.versatilnews.com.br/2021/02/fecomercio-poti-cultural-sesc-encerra-apresentacoes-em-fevereiro>

Fecomercio: Poti-Cultural Sesc encerra apresentações em fevereiro

📅 7 de fevereiro de 2021 👤 Comunicação 📁 Coluna Versátil News

Uma das maiores iniciativas de promoção à cultura do estado encerra neste mês o ciclo de 90 trabalhos apresentados nas plataformas digitais do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN), instituição do Sistema Fecomércio RN.

O Poti-Cultural Sesc surgiu em meio a pandemia do Coronavírus como medida para amenizar os impactos da doença na classe artística do Rio Grande do Norte, tendo em vista que o setor foi um dos mais afetados.

Em dezembro de 2019, antes da pandemia da Covid-19, o segmento cultural gerava ocupação para **5,6% dos brasileiros**, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD).

"Foi mais uma ação do Sesc RN nesta pandemia e com dois resultados positivos: Primeiro, valorizar o trabalho do artista local, abrindo as portas para os mais variados estilos. Segundo, levar conteúdo artístico-cultural para a sociedade e de maneira acessível", comenta o diretor regional do Sesc RN, **Fernando Virgílio**.

As apresentações da segunda edição do Poti-Cultural seguem até o dia 28 de fevereiro, nos segmentos: artes cênicas, audiovisual, música, literatura, arte educação, patrimônio cultural, ação formativa e arte visual. Toda a programação encontra-se disponível no site sescrn.com.br.

Poti-Cultural

Os trabalhos selecionados foram inscritos em formato digital e disponibilizados ao público gratuitamente nas redes sociais do Sesc RN. A primeira edição recebeu 229 inscrições das quais 50 foram selecionadas, resultando em mais de 3.200 visualizações no canal do Youtube e do Spotify do Sesc.

Cada artista teve a opção de inscrever uma proposta, e os selecionados receberam um valor bruto de R\$ 1.000 (mil reais), com a condição de ser residente no RN e ter mais de 18 anos.

Serviço:

O que? Programação fevereiro do Poti-Cultural Sesc (2ª edição)

Onde? Youtube do Sesc RN

Programação completa no sescrn.com.br

Compartilhe:



Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 07/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/3
Título: Hotel Barreira Roxa uma opção de lazer premiada pela qualidade **Impacto:** Positivo
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/hotel-barreira-roxa-uma-opa-a-o-de-lazer-premiado-pela-qualidade/502332>

Hotel Barreira Roxa uma opção de lazer premiada pela qualidade

Atualizado em 07/02/2021 às 14h30

Táizio França
Repórter

A internet é global, e o registro de boas experiências turísticas nos sites que cobrem viagens e lazer é cada vez mais importante para o segmento. Nesse contexto, um dos lugares melhor avaliados do Estado tem sido o **Hotel Senac Barreira Roxa**, um dos pioneiros da Via Costeira. Recentemente o hotel/resort recebeu pelo segundo ano o prêmio **Traveler Review Awards 2021**, concedido pelo site Booking.com, referência em buscas e reservas de hospedagens. O turista avalia bem um espaço que o pugnar já conhece e aprova há bastante tempo.

Crédito: Alex Régis



Barreira Roxa: estrutura charmosa e funcional ao mesmo tempo

Avaliações em sites como Booking.com e Trip Advisor transmitem confiança porque são feitos de forma totalmente espontânea por pessoas que estiveram no local, utilizaram os serviços, e deixaram suas impressões. Segundo o gerente geral do Barreira Roxa, Celso Paiva, quando as avaliações atingem notas acima de nove, o site emite o selo próprio de qualidade. "Para nós é extremamente gratificante, ainda mais por ainda estarmos num processo de retomada durante a pandemia", afirma.

O **Barreira Roxa** foi o estabelecimento turístico da cidade que teve a experiência mais particular no período da pandemia. Quando o isolamento e o distanciamento social foram decretados, o hotel fez uma parceria com o governo estadual e abrigou 116 profissionais de saúde que conviviam com familiares grupos de risco da doença. De abril até setembro, o Barreira Roxa estava imerso numa experiência que nunca pensou em passar antes.

Celso Paiva conta que em apenas 15 dias todo o hotel foi readaptado para lidar com a nova realidade e seguir as normas exigidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). "Em tempo recorde fizemos as adaptações nos apartamentos e áreas sociais, reduzimos a mobília, retiramos adornos, e treinamento da equipe, que precisou aprender logo os novos procedimentos. Uma equipe ótima e disciplinada nos ajudou muito", diz.

O gerente ressalta a importância da experiência, pois fez o hotel sair na frente dos outros no processo de adaptações. "Fomos um laboratório para o novo momento, e por isso acreditamos que podemos segurança aos hóspedes", ressalta. Não à toa, o aprendizado contribuiu para que o Rio Grande do Norte fosse o primeiro Estado do Brasil a receber o selo de turismo seguro internacional "Safe Travels", criado pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC). O selo tem o respaldo da Organização Mundial do Turismo e de mais de 200 CEOs das principais empresas de turismo do mundo.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 07/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/3

Título: Hotel Barreira Roxa uma opção de lazer premiado pela qualidade

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/hotel-barreira-roxa-uma-opa-a-o-de-lazer-premiado-pela-qualidade/502332>

O retorno

Após setembro, o hotel reiniciou suas atividades comerciais com o grande público, incluindo a retomada das aulas na escola. Já no primeiro feriado de outubro, o Barreira contou com 80% de ocupação. "As pessoas estavam loucas pra sair de casa e queriam viajar, mas com segurança. E nós já estávamos bastante preparados para recebê-las", afirma.

O perfil inicial desses hóspedes foi bem regional. Em geral, pessoas de estados próximos (Pernambuco, Paraíba e Ceará) que podiam viajar de carro até Natal. Atualmente, já está vindo gente de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, e Goiânia. Por enquanto o Barreira Roxa não está disponibilizando serviço de 'day use', para que o atendimento ao hóspede não seja afetado.

A estrutura do **Barreira Roxa** é charmosa e funcional ao mesmo tempo, já que além do conforto, também serve para que os alunos da área de turismo possam praticar. O hotel conta com 52 apartamentos, divididos em cinco categorias: superior mar, luxo mar, super luxo mar, dunas, e dunas master. Detalhe: os quartos são decorados por quadros do projeto "Coras Potigueras", realizado por professoras e alunos do curso de fotografia da **Senac**. São fotos de cinco pôles turísticos do Estado.

Os atrativos de lazer e gastronomia também estão em funcionamento, com algumas restrições. O espaçoso restaurante Navaro, por exemplo, está aberto ao público passageiro para café da manhã e almoço, de terça a domingo; o jantar é só para hóspedes. Ao lado do restaurante está o Bar Teófilo, que também está ligado a um deck arajado e com vista para o mar. Um espaço novo, aberto em 2019, é o Café Dorian Gray, uma área charmosa, retrô, e que costuma ser usada para pequenos eventos sociais, como reuniões corporativas, mini webbs, batizados, e aniversários para até 30 pessoas.

Experiência in loco

A **escola do Barreira Roxa**, que estava momentaneamente em recesso, também teve as aulas reiniciadas em setembro do ano passado. Os cursos abrangem as áreas de turismo, hospedagem e gastronomia. O hotel, o restaurante, o bar e os quartos funcionam como laboratório para os alunos que estão nos níveis mais avançados dos cursos – apesar de todos terem suas equipes próprias. A grade também oferece opções de workshops e oficinas, e cursos de requalificação em turismo.

No local há aulas práticas e teóricas, com estruturas e equipamentos modernos para cursos completos e formação em módulos. Há cursos de cozinheiro, recepcionista, guia de turismo, garçom, confeitiro, ajudante de cozinha, barista, bartender, sommelier, entre outros. "Sem dúvida, o mais procurado é o curso de cozinheiro profissional, junto a todos aqueles relacionados à gastronomia", ressalta Celso. Os cursos têm perfis variados, permitindo habilitações específicas.

A estrutura da escola com seis salas de aula, duas cozinhas industriais, laboratórios de padficação e confeitaria, e de treinamento de técnicas mais elaboradas de serviço, biblioteca, além de um "Smart Lab", onde são desenvolvidas tecnologias e metodologias inovadoras com apoio da tecnologia.

O **Hotel Senac Barreira Roxa** passou por uma grande remodelada e modernização recente, ocasião em que reabriu as portas em fevereiro de 2019. Uma das iniciativas da retomada foi o sistema de gestão para fortalecer a sustentabilidade ambiental. Celso Paiva reforça o controle da geração de resíduos sólidos: a implementação de uma usina fotovoltaica (energia solar), uso de lâmpadas de led, água de reuso para usar nos jardins, conscientização da hospedagem quanto ao consumo de água e o próprio enxoval.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 07/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 3/3

Título: Hotel Barreira Roxa uma opção de lazer premiado pela qualidade

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/hotel-barreira-roxa-uma-opa-a-o-de-lazer-premiado-pela-qualidade/502332>

8 | Natal - Rio Grande do Norte
Domingo, 07 de fevereiro de 2021

geral

TRIBUNA DO NORTE

Barreira Roxa, premiado pela qualidade

« LAZER » Hotel Senac Barreira Roxa, um dos pioneiros da Via Costeira, recebeu pelo segundo ano o prêmio 'Traveler Review Awards 2021', concedido pelo site Booking.com, referência em buscas e reservas de hospedagens

TÁCIO FRANÇA
Repórter

A internet é global, e o registro de boas experiências turísticas nos sites que cobrem viagens e lazer é cada vez mais importante para o segmento. Nesse contexto, um dos lugares melhor avaliados do Estado tem sido o Hotel Senac Barreira Roxa, um dos pioneiros da Via Costeira. Recentemente o hotel/escola recebeu pelo segundo ano o prêmio 'Traveler Review Awards 2021', concedido pelo site Booking.com, referência em buscas e reservas de hospedagens. O turista avalia bem um espaço que spotiar já conhece e aprova há bastante tempo.

Avaliações em sites como Booking.com e Trip Advisor transmitem confiança porque são feitas de forma totalmente espontânea por pessoas que estiveram no local, utilizaram os serviços, e deixaram suas impressões. Segundo o gerente geral do Barreira Roxa, Celso Paiva, quando as avaliações atingem notas acima de nove, o site emite o selo próprio de qualidade. "Famós é extremamente gratificante, ainda mais por ainda estarmos num processo de retomada durante a pandemia", afirma.

O Barreira Roxa foi o estabelecimento hoteleiro da cidade que teve a experiência mais per-

finalizar no período da pandemia. Quando o isolamento e o distanciamento social foram decretados, o hotel fez uma parceria com o governo estadual e abrigou 116 profissionais de saúde que conviviam com familiares/grupos de risco da doença. De abril até setembro, o Barreira Roxa esteve interno numa experiência que nunca pensou em passar antes.

Celso Paiva conta que em apenas 15 dias todo o hotel foi readaptado para lidar com a nova realidade e seguir as normas exigidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). "Em tempo recorde finemos as adaptações nos apartamentos e áreas sociais, redizimos a mobília, retiramos adornos, e treinamento da equipe, que precisou aprender logo as novas procedimentos. Uma equipe ótima e disciplinada nos ajudou muito", diz.

O gerente ressalta a importância da experiência, pois fez o hotel sair na frente dos outros no processo de adaptações. "Fizemos um laboratório para o novo momento, e por isso acredito que passamos segurança aos hóspedes", ressalta. Não à toa, o aprendizado contribuiu para que o Rio Grande do Norte fosse o primeiro Estado do Brasil a receber o selo de turismo seguro internacional 'Safe Traveler', criado pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTFCT). O selo tem

o respaldo da Organização Mundial de Turismo e de mais de 200 CEOs das principais empresas de turismo do mundo.

O retorno

Após setembro, o hotel reiniciou suas atividades comerciais com o grande público, incluindo a retomada das aulas na escola. Já no primeiro feriado de outubro, o Barreira Roxa contou com 90% de ocupação. "As pessoas estavam loucas para sair de casa e queriam viajar, mas com segurança. E nós já estivemos bastante preparados para recebê-las", afirma.

O perfil inicial desses hóspedes foi bem regional. Em geral, pessoas de estados próximos (Pernambuco, Paraíba e Ceará) que podiam viajar de carro até Natal. Atualmente, já está vindo gente de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, e Goiânia. Por enquanto o Barreira Roxa não está disponibilizando serviço de 'day use', para que o atendimento ao hóspede não seja afetado.

A estrutura do Barreira Roxa é charmosa e funcional ao mesmo tempo, já que além do conforto, também serve para que os alunos da área de turismo possam praticar. O hotel conta com 32 apartamentos, divididos em cinco categorias: superior mar, luxo mar, super luxo mar, deluxe, e duas master. Detalhe: os quartos são decorados por qua-



Barreira Roxa: estrutura charmosa e funcional ao mesmo tempo

dras do projeto "Cores Potigueres", realizado por professores e alunos do curso de fotografia do Senac. São fotos de cinco polos turísticos do Estado.

Os atrativos de lazer e gastronomia também estão em funcionamento, com algumas restrições. O espaço restaurante Navarro, por exemplo, está aberto ao público passando para café da manhã e almoço, de terça a domingo; e janta é só para hóspedes. Ao lado do restaurante está o Bar Teófilo, que também está ligado a um deck arjado e com vista para o mar. Um espaço novo, aberto em 2019, é o Café Dorcas Gray, uma área charmosa, retrô, e que costuma ser usada para pequenos eventos sociais,

como reuniões corporativas, mini web, batizados, e aniversários para até 30 pessoas.

Experiência in loco

A escola do Barreira Roxa, que estava momentaneamente em recesso, também teve as aulas reiniciadas em setembro do ano passado. Os cursos abrangem as áreas de turismo, hospedagem e gastronomia. O hotel, o restaurante, o bar e os quartos funcionam como laboratório para os alunos que estão nos níveis mais avançados dos cursos - apesar de todos terem suas equipes próprias. Agrade também oferece opções de workshops e oficinas, e cursos de requalificação em turismo.

No local há aulas práticas e

técnicas, com estruturas e equipamentos modernos para cursos completos e formação em módulos. Há cursos de cozinha, recepção, guia turístico, recepção, concierge, ajudante de cozinha, barista, bartender, sommelier, entre outros. "Sem dúvida, o mais procurado é o curso de cozinha profissional, junto a todos os cursos relacionados à gastronomia", ressalta Celso. Os cursos têm perfis variados, permitindo habilitações específicas.

A estrutura da escola com seis salas de aula, duas cozinhas industriais, laboratórios de padronização culinária, e de treinamento de técnicas mais elaboradas de serviço, biblioteca, além de um 'Smart Lab', onde são desenvolvidas tecnologias e metodologias inovadoras com apoio da tecnologia.

O Hotel Senac Barreira Roxa passou por uma grande remodelação e modernização recente, ocasião em que reabriu as portas em fevereiro de 2019. Uma das iniciativas da retomada foi o sistema de gestão para fortalecer a sustentabilidade ambiental. Celso Paiva reforça o controle de geração de resíduos sólidos e a implementação de uma usina fotovoltaica (energia solar); uso de lâmpadas de led; água quente para usar nos jardins; conscientização da hospedagem quanto ao consumo de água e o próprio consumo.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 07/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Sem auxílio, 314 mil voltaram à miséria no Rio grande do Norte **Impacto:** Neutro

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sem-auxilio-314-mil-voltam-a-miseria-no-rio-grande-do-norte/502280>

Sem auxílio, 314 mil voltam à miséria no Rio Grande do Norte

Publicação: 2021-02-07 00:00:00

Sem a renovação do Auxílio Emergencial, 314 mil pessoas no Rio Grande do Norte devem passar a sobreviver em 2021 com uma renda mensal per capita de R\$ 7,60, o preço de 1 kg de feijão, aproximadamente. É o que aponta a pesquisa Pnad-Covid do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que indica uma diminuição brusca da renda das famílias mais pobres com o fim do auxílio. Com o benefício, esse contingente possui a renda per capita de R\$ 156, superior 20 vezes ao cenário previsto.

saiba mais

- Ministério defende extensão menor do Auxílio Emergencial
- PLs alteram norma que criou Auxílio Emergencial
- Congresso analisa prorrogação do Auxílio Emergencial

O impacto deve ser diminuído com o Bolsa Família, destinado a pessoas em situação de extrema pobreza no Brasil que retornam automaticamente ao programa com o fim do auxílio criado durante a pandemia. O valor atual do Bolsa Família varia de R\$ 41 a R\$ 205, o mesmo aplicado antes do benefício

emergencial. Mas, com os impactos econômicos ao longo de 2020, o cenário social atual deve ser pior que o observado em março do ano passado.

Um dos principais fatores a impactar diretamente a situação das famílias mais pobres é o aumento do preço do alimento. O crescimento é de 13%, segundo o IBGE.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 07/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Setor turístico espera melhora no segundo semestre **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/setor-turistico-espera-melhora-no-segundo-semester/502298>

Setor turístico espera melhora no segundo semestre

Publicação: 2021-02-07 08:00:00

No segundo trimestre, o setor aéreo no Rio Grande do Norte deverá alcançar níveis pré-pandemia e recuperar o movimento de passageiros. Esta é a previsão da Empresa Potiguar de Promoção Turística S.A - Emprotur. Para este mesmo período também se espera o restabelecimento da malha aérea doméstica em sua capacidade anterior.

Créditos: Magnus Nascimento



Desembarques em Natal devem aumentar a partir de abril

"É difícil haver recuperação aos patamares de 2019 até março, sobretudo porque não há capacidade de assentos em igual volume", pontuou Leonardo Seabra, head de Inteligência da Emprotur. Segundo disse, observando o comportamento de emissão de passagens desde 1 de julho até 31 de dezembro, é possível verificar um crescimento acelerado nos desembarques esperados a partir do mês de abril.

Contudo, ele ressalta que, apesar do prognóstico para o segundo trimestre, a sensação de incertezas permaneça em 2021. "Apesar das notícias promissoras de início de vacinação e a chegada de novas vacinas, até que se tomem vastamente disponíveis ao público, continua difícil antever como isso por si só impactará a demanda de viagens. Ademais, não é mais possível confiar em modelos tradicionais de predição de demanda com base em sazonalidades e séries históricas. Nesse momento também não se pode confiar em modelos tradicionais de sazonalidade para prever a demanda. Os acontecimentos não se dão de forma linear e impactam as regiões emissoras e destinos em tempos distintos", concluiu.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 07/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Transporte de cargas a partir do Aeroporto de Natal tem queda de 51% em 2020 **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/transporte-de-cargas-a-partir-do-aeroporto-de-natal-tem-queda-de-51-em-2020/502299>

Transporte de cargas a partir do Aeroporto de Natal tem queda de 51% em 2020

Publicação: 2021-02-07 00:01:08

A movimentação de cargas também foi afetada pela pandemia em 2020 no Aeroporto Aluizio Alves. Os meses de março e abril foram os que apresentaram maior queda, especialmente a carga internacional (exportação), devido a suspensão dos voos internacionais com o fechamento de fronteiras para impedir a proliferação do vírus. No segundo semestre de 2020, pode-se notar uma leve retomada, porém, o ano fechou com um movimento de cargas 51% menor que em 2019.



saiba mais

- Setor turístico espera melhora no segundo semestre

Os voos comerciais também fazem o transporte de cargas já que esta não é uma operação exclusiva de aviões cargueiros. Com o cancelamento dos voos da TAP para Lisboa, e da GOL para Buenos Aires, as exportações foram impactadas, segundo a

Inframérica. "Um dado positivo foi com relação as importações. Em 2020 o movimento cresceu 1%. É um crescimento tímido, mas é o resultado de muito trabalho em atrair novas oportunidades de negócio para o aeroporto", comunicou a empresa.

A demanda global por transporte aéreo de carga, medida em toneladas de carga por quilômetro (CTKs), registrou queda de 10,6% em 2020 na comparação com o ano anterior, de acordo com a Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA). É o pior resultado desde 1990, ano em que a instituição começou a monitorar esse dado.

A IATA informou que a capacidade global (medida por tonelada de carga disponível por quilômetro, ou ACTKs) recuou 23,3% no ano passado em relação a 2019. A queda é duas vezes maior do que a contração na demanda, mas a taxa de ocupação de carga subiu 7,7% no ano passado, favorecendo rendimentos.

A América Latina, que corresponde por 2,4% do mercado global, registrou recuo de 21,3% na demanda por transporte de carga, enquanto a capacidade teve uma redução de 35%. "O transporte aéreo de cargas está sobrevivendo à crise em melhor forma do que o setor de passageiros. Em 2020, muitas companhias aéreas viram a carga se tornar uma fonte vital de receitas", afirma Alexandre de Juniac, diretor geral e CEO da IATA. Mas o executivo aponta "enormes dificuldades" em atender a demanda com a maioria das frotas paralisadas. Com isso, avalia que "2021 será mais um ano difícil" diante das novas restrições de viagens impostas para conter as variantes do coronavírus.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 07/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/3
Título: Com pandemia, RN perde 49% dos passageiros aéreos em 2020 **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/com-pandemia-rn-perde-49-dos-passageiros-aereos-em-2020/502297>

Com pandemia, RN perde 49% dos passageiros aéreos em 2020

Publicação: 2021-02-07 08:09:08

Cláudio Oliveira
Repórter

A pandemia do novo coronavírus fez despencar o número de passageiros no Aeroporto Internacional Auzilio Alves, em São Gonçalo do Amarante, na Grande Natal. O terminal recebeu 1.185.206 de passageiros em 2020, representando uma movimentação de 49% menor que em 2019, quando foram contabilizados 2.330.725 usuários. A queda acentuada soma-se à demanda por transporte aéreo de carga, que no ano passado foi a pior desde o início da série.

Crédito: Magnus Nascimento



Em dezembro, Aeroporto de Natal registrou a alta, alcançando 155 mil usuários e 1.340 mil voos, segundo dados de Inframerica

saiba mais

- Setor turístico espera melhora no segundo semestre

O movimento em 2020 no terminal aéreo potiguar foi pior que em 2014, quando foi inaugurado, e recebeu 1.495.724 passageiros. A partir da abertura, o número

de passageiros oscilou entre 2,3 milhões e 2,4 milhões, com pico de 2.584.355 em 2015, segundo dados divulgados pela Inframerica, concessionária que administra o aeroporto. As medidas de isolamento social e o fechamento de fronteiras, provocadas pela pandemia da covid-19 resultou na paralisação da aviação em todo o mundo, sendo um dos setores mais atingidos e prejudicados. Foram pouco mais de 10 mil pousos e decolagens contra 18 mil em 2019.

Para Roberto Luiz, head de Negócios Aéreos da Inframerica com mais de 40 anos de experiência no setor aéreo, este foi o pior ano na história da aviação. "Esta foi a pior crise para o setor. Guerra do Golfo, 11 de setembro, crise de 2008, nenhuma teve um impacto tão devastador na indústria. O impacto foi sentido em todos os aeroportos, companhias aéreas e no setor de turismo de todo o mundo. Sentimos o impacto antes de vários setores e a recuperação deve ser mais lenta também", disse.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 07/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/3

Título: Com pandemia, RN perde 49% dos passageiros aéreos em 2020

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/com-pandemia-rn-perde-49-dos-passageiros-aereos-em-2020/502297>

O Rio Grande do Norte não é um caso isolado. O número de passageiros aéreos caiu 66% em 2020 no mundo, em relação a 2019, um retrocesso recorde devido às restrições impostas pela pandemia de coronavírus, segundo a Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA), que reúne 190 companhias aéreas do mundo. A entidade alertou que as perspectivas de recuperação em 2021 são "sombrias" devido à aparição de novas variantes da covid-19, embora não tenha revisado formalmente para baixo suas previsões para o ano.

Já no aeroporto do Rio Grande do Norte, a expectativa é de que a recuperação aconteça de forma gradual. Em dezembro, por exemplo, o terminal registrou a 7ª alta consecutiva de voos e passageiros e chegou a atingir 155 mil usuários e 1.340 mil voos, por isso, o head de negócios da Inframérica se disse otimista quanto à retomada em 2021. Em novembro, o registro tinha sido de 921 voos e 126 mil passageiros. Ele destacou que esta recuperação estará ligada diretamente à vacinação da população. "Nosso papel é deixar tranquila a passagem pelo nosso aeroporto daquele passageiro que precisa viajar. Estamos investindo em tecnologia para melhorar a experiência do nosso usuário", comentou o executivo.

Também causa boas perspectivas o fato de Natal despontar como o destino mais procurado por pessoas que desejam viajar, segundo pesquisa do Ministério do Turismo realizada com agências e organizações de viagens que sentiram o impacto da queda na movimentação de passageiros.

A presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens no RN (ABAV/RN), Michelle Pereira, disse que a baixa procura se deve ao fato de que, neste primeiro momento de abertura do setor, as pessoas só estão comprando passagens aéreas dentro de suas necessidades. "Estão comprando dentro de suas necessidades, se precisarem viajar, o que os leva a comprar de última hora. Mas aí as tarifas acabam ficando mais caras, uma vez que os voos ainda estão reduzidos", disse. Nas últimas semanas, promoções das operadoras estão sendo oferecidas, mas para médio e longo prazo.

No início da pandemia, com as atividades praticamente paralisadas, a venda de pacotes nas agências de viagens chegou a apenas 2% e começou a crescer gradativamente até novembro, voltando a cair entre dezembro e janeiro, com o aumento no número de casos da covid-19. "Até novembro chegamos a 30% do movimento de antes. Hoje o crescimento ainda está muito lento em relação ao que era antes da pandemia. Estamos no patamar de 15% em relação ao que vendíamos", relatou Michelle Pereira.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 07/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 3/3

Título: Com pandemia, RN perde 49% dos passageiros aéreos em 2020

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/com-pandemia-rn-perde-49-dos-passageiros-aereos-em-2020/502297>

Estatísticas do Aeroporto do RN

2020

Aeronaves (unid.) 9.852

Passageiros (unid.) 1.185.208

Carga Aérea (kg.) 5.636.494

2019

Aeronaves (unid.) 17.854

Passageiros (unid.) 2.330.725

Carga Aérea (kg.) 12.981.228

2018

Aeronaves (unid.) 18.812

Passageiros (unid.) 2.429.389

Carga Aérea (kg.) 15.420.366

2017

Aeronaves (unid.) 18.835

Passageiros (unid.) 2.403.135

Carga Aérea (kg.) 12.389.187

2016

Aeronaves (unid.) 18.553

Passageiros (unid.) 2.316.349

Carga Aérea (kg.) 12.076.973

2015

Aeronaves (unid.) 22.625

Passageiros (unid.) 2.584.355

Carga Aérea (kg.) 10.895.847

2014

Aeronaves (unid.) 11.986

Passageiros (unid.) 1.495.724

Carga Aérea (kg.) 4.608.300

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 07/02/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Governo deixa de cobrar R\$ 242,6 bi em dívidas tributárias na pandemia **Impacto:** Neutro

Governo deixa de cobrar R\$ 242,6 bi em dívidas tributárias na pandemia

Ministério da Economia retoma cobranças, mas empresários dizem que cenário segue negativo e pedem reedição das medidas

Renato Casan

ANISTIA. Como parte do pacote tributário implementado em maio, o governo deixou de cobrar R\$ 242,6 bilhões em dívidas tributárias em setembro de 2020. O objetivo foi dar fôlego a empresas e pessoas impactadas pela pandemia do novo coronavírus. Assim, mesmo com as medidas emergenciais, o Ministério da Economia não dá continuidade a essas suspensões em ações iniciadas a retomada das cobranças.

No entanto, os setores ainda impactados pela crise sanitária e a retomada de parte da produção reabrem um capítulo, empresário cobra a reedição das medidas.

Documento produzido pela PGN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) analisou os valores que debarcaro de ser cobrados entre março e setembro de ano passado, por tipo de mecanismo.

A gente suspendeu protestos, quitamos o processo fiscal, encampamos para órgãos de restrição a crédito. [...] O setor avisa que cobrança foi afetado, disse o procurador-geral adjunto de Gestão da Dívida Ativa da União, Cristiano Neuenchwander.

Durante a primeira metade do período de suspensão de repactuação de impostos — quando alguém passa a ser cobrado por dívidas de uma empresa que foi dissolvida de forma irregular. Nesse caso, o débito de R\$ 50 bilhões deixaram de ser cobrados.

No período, também não foram lançadas as parcelas de dívidas em cartório. Isso como somo R\$ 45 bilhões.

O governo ainda suspendeu o regime de acordos de parcelamentos tributários em casos de atraso no pagamento. Foram pagadas 174 mil dívidas, com débito total de R\$ 26,2 bilhões. Por fim, a PGN deixou de pedir as jústias a execução fiscal de 3,745 dívidas, que totalizam R\$ 27,2 bilhões.

Com as medidas, o governo abriu mão de parte da arrecadação que poderia

“...foi uma segunda onda de cobranças nas cidades, as cobranças, as cobranças, o adágio voltou a ser o que era. A sobrevida está mais ameaçada agora do que já esteve antes”

Paulo Roberto presidente da Abrelva

“...Essas ações da PGN e da Receita não foram no sentido de deixar o país mais saudável do que antes, mas apenas para manter o país vivo”

Mário Sérgio Casanova Telfes presidente de política econômica do CNI

conseguir com a recuperação de dívidas da dívida ativa.

Porém, isso não significa que todos os valores retribuíam aos cofres públicos se a cobrança fosse feita normalmente. Mesmo as dívidas cobradas pelo governo acabam não sendo pagas, enquadrando a dívida ativa da União.

O presidente da Abrelva (Associação Brasileira de Rios e Restoráveis), Paulo Roberto, afirma que o setor vive agora o momento mais delicado desde o início da pandemia. Segundo ele, os empresários ainda enfrentam dificuldades e temem que voltar a pagar os tributos ordinários e aqueles que haviam sido suspensos.

“Vou uma segunda onda de restrições nas cidades, as coisas agora estão doentes, o adágio voltou a ser o que era, com recursos pelo PGN. A sobrevida está mais ameaçada agora do que já esteve antes”, disse.

Bolmacci vem negociando pessoalmente com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e a equipe econômica a retomada de medidas emergenciais. Segundo ele, as suspensões de cobrança foram essenciais para a manutenção das atividades em setores que deviam ser reabertos.

“Um número enorme de empresas não está conseguindo pagar essa folha salarial de janeiro. A retomada de medidas como essas, além de aumentar o ônus para pagar impostos, vai ser fundamental para manter a sobrevivência do setor”, disse.

Em relação ao retorno dos procedimentos de cobrança, a PGN informou que vem adotando uma abordagem gradualista, priorizando casos com o estado de quitação de pagamento do devedor ou prática de fraudes.

Sérgio afirmou que as prioridades são o cenário e adotará medidas sempre que necessário, com o objetivo de assegurar receitas públicas e dar sustentação a contribuições em situação de crise econômica.

No caso da indústria, o governo de política econômica da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Mário

Sérgio Casanova Telfes, afirma que o setor vive em esperança de recuperação representada depois de queda acentuada no primeiro semestre de 2020. Segundo ele, as medidas do governo deram fôlego às empresas no ano passado.

“Instituições da PGN e do Banco Federal tiveram o sentido de não ser um problema de recursos nas empresas, dar a maior liquidez possível”, disse.

Telfes afirma que a indústria consegue voltar à atividade e que grande parte das empresas já não precisa mais das medidas emergenciais, e sim de reformas estruturantes. Para ele, a retomada dessas ações pontuais pode ser mais necessária para o setor de serviços, que ainda sofre para se recuperar.

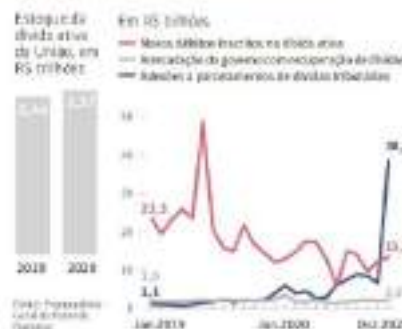
Em razão da adoção das medidas emergenciais no ano passado, a PGN espera que um volume relevante de tributos não pagos durante a pandemia ainda seja incorporado à dívida ativa.

Como a Receita também suspendeu prazos de cobranças, os tributos internos se acumularam.

Dos impostos adidos por alguns meses em 2020, quase R\$ 21 bilhões encerraram o ano sem pagamento. Parte desse montante ainda deve chegar à dívida ativa. “Foi um ano muito difícil e natural que a inadimplência aumente, aumentou em todo o mundo. O reflexo seria a dívida ativa também ter um aumento substancial, mas para a dívida chegar ao nível PGN, ela passa ainda por uma cobrança na Receita que leva até no dia. Existe um processo que vai chegar, provavelmente esse formado na pandemia, disse o procurador.”

Entre 2019 e 2020, o montante da dívida ativa foi de R\$ 4,4 trilhões para R\$ 4,77 trilhões, um crescimento de R\$ 130 bilhões. Ainda assim, Neuenchwander afirma que houve uma melhoria de R\$ 100 bilhões em crescimento dos débitos em situação regular porque 188 mil dívidas foram renegociadas pelo programa de parcelamento.

Dívida ativa da União tem estoque trilionário



IMPACTO DAS SUSPENSÕES ADOADAS EM 2020

Métrica	Valor	Impacto em R\$ bilhões
Reprovação de dívidas	—	134,9
Parcelas de dívidas	796.201	44,2
Parcelas de parcelamentos acordados	273.342	28,2
Ajustamento de execução fiscal	3.745	28,8

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 07/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: País perde R\$ 8 bi com cancelamento de festas do Carnaval **Impacto:** Neutro



Wallacy Vinícius, que após dez Carnavais não vai trabalhar na festa de 2021. *Adriano Hirani/Thalheper*

País perde R\$ 8 bi com cancelamento de festas do Carnaval

Costureiras deixam de trabalhar, hotéis perdem turistas, e 25 mil empregos temporários não serão criados, diz CNC

BRASÍLIA, SÃO PAULO, SALVADOR E RIOPE. O cancelamento do Carnaval para conter aglomerações e o contágio da Covid-19 não suspenderá apenas a folia nacional. Haverá impacto sobre a geração de riqueza e de postos de trabalho. Dados reunidos com base nos festejos de 2020 indicam que pelo menos R\$ 8 bilhões deixarão de circular na economia. Cerca de 25 mil empregos temporários não serão criados, segundo a CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo). De acordo com Fábio Bentes, economista da CNC, por causa de sua capilaridade, é ao cancelamento que se atribui a suspensão do Carnaval. Pesquisa da entidade com 3.800 municípios mostra que a arrecadação da festa em 2020 cresceu 22% em relação a 2019, e a projeção antes da pandemia era de ascensão desse mercado. Lembrando: no ano passado, a data ocorreu antes de o coronavírus ser oficialmente

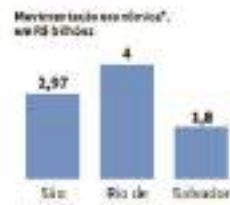


Silvana Duque, da Abakadabra Fantásias, que não fez estoques para o Carnaval neste ano. *Ilustração: Thiago*

registrado no país. Na sequência, o turismo afundou. "O Carnaval é considerado o Natal do setor de turismo. Mesmo com cancelamentos de pontos facultativos em alguns municípios, onde alguma receita ainda poderá ser gerada, a perda neste ano é drástica", afirma Bentes. No Rio, 10 milhões de turistas movimentaram R\$ 4 bilhões no ano passado. Como festa carioca é mais longeva e tradicional, a sua suspensão é um boque, especialmente para o turismo de estrangeiros. Em 2020, a ocupação de hotéis na capital fluminense foi de 98% no Carnaval. Neste ano, a expectativa é que seja de pouco mais de 50%, conta Alfreido Lopes, presidente do Sindicato dos Meios de Hospedagem do município. Segundo a Sebastiana, associação de blocos de rua que representa 11 entidades do Rio, a festa emprega 5.000 trabalhadores com os bloquinhos. A costureira Regina Nivaldo é um deles — ouera. Trabalhava mais de uma década produzindo roupas para a escola de samba Salgueiros. "Desde fevereiro do ano passado não tenho costura para Carnaval. Para não dizer que não fiz nada, em novembro fiz uma roupa de porta-bandeira para um Carnaval virtual", diz. "Mas a gente aprende a se realimentar: ganho hoje por volta de R\$ 2.000 por mês vendendo sapão e empadão no condomínio da minha filha e faço facina também". Na Bahia, a estimativa é que haja pelo menos cem trilões elétricos parados. Em Salvador, o estimativo da prefeitura é que a festa tenha, no ano passado, movimentado R\$ 1,8 bilhão, gerando cerca de 245 mil empregos temporários. Em 2020, a cidade recebeu 500 mil turistas no Carnaval, segundo a Saltar, empresa de turismo da capital baiana. Dono de dois dos maiores trios elétricos de Salvador, José Barreto Góes afirma que o cancelamento será mais um boque para o setor de entretenimento, que está parado desde março do ano passado. Ele diz que o plano por manter sua equipe de 20 funcionários que trabalham diretamente com os trios elétricos, que inclui de motoristas a engenheiros de som. O custo anual com a equipe é de R\$ 130 mil. "Se desistir, você perde sua equipe. E não dá para abrir mão de profissionais que são altamente especializados", diz. No Recife, o movimento em lojas de fantasias caiu 97%. Maria Isabel Moreira, dona de uma das lojas, diz que começou a migrar para decoração de festas infantis. "Estamos estimulando o uso de fantasias em festas de aniversários. Produzimos o que a pessoa deseja. É a vida sobrevivendo", afirma.

Robson Seta, dono de uma empresa que monta estruturas e palcos, deixou de faturar R\$ 1 milhão e está migrando para a construção civil. "O impacto é enorme para as empresas que trabalham montando a estrutura para apresentação dos artistas. Estamos fazendo, agora, pequenas obras. Tive que migrar". Segundo a Aspreme (Associação Pernambucana das Empresas de Infraestrutura de Eventos), o impacto da não realização do Carnaval é da ordem de R\$ 100 milhões. Na capital paulista, a suspensão interrompe um momento de ascensão da folia. Os bloquinhos ganharam espaço nos últimos quatro anos e transformaram a cidade em um novo ponto turístico carnavalesco. No ano passado, foram 15 milhões de foliões pulando em 678 blocos. "São Paulo é nosso maior emissor [de turistas], e, como apertou as medidas restritivas, o movimento deve cair", diz Alfreido Lopes, presidente do Sindicato dos Meios de Hospedagem do município.

A maior festa popular em números



Público nos blocos de rua em 2020, em milhares



R\$ 8,1 bilhões de movimentação econômica no país todo

R\$ 648,19 foi o gasto médio diário do turista em São Paulo no ano passado durante o Carnaval

25,4 mil vagas temporárias foram geradas no país durante o Carnaval em 2020, segundo a Confederação Nacional de Comércio

Três gestões de prefeito, em 2017, 2018 e 2019, foram responsáveis por criar 25,4 mil vagas temporárias no país durante o Carnaval em 2020, segundo a Confederação Nacional de Comércio.

As lojas paulistanas, que vendem fantasias e acessórios para várias partes do país, sentem a retração com mais força. As vendas nas lojas da Abakadabra Fantásias, que tem quatro unidades na capital paulista e duas no interior de São Paulo, caíram 90%. A gerente da loja de bairro de Pinheiros, na zona oeste, Silvana Duque, conta que, prevendo queda na demanda, a loja não fez estoque para o Carnaval. "Como já prevíamos, neste ano a gente quase não está tendo procura na loja", afirma. O comércio popular, como o do rua 25 de Março, é o mais afetado. Nos Armazinhos Fernando, também não há procura de produtos que costumam atrair interesse dos foliões. O gerente Odaemar Ferreira diz que os clientes nem perguntam se tem item de Carnaval. Quem trabalha na festa também foi afetado. Wallacy Vinícius trabalhou nos últimos dez Carnavais, mas ficou sem trabalho ao longo da maior parte de 2020 em razão das incertezas dos desfiles. "Nós que trabalhamos com cultura temos que dar um jeito. Como eu sou cabeleireiro, consegui reinar a profissão e obter uma renda. O auxílio emergencial também ajudou". Por causa do aumento no número de casos de Covid-19, São Paulo fez os desfiles de escolas de samba em julho. Bentes, da CNC, diz que essa transferência não vai ajudar. O planejamento do Carnaval precisa correr com dois meses de antecedência, por causa das incertezas sobre a imunização, o setor de turismo prefere dedicar esforços para o Carnaval de 2022. Para apoiar as atividades de blocos de rua de São Paulo, a Secretaria Municipal de Cultura irá realizar, de 13 a 28 de fevereiro, o evento virtual "Tô me guardando", com 500 atividades.

O historiador Milton Teixeira, do Instituto Ventura, lembra que, em outros momentos, governos tiveram dificuldade para interferir no Carnaval. Em 1921, a folia no Rio foi transferida para julho por causa da morte do Barão do Rio Branco, e os passistas publicaram em fevereiro e em julho. No meio do surto de gripe espanhola, em 1919, ocorreu um Carnaval histórico. "A ditadura militar tentou fazer o possível para acabar com o Carnaval de rua, e tinha até lei que botava em causa quem usasse máscara", afirma. "É difícil mexer com festa popular". Como boa parte dos eventos carnavalescos no século 21 exige autorizações do poder público, a expectativa é que, desta vez, os foliões vão ficar em casa. Shyla Santos, Taygara Ribeiro, João Pedro Frimbo e João Valadares

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 07/02/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Ritmo da vacinação vai determinar crescimento econômico em 2021 **Impacto:** Neutro

FOLHA DE SÃO PAULO ***

DOMINGO, 7 DE FEVEREIRO DE 2021 A15

mercado



RESTAURANTES VOLTAM A FUNCIONAR AOS FINS DE SEMANA EM SP APÓS FLEXIBILIZAÇÃO DO DISTANCIAMENTO SOCIAL
Movimento no Santo Grão, que reabriu as portas neste sábado (6), proprietários ainda se queixam de limitação de horários e lugares UMA DE ALAN RIBEIRO/VEJA

Ritmo da vacinação vai determinar crescimento econômico em 2021

Algumas instituições revisam projeções para baixo; outras dizem que imunização pode melhorar

Eduardo Cuccolo

SÃO PAULO O ritmo do programa de imunização nacional contra a Covid-19 se tornou um dos principais fatores que estão embasando as projeções de crescimento da economia em 2021.

A avaliação é que não há como separar as duas questões, principalmente diante do recrudescimento da pandemia nesse início de ano e da falta de espaço no Orçamento para bancar um programa robusto de estímulo fiscal.

Há divergências, no entanto, em relação ao cenário atual na área de saúde. Algumas instituições e consultorias estão revisando para baixo suas estimativas devido à demora no processo de vacinação e aumento no número de casos e mortes neste início de ano.

Na avaliação de outras, o país terá doses suficientes para imunizar rapidamente a parcela mais idosa da população e possui um sistema de saúde capaz de agilizá-lo esse programa. Economista Alessandra Ri-

beiro, da Tendências Consultoria, afirma que tem uma projeção mais cautelosa em relação ao crescimento projetado para este ano, de 2,9%, abaixo da mediana do mercado, de 3,5%, apontado pelo Banco Central na pesquisa Focus.

Ela considera que somente ao longo do segundo semestre haverá um percentual mais expressivo da população vacinada.

"Uma das razões é justamente a pandemia e o ritmo de vacinação. Ainda que você consiga vacinar ao longo do primeiro semestre os principais grupos de risco, dado que a maior parte da população ainda não estará vacinada, o receto em relação à pandemia, inclusive o medo de consumo de alguns serviços, ainda estará presente", afirma Ribeiro.

A projeção é a mesma do Santander Brasil, que anteriormente tinha uma estimativa de crescimento de 3,4%, mas reviu o dado após o aumento no número de infecções e morte neste ano. Lucas Maynard, economista

da instituição, afirma que o ritmo de vacinação é fundamental para permitir a retomada dos segmentos mais afetados pela pandemia.

"O canal para fazer essa ponte entre vacinação e atividade econômica é a mobilidade. Com o recrudescimento da pandemia, já se pode observar a partir de janeiro uma reversão daquele processo de reabertura", afirma Maynard.

"Se a vacinação atrasar, a gente entende que as medidas restritivas permanecerão por mais tempo. Demonstrará mais para voltar à trajetória ascendente que a gente vinha observando no ano passado".

Gabriel Barros, sócio e economista-chefe da RPS Capital, afirma que o plano nacional de imunização está atrasado, mas diz que houve algum progresso nas últimas semanas e que as informações já divulgadas apontam para uma oferta de cerca de 400 mil doses neste ano, entre vacinas que demandam uma ou duas aplicações. Segundo Barros, o país tem

“
A previsibilidade da entrega da vacina influencia a decisão das empresas de demitir ou não. Como a gente está tendo algum progresso nesse front de vacinas, isso deve influenciar positivamente para que as empresas consigam manter os empregados. Por outro lado, se a vacinação atrasar, a gente pode jogar fora todo esse esforço que foi feito no ano passado

Gabriel Barros
sócio e economista-chefe da RPS Capital

atualmente uma média de 150 mil pessoas vacinadas por dia, mas possui capacidade para vacinar até 700 mil por dia, desde que tenha as doses.

Para ele, a velocidade do programa é importante para que não se perca o esforço de redução de jornada e salário, que preservou cerca de 20 milhões de empregos em 2020.

Ele afirma que muitas das empresas que aderiram ao programa, que deu também estabilidade temporária aos trabalhadores, estarão livres para cortar esses postos a partir do final deste trimestre. Por isso, é importante que elas tenham a perspectiva de manter suas atividades.

"A previsibilidade da entrega da vacina influencia a decisão das empresas de demitir ou não. Como a gente está tendo algum progresso nesse front de vacinas, isso deve influenciar positivamente para que as empresas consigam manter os empregados. Por outro lado, se a vacinação atrasar, a gente pode jogar fora todo esse esforço que foi feito no ano passado".

afirma Barros, que projeta crescimento de 4% em 2021.

No semana passada, o novo presidente do Itau, Milton Maluf Filho, afirmou que a instituição projeta uma alta de 4% neste ano, mas que um atraso no plano de vacinação de seis meses, por exemplo, pode reduzir o valor pela metade.

O economista do Itau Unibanco Luka Barbosa afirma que o avanço no programa de vacinação será importante para a recuperação de atividades que respondem por 40% do PIB e que foram as mais afetadas pela queda na atividade devido à pandemia, como educação, saúde, alimentação fora de casa, entretenimento e cultura.

"Pode ser que seja mais rápido e você tenha uma normalização já no segundo trimestre. Com certeza esse vai ser um motor de crescimento importante para a economia brasileira e mundial", afirma Barbosa.

Para ele, outros fatores já puseram o Brasil em uma trajetória de recuperação econômica, como juros baixos, mercado imobiliário em expansão, recuperação da economia global com muito estímulo fiscal e monetário, comércio global acelerando e pagando preço de commodities.

"Não é só a vacina que vai gerar a recuperação. Há vários motores contribuindo para o crescimento, compensando a retirada dos estímulos. Não é algo que estou projetando, é algo que já está acontecendo", afirma.

O economista José Márcio Camargo, da Genial Investimentos, também está entre os que revisaram a projeção de crescimento do PIB para este ano, de 3,5% para 3%, devido ao atraso da pandemia, mas, em sua avaliação, as perspectivas para o processo de vacinação são positivas.

Ele diz que a expectativa é ter mais de 300 milhões de doses ao longo de 2021 e que a atual trajetória aponta para a imunização de 100% da população com mais de 60 anos em quatro meses.

"Se tiver vacina — esse é o ponto mais importante. O processo de vacinação no Brasil não está tão rápido quanto todo o mundo gostaria, mas também não está tão lento. Está muito melhor que em alguns países europeus e da América Latina, mas pior que em Israel e nos EUA", afirma Camargo.

"Nosso cenário parte do pressuposto de que o governo vai conseguir vacinas. Os contratos estão assinados, os insumos já estão vindo. Todos os países têm algum problema com a oferta de vacina. O Brasil está em uma posição relativamente boa em relação à maior parte dos países", afirma.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 07/02/21 - Cidade/UF: DF
Título: Na pandemia Arezzo passa por transformação Impacto: Neutro

B6 | Economia | DOMINGO, 7 DE FEVEREIRO DE 2021

ESTADO DE S. PAULO

Na pandemia, Arezzo passa por transformação

Empresa deixa de ser de sapatos e vira companhia de vestuário superdigital; ações estão 11% acima do valor pré-coronavírus

Luciana Dornelles

Em meio à quarentena, que afundou várias varejistas, o grupo ArezzoCo fez, possivelmente, a maior transformação de sua história. Deixou de ser uma empresa de sapatos para ser uma companhia de vestuário superdigital ao lançar um marketplace que reúne marcas que não fazem parte do grupo, e ao comprar um brechó online e também a Reserva, especializada em moda masculina. A metamorfose foi bem recebida pelos investidores — que antes viam uma limitação para a empresa continuar crescendo — e as ações da companhia já estão 11% acima do registrado antes da pandemia.

A pesar de o grupo ter tido um prejuízo de R\$ 3,2 bilhões nos nove primeiros meses de 2020, a avaliação dos analistas é que a Arezzo atravessou bem a crise. Além inclusive de ampliar sua participação no mercado para 30,9% enquanto as concorrentes periam força. “Eles foram capazes de se adaptar rapi-

damente. Já tinham um online forte e conseguiram torná-lo mais relevante. Bem mais do que a gente imaginava. Conseguiram adaptar também a produção e acompanhar mais de perto as mudanças do consumidor (passaram a fazer mais produtos a pedido)”, diz Helena Villares, analista do Itaú BBA.

Tanto o Itaú como o BTG Pactual veem que as ações da empresa têm potencial para alcançar R\$ 80 a ação, estão cotadas a R\$ 72. Desde abril do ano passado, quando os papéis subiram e chegaram a R\$ 53 em decorrência da crise do coronavírus, elas já subiram 12%.” Já anos a Arezzo é vista como uma empresa premium no varejo brasileiro, com atuação superior na gestão da marca em opo-

ção bem-sucedida de seu modelo de franquias, justificando seu valor de mercado. Vemos uma nova via de crescimento para a empresa nos próximos anos”, afirmaram em relatório os analistas Luiz Gustavo e Gabriel Savi, do BTG.

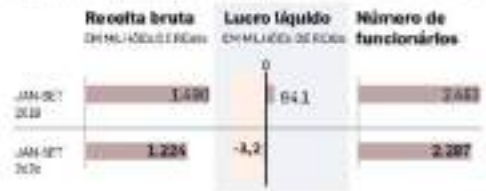
Uma das alternativas para esse crescimento é a Reserva, que, ao ser incorporada, ampliou o mercado do grupo de R\$ 12 bilhões para R\$ 40 bilhões. Antes disso compra, os investidores acharam que o grupo tinha um potencial de crescimento limitado, dado que já detinha uma participação alta em seu mercado, de quase 25%. Agora, poder crescer com roupas masculina, feminina e infantil, segmentos em que a Basevo está.

A aquisição, um negócio de R\$ 735 milhões, foi possível porque o grupo tinha uma situação financeira confortável antes do coronavírus, com mais recursos em caixa do que o total de dívidas. Mesmo após a operação, a condição financeira da companhia é considerada sólida.

A pesar de ser vista como uma operação de potencial, a com-

DESEMPENHO NA QUARENTENA

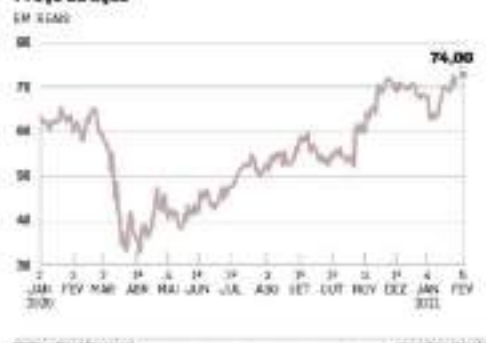
• Apesar de registrar queda de 17,9% na receita nos nove primeiros meses do ano passado, no e-commerce, Arezzo teve alta de 148%



Receita Bruta por canal



Preço da ação



pra da Reserva traz um desafio: não é a primeira empresa de grande porte adquirida pela Arezzo, que tem de desenvolver expertise para integrar os negócios.

Além da Reserva, a Arezzo pretende fazer novas aquisições. “Continuamos olhando ativos de vestuário, mas não olhamos só para marcas. Também estudamos (respostas às) tecnologias que possam viabilizar o ecossistema que queremos construir. Para estudos desses ativos, olhamos o ZZ Ventures”, diz o diretor de estratégia, Alina Pereira.

Criado em novembro, o ZZ Ventures é o braço da Arezzo para investimento em startups. Quando o grupo anunciou a iniciativa, comunicou também a aquisição de 15% da Troc, um brechó online. A intenção da Arezzo é inserir a Troc no ZZ Mall, marketplace lançado em setembro e que hoje reúne 50 marcas. Antes da pandemia, o projeto previa a entrada de marcas que não fossem do grupo apenas em 2022. O crescimento do comércio online na quarentena, porém, acelerou o projeto. Neste ano, o grupo pretende ampliar o marketplace, adicionando conteúdo sobre moda, cursos abertos ao público que ensinam, por exemplo, como criar uma coleção, e também um programa de fidelidade.

Com várias iniciativas simultâneas, no entanto, os investidores devem passar a olhar com mais cuidado a integração de todos os negócios. “A Arezzo tem muita coisa para fazer: integrar a Reserva, iniciar uma operação feminina (a Reserva tem a marca Rio, que ainda é novidade), começar mais forte com calçados masculinos. A preocupação é se vai dar conta de tudo”, diz Helena Villares, do Itaú BBA.

Aplicativo fornece contato de clientes a vendedores

Uma das alterações da ArezzoCo que mais chamou a atenção dos analistas em 2020 foi a velocidade da transformação digital promovida em meio à pandemia e os resultados rápidos dessas mudanças. Com as novas tecnologias, as vendas online da companhia cresceram 148,2% nos nove primeiros meses do ano e atingiram R\$ 364 milhões. Outros canais, como franquias, tiveram queda de até 59% no mesmo período.

A adaptação rápida do Arezzo só foi possível porque as mudanças haviam sido iniciadas dois anos antes, quando, após uma

viagem no Vale do Itajaí, o presidente do grupo, Alexandre Bizzi, e o hoje diretor de transformação digital, Maurício Baitos, levaram a uma reunião do conselho de administração a ideia de que as ferramentas digitais tinham de ser vistas como eixos de transformação, e não apenas como alavancas do e-commerce.

Um ano depois, ferramentas para venda não presencial foram apresentadas aos franquistas, que passaram a adotá-las gradualmente. “Inicialmente, a implementação dessas tecnologias foi mais rápida do que

queríamos. Mas, quando entramos no modo pandemia, fomos para a guerra. Reforçamos que, mesmo a loja estando fechada, precisávamos continuar se relacionando com os clientes e lembrarmos que tinhamos solução para isso”, conta Baitos.

Até então, as ferramentas de venda remota eram separadas umas das outras. Havia, por exemplo, a “portal de atendimento”, que permite um vendedor comercializar um produto que não tem em sua loja, mas está disponível no estoque do e-commerce. Outra tecnologia era a venda com link de paga-

mento, que facilita a transação não presencial.

O momento da virada, porém, foi quando o grupo reuniu essas e outras ferramentas em um único aplicativo que permitiu não só o vendedor acompanhar seus resultados, mas também ter de uma agenda de relacionamento, com perfil de cliente, gostos e até o contato.

“A vendedores podem ter a ferramenta completa para vender a distância, recebendo o contato de quem deveria falar e como deveria abordar. Além o celular e via cliente que gosta de comprar em liquidação, por

Principal canal

34%
das vendas do grupo foram realizadas pelo e-commerce nos nove primeiros meses do ano passado

exemplo. Com essa agenda de relacionamento, os resultados explodiram”, diz Baitos.

A agenda que vende bem recebe é formada por clientes que já compraram na loja, o que é essencial para ser eficaz, de acordo com o diretor da empre-

sa. Eventualmente, pode haver alguém que só tenha comprado pelo e-commerce.

Ao mesmo tempo que introduziu esse aplicativo, a Arezzo ainda lançou a “Vitrine Virtual”, que transforma cada loja em uma espécie de e-commerce. Com todas essas ferramentas e com o consumidor em casa, a internet passou a ser o principal canal de vendas do grupo, com 34% do total. Nos nove primeiros meses de 2020, tinha tido uma participação de 11,3%.

“A influência digital será cada vez maior. Depois que as coisas mudarem, elas não retrocedem. O digital é mais que um canal de vendas, é um modo de relacionar e de construir uma jornada”, destaca Baitos. /L.A.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 07/02/21 - Cidade/UF: DF

Título: Maioria dos brasileiros apoia avaliação de desempenho de servidores públicos Impacto: Neutro

Di | www.estadao.com.br 8 DE FEVEREIRO DE 2021

SOLUÇÃO NA RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

- VEÍCULOS - FROTAS
- MÁQUINAS OPERATRIZES
- DESMOLIZADORES INDUSTRIAIS
- IMÓVEIS
- ARMARÉM PARA GUARDA DE BENS

35Anos
EXPERIÊNCIA
E CONFIABILIDADE

1505-211000-1000 | www.milanleiloes.com.br | 15055-0000 | Rua S. Paulo, 1000 - J. S. Paulo - SP

Reforma administrativa. Pesquisa aponta que 70% consideram que o funcionalismo deve ser avaliado de alguma forma; 45% acham que a estabilidade deve ser mantida para todos servidores. 13% dizem que apenas algumas carreiras essenciais devem manter benefício

Maioria dos brasileiros apoia avaliação de desempenho de servidores públicos

Juliano Almeida/Estadão

A maioria dos brasileiros apoia uma política de avaliação de desempenho para os servidores públicos e defende que todos sejam afetados pelas mudanças na regra de estabilidade, incluindo as que se aplicam em serviço, embora prefira que o benefício seja mantido para todos os servidores. Já 45% acham que a estabilidade deve ser mantida para todos servidores. 13% dizem que apenas algumas carreiras essenciais devem manter benefício

Segundo dados do Ministério da Economia, a pesquisa realizada pelo instituto Ipsos, em parceria com o Instituto de Opinião e Pesquisas do Senado Federal, aponta que 70% dos brasileiros apoiam a avaliação de desempenho dos servidores públicos e defendem que todos sejam afetados pelas mudanças na regra de estabilidade, incluindo as que se aplicam em serviço, embora prefira que o benefício seja mantido para todos os servidores.

A reforma administrativa foi aprovada no Congresso pelo presidente Jair Bolsonaro em setembro do ano passado, após dois anos de negociações. O projeto prevê a extinção de cerca de 300 mil empregos públicos e a criação de cerca de 200 mil novos. A medida também prevê a avaliação de desempenho dos servidores públicos e a possibilidade de extinção de alguns cargos.

A pesquisa também aponta que 45% dos brasileiros apoiam a avaliação de desempenho dos servidores públicos e defendem que todos sejam afetados pelas mudanças na regra de estabilidade, incluindo as que se aplicam em serviço, embora prefira que o benefício seja mantido para todos os servidores.

A pesquisa também aponta que 13% dos brasileiros apoiam a avaliação de desempenho dos servidores públicos e defendem que apenas algumas carreiras essenciais devem manter benefício. Isso inclui carreiras como a de policiais, bombeiros e militares.

A pesquisa também aponta que 45% dos brasileiros apoiam a avaliação de desempenho dos servidores públicos e defendem que todos sejam afetados pelas mudanças na regra de estabilidade, incluindo as que se aplicam em serviço, embora prefira que o benefício seja mantido para todos os servidores.

Estabilidade: 45% dos brasileiros apoiam a avaliação de desempenho dos servidores públicos e defendem que todos sejam afetados pelas mudanças na regra de estabilidade, incluindo as que se aplicam em serviço, embora prefira que o benefício seja mantido para todos os servidores.

Frete é contra dar prioridade à administrativa

A Frente Parlamentar Misto em Defesa do Serviço Público Brasileiro (FSPB), comissão representativa do Senado Federal, pediu ao Congresso do governo para que não seja aprovada a reforma administrativa sem que seja feita uma avaliação de desempenho dos servidores públicos. O pedido foi feito em uma audiência pública realizada no Senado Federal em Brasília.

Segundo dados do Ministério da Economia, a pesquisa realizada pelo instituto Ipsos, em parceria com o Instituto de Opinião e Pesquisas do Senado Federal, aponta que 70% dos brasileiros apoiam a avaliação de desempenho dos servidores públicos e defendem que todos sejam afetados pelas mudanças na regra de estabilidade, incluindo as que se aplicam em serviço, embora prefira que o benefício seja mantido para todos os servidores.

A pesquisa também aponta que 45% dos brasileiros apoiam a avaliação de desempenho dos servidores públicos e defendem que todos sejam afetados pelas mudanças na regra de estabilidade, incluindo as que se aplicam em serviço, embora prefira que o benefício seja mantido para todos os servidores.

A pesquisa também aponta que 13% dos brasileiros apoiam a avaliação de desempenho dos servidores públicos e defendem que apenas algumas carreiras essenciais devem manter benefício. Isso inclui carreiras como a de policiais, bombeiros e militares.

A pesquisa também aponta que 45% dos brasileiros apoiam a avaliação de desempenho dos servidores públicos e defendem que todos sejam afetados pelas mudanças na regra de estabilidade, incluindo as que se aplicam em serviço, embora prefira que o benefício seja mantido para todos os servidores.

A pesquisa também aponta que 13% dos brasileiros apoiam a avaliação de desempenho dos servidores públicos e defendem que apenas algumas carreiras essenciais devem manter benefício. Isso inclui carreiras como a de policiais, bombeiros e militares.

A pesquisa também aponta que 45% dos brasileiros apoiam a avaliação de desempenho dos servidores públicos e defendem que todos sejam afetados pelas mudanças na regra de estabilidade, incluindo as que se aplicam em serviço, embora prefira que o benefício seja mantido para todos os servidores.

Estabilidade: 45% dos brasileiros apoiam a avaliação de desempenho dos servidores públicos e defendem que todos sejam afetados pelas mudanças na regra de estabilidade, incluindo as que se aplicam em serviço, embora prefira que o benefício seja mantido para todos os servidores.

Frete é contra dar prioridade à administrativa

A Frente Parlamentar Misto em Defesa do Serviço Público Brasileiro (FSPB), comissão representativa do Senado Federal, pediu ao Congresso do governo para que não seja aprovada a reforma administrativa sem que seja feita uma avaliação de desempenho dos servidores públicos. O pedido foi feito em uma audiência pública realizada no Senado Federal em Brasília.

REFORMA ADMINISTRATIVA

• Pesquisa revela apoio e oposição entre os grupos políticos do governo que pretende reestruturar o SFH da União



Empodere sua vida

#EMPODERESEUMUNDO

VAIO® FE14 e FE15

- 10ª Geração de Processador Intel® Core™
- Windows 10 Home
- Arquitetura Intel® Core™ i5 ou i7
- Preço a partir de R\$ 600

compre o seu em br.sony.com

A arte japonesa trazida para o mundo em 1945.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 07/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Fim do auxílio dificulta a busca por vaga **Impacto:** Neutro

Continuar de >

Fim do auxílio dificulta a busca por vaga

AUMENTA O DESAFIO DE QUEM NÃO TEM RENDA

LEVELEITUNIDADE E IMPACTO NA BUSCA POR VAGAS DE TRÁFICO DE AEROPORTO

Com o fim do auxílio emergencial em dezembro, mais gente está nas ruas em busca de trabalho neste início de ano. Em janeiro, os 67,9 milhões de brasileiros que receberam até no começo de 2020 não tiveram qualquer

ajuda do governo em meio à segunda onda da pandemia, um conturbado processo de vacinação e a lenta recuperação da economia. Nesse cenário, aumenta a angústia dos que não têm mais meio de proteção familiar ou qualquer outra fonte de renda.

O pesquisador Bruno Otttoni, do IBGE, projeta que a taxa de desemprego vai saltar de 14,1%, dado mais recente do IBGE para o trimestre encerrado em novembro, para 16,3% nos três pri-

meiros meses de 2021. Isso equivale a cerca de 16 milhões de pessoas atrás do trabalho.

— Com o fim do benefício, muita gente fica sem nenhuma alternativa de renda, sem ter como comprar produtos necessários para a sua subsistência e, por tudo isso, vai ter que procurar emprego mesmo num cenário de recrudescimento da pandemia — avalia Otttoni.

Essa procura fica ainda mais difícil para os mais pobres e jovens escolarizados, não apenas pela menor concorrência, como mostram os históricos de quatro desempregados das zonas Norte e Oeste do Rio cuja busca por trabalho O GLOBO acompanhou em janeiro.

Fatores como idade, baixa qualificação, falta de experiência e exclusão di-

gital os abetam ainda mais das poucas oportunidades. A própria pobreza é um fator limitador porque muitas vezes não há dinheiro para o transporte até um local de recrutamento, para imprimir um currículo ou manter o celular funcionando.

Um estudo liderado pelo pesquisador Norberto Meneses Filho (USP/Imper) mostra que o auxílio emergencial reduziu de 12% em 2009 para 8% em 2011 a finta da população na pobreza. Na extrema pobreza, a proporção caiu de 3% para 1%. Isso significa que a retirada do benefício mergulhou muitas famílias novamente na vulnerabilidade em janeiro, sem que elas tenham tido mais chances de conseguir renda de trabalho. Ao contrário, novas restrições a atividades em muitas cidades reduzem ainda mais os empregos enquanto o contingente que os depende aumenta.



Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 07/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Na fila da pobreza **Impacto:** Neutro

NA FILA DA POBREZA

RENDA FAZ FALTA PARA BUSCAR VAGA

LEITORES: 1.234.567 | 10/02/2021 10h30

Durante nove meses, em 2020, o auxílio emergencial funcionou como uma espécie de anástese para as famílias diante do impacto sem precedentes provocado pela pandemia na economia. Mas, a partir de janeiro, com o seta do benefício ainda em um quadro de crises, voltou-se abrir o furo social do país, dizem especialistas, arrastando para a pobreza ainda mais brasileiros



Ajuda estatal. Fila de agência da Caixa na Zona Oeste da Rio, para sacar auxílio em 2020: quase 68 milhões receberam

que os que estavam nessa condição antes da pandemia. Abasca por emprego, setor mais difícil ainda mais para os mais pobres. Nos cálculos do economista Daniel Dupas, pesquisador da FGV, com o fim do auxílio, a taxa de população na pobreza deve chegar 20,7%. A extrema pobreza deve alcançar 0,7%. As regiões Nordeste e Sudeste, segundo ele, são mais impactadas.

— Apesar de o Sudeste ser uma das regiões mais ricas do país, junto ao Sul, foi bastante afetado por causa da pandemia mesmo. Rio de Janeiro e São Paulo foram estados que sobrecarregaram muito no sentido de saúde, o que influenciou o mercado de trabalho. A renda emergencial para quase 70 milhões de pessoas, ao custo total de R\$ 202,9 bilhões para os cofres públicos, reduziu o índice de Gini, que mede a desigualdade numa sociedade, de 0,53 para 0,47. Fica abaixo de 0,50 para

primeira vez no Brasil, segundo estudo dos economistas Nairéto Mendes Filho, Bruno Komatsu e João Pedro Rosa. Quanto mais próximo de 1, mais desigualdade.

DESIGUALDADE NO ACESSO

Com mais gente disputando poucas vagas, Mendes Filho aponta o fim do auxílio como agravante da desigualdade no acesso ao trabalho.

— O dinheiro é enviado numa família pobre, acho que as outras pessoas não fazem ideia. Para quem fim era renda, comprou um pacote de internet está fim do auxílio. Essas pessoas muitas vezes não têm tempo, não têm experiência formal, além de sofrerem discriminação. Todas essas coisas fazem com que fiquem em desvantagem em relação a quem teve acesso à edu-

cação e melhores oportunidades.

Gênesis, taxa e desigualdade costam ao acesso o emprego, diz o economista. Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais, do IBGE, brancos ganhavam, em 2009, 40,2% mais, em média, que negros, com o mesmo número de horas trabalhadas. Um larco de 18 a 24 anos tem três vezes mais chances de conseguir faculdade que um preto ou pardo.

A maioria dos negros está em funções que exigem menos instrução e pagam salários mais baixos, como as do comércio e do setor de serviços, os mais atingidos pela pandemia. As melhores profissões, saldos de beleza ou no serviço doméstico, têm ainda mais dificuldades.

O ritmo na vacinação protelou acesso nesses setores e também na informali-

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 07/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Na fila da pobreza

dade. Além das medidas de isolamento que limitam o funcionamento de estabelecimentos, a saída de casa do auxílio emergencial diminui o consumo, dificultando ainda mais contratações nas empresas.

QUALIFICADO DESCE DE GRAU

Um levantamento preliminar feito pela Eladon com base na Pnad Continua, do IBGE, mostra que os trabalhadores em funções de menor qualificação foram os que mais sofreram com a pandemia. Apenas

8,2% dos trabalhadores sem curso superior puderam trabalhar remotamente. Já entre os mais qualificados, o home office foi possível para 38%.

Paulo Vasconcelos, coordenador da Comunidade Gerardo Vilas, um pro-

bleto social que liga empresas e desempregados, diz que abasca por vagas aumentou em janeiro. Ele acha que trabalhadores mais qualificados estão aceitando vagas operacionais como forma de garantir uma fonte de renda, e que aumenta ainda mais as dificuldades dos menos escolarizados.

— Como as empresas tiveram que reduzir seus quadros, adotaram o acionário de funções. Preferem contratar alguém que seja mais qualificado para fazer não só o trabalho básico, como descarga de mercadorias nem superaquecido, mas que também seja capaz de lançar pedidos no computador — explica Vasconcelos.

O coordenador do Gerardo Vilas conta que o acesso a alguma renda tal-sinas faz diferença na busca por trabalho. Ele conta que, sem ter dinheiro para o transporte, moradores de bida-

des da Baixada Fluminense passaram a dormir nas ruas do Rio de segunda a sexta para percorrer empresas em busca de vagas na capital sem gastar com ônibus. É um perfil que ele vem identificando nas ações do projeto social para população de rua, como distribuição de refeições.

GUEDES ADMITE RETOMADA

Para o economista Nairéto Mendes Filho, a retomada de algum tipo de transferência de renda neste momento seria também uma forma de ajudar os mais pobres a buscar emprego. No longo prazo, defende políticas públicas para aumentar produtividade do país, por meio de apoio à pequena indústria, educação e facilidades para abrir um negócio. Só dessa forma o país consegue gerar mais vagas de salários melhores.

O presidente Jair Bolsonaro já abastecido a possibilidade de retomar o auxílio emergencial por causa do alto endividamento do país. No entanto, o ministro da Economia, Paulo Guedes, admira a equitativa a possibilidade de voltar com o benefício, mas para um número menor de pessoas. Ele indicou que deixaria fora beneficiários do Bolsa Família, já contemplados com recursos do Departamento, mas condiciona qualquer novo auxílio à aprovação no Congresso do que chamou de um "novo marco fiscal" para não comprometer as contas públicas.



Compartilhe: WhatsApp, Email, Print



Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 07/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF
Título: Guerra

guerra

Promete ser animada a próxima reunião do conselho de administração da Petrobras. Basicamente, por fatos ocorridos anteontem. O primeiro deu-se de manhã, quando Jair Bolsonaro comandou um encontro para tentar diminuir o preço do diesel. Bolsonaro, na véspera, chegou a dizer que não aceitava a explicação de que o combustível no Brasil é barato e cobraria uma explicação do presidente da Petrobras, **Roberto Castello Branco**. O segundo ocorreu à tarde: a repórter Sabrina Valle revelou que, no ano passado, a Petrobras alargara de três meses para um ano o prazo de apuração da política de preços de combustíveis. Os dois fatos combinados produziram preocupação entre conselheiros da estatal. Eles vão pedir à diretoria explicações sobre os estudos que levaram a essa alteração e suas consequências. Hoje, a política de preços da Petrobras deve respeitar a paridade internacional. Foi o que Castello Branco enfatizou numa reunião do conselho há duas semanas. Ele gastou dez minutos de sua fala para garantir que a empresa está imune a interferências e deixaria o cargo se alguém tentasse usá-la para controlar os reajustes.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Governo quer auxílio rebatizado, com 3 parcelas de R\$200 e exigência de curso **Impacto:** Neutro

FOILIA DE S.PAULO ***

SEGUNDA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 2021 A13

mercado



Fila em restaurante popular em SP, após o fim do auxílio, foco do novo programa seriam informais que não recebem o Bolsa Família



Segundo técnicos, a ideia é ampliar o leque de oportunidades para pessoas que normalmente têm nível básico de qualificação e encontram dificuldade na busca por um emprego formal.

Para facilitar essa inserção no mercado de trabalho, o governo pretende reeditar a Carteira Verde e Amarela. O programa foi instituído em 2006 via MP, mas perdeu a validade sem votação no Congresso.

O modelo estabelece regras mais flexíveis, com a possibilidade de pagamento por hora trabalhada. Esses contratos teriam encargos trabalhistas reduzidos.

Para viabilizar o funcionamento de todos esses mecanismos, o ministro Paulo Guedes (Economia) aposta na aprovação do pacote federativo pelo Congresso.

O texto, que está travado no Senado desde 2019, já previa a emergência fiscal, que atuariam medidas de ajuste em momentos de dificuldade financeira de algum ente. A proposta agora passaria a prever a abertura de calamidade, para ser ativada em situações agudas de uma crise sincronizada em todo o país, como é o caso da pandemia.

O ministro tem afirmado a interlocutores que a compensação das despesas seria a única forma de liberar a assistência aos vulneráveis. Caso contrário, ele afirma que seriam desrespeitadas regras fiscais em vigor no país, o que poderia levar ao impeachment do presidente Jair Bolsonaro.

Com o comando do Congresso nas mãos de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e Arthur Lira (PP-AL), mais alinhados ao Palácio do Planalto, Guedes acredita ser possível dar agilidade à votação do texto.

Apesar do discurso otimista, o governo deve encontrar dificuldades à frente. Isso porque, além de haver resistência de parlamentares ao texto, as medidas de ajuste podem não ter o efeito fiscal desejado a curto prazo.

Mesmo em caso de aprovação do PEC, não haveria uma garantia do pagamento do BIP, o que dependeria da calibragem dada pelo Congresso.

No âmbito da equipe econômica, se o programa de vacinação surtir efeito e reduzir fortemente a taxa de mortalidade por Covid-19, não será necessário acionar a cláusula de calamidade e liberar o benefício. Isso seria feito apenas se o número de mortes diárias continuasse acima de mil.

Governo quer auxílio rebatizado, com 3 parcelas de R\$ 200 e exigência de curso

BIP (Bônus de Inclusão Produtiva) seria liberado com ajuste fiscal e associado à Carteira Verde e Amarela

Bernardo Caram

Assistia. Presionado a fazer novos pagamentos do auxílio emergencial, o governo prepara uma proposta que libera três parcelas de R\$ 200, com foco nos trabalhadores informais não atendidos pelo Bolsa Família. A ideia é também estabelecer novas exigências para o recebimento do benefício.

De acordo com um membro do governo que participa da elaboração da medida, a proposta muda o nome da assistência, que deve passar a ser chamado de BIP (Bônus de Inclusão Produtiva).

Para receber o auxílio, a pessoa terá de participar de um curso de qualificação profissional. O plano também prevê que o benefício seja associado à Carteira Verde e Amarela, programa que deve ser relançado pelo governo para reduzir encargos trabalhistas e estimular a formalização de pessoas de baixa renda.

Segundo uma fonte do governo, o BIP foi elaborado para dar assistência a pessoas

vulneráveis em um momento de crise, e não para ser um mecanismo de distribuição de renda, para tirar pessoas da pobreza.

O argumento é que o governo não tem recursos para seguir pagando um auxílio ampliado com valores mais altos. No formato agora estudado, o programa custaria algo em torno de R\$ 6 bilhões por mês, bem abaixo dos R\$ 20 bilhões mensais gastos com as parcelas de R\$ 600 pagas a 64 milhões de pessoas em 2020.

A equipe econômica quer condicionar esse gesto extra com o benefício ao corte de despesas em outras áreas do governo. Para isso, vai propor a inclusão de uma cláusula de calamidade pública na PEC (proposta de emenda à Constituição) do Pacto Federativo, que retira amarras do Orçamento e traz gatilhos de ajuste fiscal.

Portanto, o novo benefício apenas seria pago se o Congresso aprovasse a PEC, que tem medidas consideradas difíceis. A equipe econômica

quer usar esse argumento para pressionar os parlamentares a aprovar o texto.

Em um primeiro momento, o protocolo elaborado pelo governo prevê a liberação de medidas sem efeitos fiscais, como a antecipação do abono salarial (anunciada na semana passada) e do 13º de aposentados.

O segundo passo, segundo disse à Folha um membro da equipe econômica, será a inclusão na Bolsa Família das pessoas que hoje estão na fila do programa social. No fim do ano, 1 milhão de famílias estavam nessa lista de espera.

Pelo plano do governo, o beneficiário do Bolsa Família permanecerá no programa e não terá direito ao BIP. Portanto, o governo manterá o gasto de R\$ 34,8 bilhões previsto para o programa em 2021.

O bônus será destinado às mais de 30 milhões de pessoas classificadas pelo governo como informais, aquelas que estão em uma espécie de limbo entre o Bolsa Família e o mercado formal de trabalho — não têm emprego e não recebem

nenhuma assistência social.

O valor de R\$ 200, assim como na primeira versão do auxílio emergencial em 2020, foi pensado para ficar próximo ao benefício médio do Bolsa Família, de aproximadamente R\$ 100.

A equipe econômica afirma que um plano mais consolidado só poderá ser feito em um novo programa, fruto de uma modernização do Bolsa Família, com a fusão de programas sociais existentes hoje.

A ideia de ampliar o nome do auxílio para BIP está ancorada na estratégia de mudar a visão sobre o programa, que deturba de ser uma transferência pura de renda para se tornar um mecanismo de apoio temporário enquanto os informais buscam um emprego.

Além do benefício a ser ativado, o trabalhador teria de aceitar participação em um curso de qualificação. Modelos desenhados pelo Ministério da Economia prevêem parcerias com órgãos do Sistema S, que seriam responsáveis por oferecer os treinamentos.

Ajuda na pandemia

O que seria o BIP
Bônus de Inclusão Produtiva teria três parcelas de R\$ 200, pagas a mais de 30 milhões de trabalhadores informais.

Exigências
A pessoa teria de aceitar fazer um curso de qualificação profissional. O programa ainda seria associado à Carteira Verde e Amarela, que flexibiliza regras trabalhistas e reduz encargos para trabalhadores de baixa renda.

Condições
O gasto se acionaria em caso de calamidade pública em outras áreas do governo. A ideia é incluir uma cláusula de calamidade pública na PEC do Pacto Federativo, que retira amarras do Orçamento e traz gatilhos de ajuste fiscal.

RS 18 bilhões
É o custo estimado do BIP.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/02/21 - **Cidade/UF:** DF

Título: Conta-salário no Pix pode revolucionar gestão de folha de pagamentos **Impacto:** Neutro

Conta-salário no Pix pode revolucionar gestão de folha de pagamentos

Para executivos do setor, inclusão da modalidade no sistema vai baratear custos para o empregador e dar mais liberdade ao funcionário

Larissa Garcia

BRASÍLIA A gestão de folhas de pagamentos é parte importante do relacionamento entre empresa e banco, com processos complexos e caros. O ingresso de contas-salário no novo sistema de pagamentos brasileiro (Pix), anunciada pelo Banco Central para o primeiro trimestre deste ano, pode mudar completamente essa dinâmica, baratear custos para o empregador e dar mais liberdade ao empregado.

Atualmente, a modalidade é uma das poucas que ainda não podem operar no Pix, por que precisa de mudanças de regulamentação. Em reunião com o mercado em 28 de janeiro, a autoridade monetária informou que fará ajustes nas normas para acomodar a inovação.

Esse tipo de conta existe desde 2006, mas ganhou visibilidade em 2018, quando o BC publicou regra que permite que o trabalhador escolha onde prefere receber, por meio da portabilidade.

Para isso, o patrão precisa abrir uma conta-salário e, de lá, os recursos vão diretamente para a conta escolhida pelo trabalhador por meio de transferência eletrônica, sem tarifas. Só no ano passado, foram feitos 3,54 milhões de pedidos de portabilidade, de acordo com dados divulgados pela autoridade monetária.

Antes, era comum que o trabalhador tivesse que abrir conta em um novo banco a cada mudança de emprego para se adequar à instituição financeira escolhida pela empresa.

Para executivos do setor, a longo prazo é possível que a modalidade deixe de existir, por que perderia o sentido.

"Com o Pix, o empregado poderia escolher o banco em que quer receber, e a empresa não teria ônus para enviar os recursos, o que dá liberdade ao trabalhador e reduz custos ao empregado. Nesse contexto, não faria sentido existir conta-salário, que foi criada justamente para dar esse poder de escolha", diz Carlos Netto, presidente da Mitera, empresa de tecnologia para o mercado financeiro.

Além disso, ele vislumbra a possibilidade de realizar pagamentos pelo CPF do trabalhador. A mudança traria liberdade para a escolha o banco em

que deseja receber, inclusive com a possibilidade de mudar a qualquer momento via portabilidade de chaves.

"Nesse caso, o funcionário só precisaria cadastrar seu CPF como chave Pix e ele poderia mudar a qualquer momento, pois a portabilidade de chaves é muito simples. Se ele quisesse mudar de banco, não precisaria nem informar à empresa", afirma o executivo.

O especialista diz ainda que a forma como a regulação de portabilidade é desenhada hoje não dá total liberdade para que o trabalhador escolha a conta pela qual quer receber.

"Como o dinheiro é enviado por meio de TED [Transferência Eletrônica Disponível], algumas contas de fintechs são excluídas. Se essa transferência pudesse ser feita pelo Pix, muitas delas poderiam ser escolhidas para portabilidade de salário", argumenta.

Segundo Netto, os empresários ainda não começaram a pagar aos funcionários com Pix — mesmo aqueles que não possuem conta-salário — por insegurança jurídica. "Nós, por exemplo, pretendemos adotar o novo sistema, mas, em relação entre empregador e trabalhador tem regulamentação rigorosa, não ficou claro se é permitido".

A mudança na regra, proposta pelo BC, abre caminho para que companhias realizem pagamentos pelo Pix e que empresas de contabilidade e de gestão de folha ofereçam o serviço. "Facilita inclusive para autônomos e freelancers, que não possuem vínculo", destaca Netto.

O vice-presidente de serviços financeiros da Contabilizei (empresa de contabilidade online), Heitor Barcellos, concorda que, se o Pix fosse adotado para pagamento de funcionários, a conta-salário perderia sentido.

Além disso, ele diz acreditar que, além da insegurança jurídica, os bancos e as empresas também precisam adequar seus sistemas.

"Na nossa empresa oferecemos gestão de folha de pagamentos, mas ainda não começamos a fazer por Pix. Estamos esperando para ver qual realmente vai ser a demanda do cliente porque a operacionalização exige investimento".

Barcellos pontua que o modelo também abre espaço pa-



Com o Pix, o empregado poderia escolher o banco em que quer receber, e a empresa não teria ônus para enviar os recursos, o que dá liberdade ao trabalhador e reduz custos ao empregado. Nesse contexto, não faria sentido existir conta-salário, que foi criada justamente para dar esse poder de escolha

Carlos Netto, presidente da Mitera, empresa de tecnologia para o mercado financeiro

ra novas empresas, que podem oferecer folhas feitas exclusivamente com o novo sistema de pagamentos. "Embora o BC ainda não tenha liberado o Pix agendado [que permite escolher que a transferência seja feita em data futura], o mercado pode criar essas soluções por si", avalia.

Charles Guilherme, vice-presidente de operações da empresa, salienta que o modelo pode favorecer especialmente o pequeno empresário.

"Toda essa adequação de sistemas precisa ser feita por grandes empresas, que têm um número grande de funcionários e conseguem barganhar com o banco. Nas menores, a gestão pode ser feita pelo próprio empresário, e o Pix facilita muito", diz.

Alexandre de Carvalho, presidente da Easymer (aplicativo que presta auxílio ao microempresendedor individual), diz que o pequeno empresário é beneficiado mesmo sem a integração da conta-salário ao Pix.

"O MEI pode contratar apenas um funcionário e na prática dificilmente abre conta-salário para o seu empregado, ou seja, efetua o pagamento por meio de transferência bancária, com cobrança de tarifa. Dessa forma, o Pix pode ser uma boa alternativa", frisa.

Para Natália Lima, diretora do Xerpay, aplicativo especializado em antecipação de salário, é preciso esperar a nova regulamentação para mensurar impactos.

"O novo anúncio do BC ainda não trouxe clareza sobre o impacto dessas mudanças para as empresas e seus colaboradores. Mas seria positivo se a mudança na norma permitisse que contas-salário recebessem Pix de qualquer CPF ou CNPJ [Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica]. Isso traria mais competitividade e mais flexibilidade aos funcionários".

Em nota, o BC diz que "estuda a ampliação do uso do Pix, incluindo a possibilidade de usá-lo para transferir recursos já creditados na conta-salário para outra instituição".

"Quando for possível transferir recursos da conta-salário por Pix, todos os participantes autorizados a funcionar pelo BC poderão receber portabilidade de valores de conta-salário, incluindo as fintechs que hoje não recebem TED".

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/02/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Mercado vê chance para setores que ficaram para trás na Bolsa **Impacto:** Neutro

Mercado vê chance para setores que ficaram para trás na Bolsa

Turismo e educação são apostas, mas ritmo de vacinação é risco, dizem analistas

Júlia Moura

SÃO PAULO Apesar de o Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, ter se recuperado do impacto do coronavírus, diversos setores ainda amargam perdas relacionadas à pandemia, em especial de serviços, com destaque para empresas de turismo e educação.

Nos últimos 12 meses, a Corgna acumula queda de 66%, e a Yduqs, de 40%. A CVC cai 42,64% e a Tiole e a Azul, 30,7% e 28,9%, respectivamente.

"O consumo cíclico segue desvalorizado e depende da imunização. O país que estiver mais vacinado vai ter uma recuperação da economia mais rápida", diz Gustavo Bertotti, economista chefe da Messiem Investimentos.

Como a expectativa de uma vacinação em massa em 2021 se concretize, esses ativos poderão ter saltos na valorização, pois estão entre os mais

depreciados do Ibovespa.

"Lojas Renner é a maior pechincha da Bolsa", diz Luís Fernando Zen, estrategista da Inversa Capital.

A varejista acumula queda de 28,3% nos últimos 12 meses e, segundo Zen, está burocrática com relação ao retorno que pode dar ao investidor.

Na mesma lógica, ações de shoppings, construção civil e bancos estão entre as recomendações de especialistas.

Como há o risco de a imunização demorar mais do que o previsto, afetando a recuperação, o investidor precisa ficar atento ao noticiário sobre o tema. Caso as perspectivas piores, as empresas poderão sofrer forte desvalorização.

Algumas instituições estão revisando para baixo suas estimativas para o economia brasileira em 2021, dados o atual processo de vacinação e o aumento no número de casos e mortes neste início de ano.

A Tendências Consultoria, por exemplo, projeta um crescimento de 2,9% para o PIB, abaixo da mediana do mercado de 3,2% apurada pelo Banco Central na pesquisa Focus.

O economista José Márcio Camargo, da Genial Investimentos, também está entre os que revisaram a projeção de crescimento do PIB para este ano, de 3,5% para 3%, mas, em sua avaliação, as perspectivas para o processo de vacinação são positivas.

"A retomada depende da vacinação. Ela tem um impacto enorme no crescimento da economia", diz Caio Leskowski, sócio da Tarpon Capital.

Para não dependerem só da vacinação e da retomada do consumo doméstico, os fundos da Tarpon também investem no agronegócio, que se beneficia do aumento das exportações, como do dólar alto.

Investimos em empresas que devem ter desempenho

Ações do setor de saúde são as que mais sobem em 2021

Valorização no ano, em %



Folha | Bloomberg

melhor que as concorrentes e que tenham estrutura de capital adequada para passar por momentos em que a atividade econômica não é tão pujante", afirma Rafael Maisonnave, também sócio da Tarpon.

Segundo ele, é importante buscar empresas com boas margens de lucro, pouco endividadas e com alta previsibilidade de ganho.

O setor elétrico está entre os investimentos da Tarpon justamente pela previsão de renda, já que as empresas do setor têm, geralmente, uma constância no fluxo de caixa.

"Empresas de infraestrutura estão menos expostas à economia real", diz Maisonnave.

Outra aposta é o setor de saúde. "Cerca de 75% dos brasileiros não têm plano, mas está entre as prioridades, é algo que se deseja", diz Leskowski.

Ele também cita o impacto da pandemia e do envelhecimento da população como incentivos para a população buscar planos de saúde.

No setor, a gestora investe na Hapvida e na NotreDama Intermedica, que planejam uma fusão. A operação criaria um gigante do setor, impulsionando ainda mais os papéis.

A Inversa Capital também vê um potencial de crescimento na adesão de planos de saúde.

Outra aposta é em celulose.

Como a Suzano, questões locais têm pouco impacto. Ela depende mais do dólar", diz Marcelo Weber, fundador da gestora.

A Vale também é vista com bons olhos. "Este momento da empresa com baixo endividamento e o minério em alta é sensacional".

Empresas de siderurgia e mineração são dependentes da demanda externa, especialmente da China. Como o esperado é uma taxa de crescimento elevada para o país em 2021, empresas do setor tendem se favorecer.

No setor aéreo, Weber vê uma retomada de Gol e Azul, mas não de Embraer a curto prazo. "Talvez não seja o grande momento da empresa, pela desistência da Boeing [de comprar a divisão de aviação comercial da brasileira]."

Bertotti, da Messiem, vê boa oportunidade em empresas estatais, cuja privatização fica mais provável com a vitória de Arthur Lira (PP-AL) para liderar a Câmara e de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para presidir o Senado.

A mesma lógica vale para as refinarias. O mercado vê uma maior probabilidade no avanço dessa agenda. Nesse cenário, Bertotti aposta na Sabesp e na Eletrobras. "Com a agenda reformista ganhando força, estatais se valorizam".

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 08/02/21 - Cidade/UF: SP

Título: Abre e fecha na pandemia exige do empreendedor planejamento diário Impacto: Neutro

mpme

Abre e fecha na pandemia exige do empreendedor planejamento diário

Diminuir despesas fixas e criar estruturas mais enxutas e flexíveis ajudam a driblar as incertezas

Renan Marra

SÃO PAULO Diante do cenário de incertezas em decorrência da pandemia, empresários estão sendo obrigados a reaver as movimentações financeiras do negócio quase diariamente para controlar a flutuação de faturamento, folha de pagamento e estoque.

Em São Paulo, por exemplo, o governador João Doria (PSDB) tem adotado política do "aperta e solta". Na semana passada, o taciano suspendeu decreto que determinava fechamento dos serviços não essenciais em algumas cidades, incluindo a capital, nos dias úteis das 17h às 6h e nos fins de semana e feriados.

Com a mudança, restaurantes, shoppings e lojas de rua voltaram a funcionar aos sábados e domingos e com horário reduzido nas regiões que estão na fase laranja e amarela do plano de flexibilização.

Para tomar decisões assertivas com tantas mudanças, o empreendedor precisa, em primeiro lugar, analisar a saúde financeira da empresa, afirma Luiz Henrique Barbosa, fundador da consultoria CaW Consulting.

Um sinal de alerta deve acender quando o dinheiro em caixa não é suficiente para cobrir as despesas do mês por três meses. "A imprevisibilidade da receita na pandemia demanda ações imediatas para proteger o caixa e evitar a ruptura na operação, que leva a empresa para um ciclo destrutivo", diz.

Para minimizar os impactos,

diminuir a margem de lucro e promover descontos podem não ser simpáticos ao dono do negócio, mas são alternativas para aumentar a liquidez das vendas.

Com a possibilidade de atração de mais clientes, a tendência é que o caixa não fique totalmente desabastecido, evitando o colapso em períodos com restrições mais duras.

Neste contexto de crise, o empresário deve estar sempre preparado para o pior. Por tanto, é recomendado que ele compre o estritamente necessário para o dia a dia.

O contato com fornecedores na as idas ao supermercado podem aumentar, mas o estoque enxuto evita eventuais perdas de produtos perecíveis em caso de novos endurecimentos da quarentena.

Mas, com o aumento da frequência das compras, ainda que em quantidades menores, o empresário deve ficar atento a fornecedores que podem ter problemas de entrega.

Foi o que enfrentou a rede de serviços de pedologia Doctor Feet, que sofreu com o desabastecimento de máscaras e luvas, materiais usados pelos funcionários da marca.

Nesse caso, por serem insumos essenciais aos profissionais de saúde, a rede optou por investir em uma grande quantidade de produtos descartáveis, formando estoque para três meses.

A Doctor Feet tem 85 unidades, sendo que 90% delas ficam localizadas em shoppings, cujo funcionamento vem sendo mais afetado. Em

média, uma unidade da marca faturava R\$ 500 mil por mês antes da crise, valor que caiu pela metade na pandemia.

"O planejamento de longo prazo se tornou algo surreal. Passamos a viver uma semana de cada vez, tendo em vista que o fechamento do comércio e as restrições de horários assustam o consumidor e quebram o fluxo de caixa", afirma Jonas Bechelli, fundador.

Para sobreviver a rede teve de diminuir o quadro de funcionários. Dos 1,3 mil empregados, cerca de 400 foram demitidos em abril do ano passado.

Reduções chamadas despesas fixas (que não apresentam relação com o custo do produto) e criar estruturas mais enxutas e flexíveis são medidas recomendadas em tempos de crise e incertezas, afirma Rubens Massa, professor do Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

"Independentemente do contexto externo, o empresário precisa criar ambiente responsável nos diferentes cenários", afirma Massa.

Nos períodos em que há medidas mais rígidas de quarentena e menor movimento, uma alternativa é adotar a escala 12 horas/36 horas, em que o funcionário trabalha um dia e folga no outro.

Assim, o empresário consegue economizar a metade do valor do vale transporte pago no mês, aliviando o caixa.

Nesse caso, ele precisa consultar a viabilidade da mudança com o sindicato ou associação da categoria e

advogados para evitar eventuais processos trabalhistas.

Para ações mais rápidas, o ideal é que a empresa invista em um departamento de crise. Esse grupo formula decisões com menor apelo emocional, permitindo inclusive mudanças drásticas, afirma Barbosa, da CaW Consulting.

No Grupo Laços, que oferece tratamentos e linhas de produtos naturais, o comitê de crise, formado por 15 pessoas com cargos de liderança, foi criado no início da pandemia.

"A grande vantagem é a velocidade para se movimentar. No comitê, todos os assuntos são discutidos. Surgem desde ideias estruturais até propostas transformadoras. Quando uma ideia é aprovada, sai um batalhão de gente para realizá-la", afirma o diretor executivo do grupo, Itamar Cechetto.

Uma das ideias nascidas no comitê foi a transformação de salões de beleza em mercadinhos que oferecem higienizantes, vírios e itens de mercearia, limpeza, decoração, entre outros. A mudança, na época mais dura da pandemia, quando salões estavam fechados, ajudou na permanência dos 30 funcionários do grupo.

O dinheiro em caixa, que daria conta das despesas por cerca de três meses, foi fundamental para investimento no e-commerce e contratação de novos representantes comerciais, que ajudaram a expandir a distribuição de produtos capilares orgânicos desenvolvidos pelo grupo nas redes de varejo.

Mesmo com uma perda de receita de R\$ 15 milhões, por causa do fechamento dos 80 salões de beleza no início da pandemia, o grupo encerrou o ano com o mesmo faturamento registrado em 2019.

"A gestão e o planejamento migraram cada vez mais para a construção no dia a dia, buscando reação em tempo real dentro de um contexto de transformação e incerteza", afirma Massa, da FGV.



Itamar Cechetto, diretor do Grupo Laços, em unidade de salão de beleza e mercadinho, em SP. (Foto: Paulo Vitor/Saiba)

Cursos por WhatsApp ajudam empresário no dia a dia do negócio

Marília Miraglia

SÃO PAULO O Sebrae lançou, em janeiro, 15 cursos gratuitos para serem acessados por WhatsApp, com curta duração, linguagem descomplicada e futura de emissões.

Até agora, a iniciativa já teve 80 mil alunos — número que considera também o período de testes, realizado no semestre passado. A entidade tem recebido uma média de 10 mil matrículas por semana para a modalidade.

A ideia de oferecer cursos pelo aplicativo de mensagens surgiu da percepção de que o empresário precisa de um canal para aprender e se in-

formar que esteja presente em seu dia a dia, afirma Diego Demétrio, gerente nacional de soluções da instituição.

"Usando o aplicativo para estudar, o empreendedor elimina barreiras: não precisa entrar no portal, abrir um computador, não precisa do acompanhamento de ninguém. Como o robô fica lá 24 horas por dia, ele faz as atividades quando puder, até enquanto estiver esperando em uma fila", afirma.

O conteúdo foi desenvolvido para atender a microempreendedores individuais (MEIs), mas o Sebrae está trabalhando em quatro cursos para o setor da economia criativa

—embora, o acesso poder ser feito também pelo Telegram.

Quando decide fazer o curso, o aluno entra em uma conversa com um número de WhatsApp e interage com uma ferramenta de inteligência artificial que envia gifs, testes, cards, vídeos e áudios. Além disso, ele tem acesso a um material de apoio, como planilhas, para colocar em prática conceitos aprendidos.

Assim que o empreendedor completa as tarefas propostas no aplicativo de mensagens, recebe mais conteúdo e consegue até ser feedback sobre sua performance. Para tirar dúvidas, porém, é necessário recorrer a outro número

de WhatsApp — uma central com atendimento humano.

Cada curso leva em média duas horas para ser finalizado, com prazo de até 15 dias. A duração média de áudios e vídeos utilizados é de menos de dois minutos.

A ideia é que o empresário tenha um aprendizado fluido, que não tome muito tempo do seu dia e possa ser realizado no intervalo entre tarefas, afirma Carolina Nunes, consultora educacional do DOT Digital Group, que atua no projeto com o Sebrae.

"É um aprendizado que está dentro do conceito de microlearning, uma estratégia de ensino que trabalha com

pilhas de conhecimento. Você quebra os conteúdos em conteúdos menores para facilitar a compreensão do aluno. É uma tendência na educação relativamente nova no Brasil e no mundo", diz ela.

Além da linguagem e da acessibilidade, outro ponto importante no desenvolvimento dos cursos do Sebrae foram os temas, que abordam etapas do dia a dia do empreendedor — como, por exemplo, o acesso a crédito.

"Muitas vezes, o curso vai levar o empresário a ter um insight, tirar uma dúvida pontual e até entender melhor o que tem atrapalhado seu negócio", afirma Demétrio.

“ Usando o aplicativo para estudar, o empreendedor elimina barreiras: não precisa entrar no portal, abrir um computador, não precisa do acompanhamento de ninguém”

Diego Demétrio
gerente de soluções do Sebrae

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Santander vê crescimento robusto no agro em 2021 **Impacto:** Neutro

B2 | Economia | SEGUNDA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 2021

coluna do
broadcast agro

EMAGGI/OLIVIA FERREIRA/REUTERS/ISTOCK

Santander vê crescimento robusto no agro em 2021

O Santander prevê procura maior por crédito vindo de agricultores. A estimativa é de que a carteira de R\$ 24 bilhões cresça de 25% a 30% em 2021, após avanço de 20% em 2020, diz Carlos Aguiar, diretor de Agronegócios. No horizonte, a firme demanda externa por grãos e carnes e o bom desempenho do agro, beneficiado pelo dólar forte. Aguiar avalia que o resultado não ficará comprometido com o cancelamento de feiras agropecuárias presenciais, que permitiam contato direto com o público. Ele acredita que empréstimos a produtores (varejo) seguirão crescendo mais do que as empresas. E que companhias têm quitado dívidas ou substituído crédito de curto prazo por prazos mais estendidos em emissões de títulos, IPOs e outros. "Para elas, há mais recursos baratos", diz. A demanda de pessoas físicas deve crescer 30% ante 2020, e a das empresas, em torno de 12%.



Soja no porta. Demanda externa por grãos traz projeções otimistas.

» **Por fora.** A partir de maio, o banco também ofertará crédito pela startup Gira, adquirida em 2020. Antes, a Gira fazia só análise de Cédulas de Produto Rural (CPR) apresentadas pelos agricultores para comprar insumos. Com a startup, o Santander acessará produtores financiados por tradings e revendas, em vez de bancos, por não disporem de terra para dar como garantia ou já terem oferecido a propriedade em outro empréstimo. "Previsemos um crescimento bem grande de uma safra para outra. Não há limite de recursos", afirma Aguiar.

» **Mais força.** O executivo do Santander conta que o banco continuará abrindo lojas "agro", especialmente no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, reforçando, também, aquelas regionais. No Brasil são 15 redes comerciais ou regiões. "Teremos uma estrutura de agro para cada rede."

» **Em alta.** A Beyer espera em 2021/22 crescimento de 10% do barter, operação em que empresas vendem insumos a agricultores em troca da produção futura. Segundo Carlos Brandulin, gerente nacional dessas operações da divisão agrícola da empresa no Brasil, a soja continua sendo o "carro-chefe" por causa do cresci-

mento de área e da escalada de preços. A oleaginosa representa cerca de 40% do negócio de barter da companhia. A Beyer vê potencial de incremento em algodão, milho e cana.

» **Juntos.** Nesta safra, a empresa passa a oferecer operações de barter integradas com produtos da Monsanto e Beyer, de olho na volatilidade dos preços futuros e do câmbio, o que amplia o interesse pela ferramenta. "Vai fazer com que o produtor calibre seus custos", diz Brandulin. Em 2020/21, um quarto das operações com defensivos feitas pela empresa no País ocorreu por meio de barter.

» **Frutos.** Traz resultados à Votorantim Cimentos a estratégia de criar, em maio passado, uma marca exclusiva para insumos agrícolas, a Viber. Fechou o ano com vendas de 5 milhões de toneladas de calcário agrícola, corretivos e nutrientes para o solo, ante 4,3 milhões de t em 2019.

» **De onde vem?** A Amaggi vai usar parte dos US\$ 750 milhões captados com a sua primeira emissão de títulos sustentáveis, concluída em janeiro, para ampliar a rastreabilidade na cadeia de soja. A empresa compra o grão de mais de 5 mil agricultores,

nem de ser ela própria uma produtora. A ideia é melhorar a plataforma Originar, desenvolvida com tecnologia geoespacial para mapear fazendas. "O objetivo é aumentar a rastreabilidade, hoje em 90% da soja que compramos", afirma Dante Pomi, diretor financeiro-administrativo. O plano é também ampliar o volume produzido e originado com certificações de sustentabilidade como RTRS e Proterra.

» **Não sem críticas.** O título sustentável da Amaggi foi alvo de questionamentos da Chain Reaction Research. A ONG com sede nos EUA diz que o sistema de implementação do compromisso de desmatamento zero da empresa é "insuficiente" para evitar riscos e não cobre desmatamento legal. A Amaggi diz estar comprometida com uma cadeia "livre de desmatamento". Afirma que não compra soja de áreas desmatadas na Amazônia após 2008. No Cerrado, 99% da soja safrá 2019/20 de municípios de maior risco em livre de desmatamento, diz. Em fazendas próprias, não tem desmatamento no mínimo desde 2008.

● Economia ambiental

5,25%

ao ano é a taxa pela qual foram emitidos os títulos sustentáveis da Amaggi, que têm vencimento em 2028

» **Astros a favor.** A nova composição das mesas diretores no Senado e na Câmara dos Deputados favorece o agro, diz uma fonte. Há chance real de empregar neste semestre pastas caras ao setor, como defendeu o novo presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Sérgio Souza (MDB-PR), em sua posse no último dia 4. "Há uma conjunção de fatores muito boa que leva a crer que teremos espaço para passar os projetos", diz o interlocutor. Regularização fundiária, liberação de agroquímicos e revisão da legislação ligada à demarcação de terras indígenas serão os temas prioritários.

» **Linha de frente.** Para a fonte, a FPA está fortalecida após o deputado Neri Geller (PP-MT) ter encabeçado uma articulação para eleger o deputado Arthur Lima (PP-AL) como novo presidente da Câmara. Formalmente, Souza e o ex-presidente da FPA Alceu Moreira (MDB-RS) apoiaram a candidatura de Baleia Rossi, também do MDB. A expectativa é de que Geller reúna a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara.

CLARICE COUTO e LETÍCIA PAKULSKI

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Cenário para commodities é positivo **Impacto:** Neutro



Na web
acesse o conteúdo desta matéria em: www.estadao.com.br

Cenário para commodities é positivo

Para analistas, ações de empresas produtoras de matérias-primas têm boas perspectivas para este ano

Isaac de Oliveira

Se a pandemia afetou o mercado de commodities em 2020, analistas acreditam que neste ano as perspectivas são animadoras para as ações de empresas que produzem matérias-primas, sobretudo destinadas ao mercado externo. Os investidores que querem manter esses papéis na carteira, porém, precisam considerar que as empresas do setor possuem dinâmicas distintas, o que pode afetar o desempenho das ações.

Na semana passada, o Banco Central (BC) informou que o Índice de Commodities Brasil (IC-Br) avançou 10,55% em janeiro na comparação com dezembro. Já o indicador internacional de commodities, o CRB, cresceu 8,29% em janeiro em relação ao mês anterior.

Apesar da expectativa de um "boom" das commodities, como se viu nos anos 2000, analistas lembram que as matérias-primas vivem ciclos diferentes. Portanto, a escolha de papéis precisa analisar o contexto de forma particular. "Enquanto o ministro de ferroatingo o preço, agora está em um momento de acomodação de preços, no caso do petróleo há um início de ciclo de alta, com as companhias produtoras passando aumento de preço", diz Patrick Conrad, analista de commodities da Western Asset.

Segundo Conrad, no caso do petróleo, afetado em 2020 principalmente pela queda da demanda provocada pela redução da mobilidade, o momento é de recuperação de preço, devido ao início da vacinação contra a covid-19 e a queda de que as



Desempenho. Entre 2002 e 2008, as ações da mineradora Vale tiveram um retorno médio anual de 51,07%

economias vão se recuperar. Ainda assim, há quem faça leitura de um novo salto nas commodities, como se viu em intervalos de tempo diferentes nas últimas duas décadas. Quando a China começou sua ascensão como gigante na produção de ferro, na primeira década de 2000, gerando demanda, o Brasil se consolidou como um dos principais exportadores da matéria-prima ao lado da Austrália.

Entre 2002 e 2008, por exemplo, as ações da Vale tiveram um retorno médio anual de 51,07%, como mostra um levantamento da Economistica para o E-Investidor (ver gráfico). Outras pro-

duzidas de commodities foram bem no mesmo período, como Petrobrás, com retorno médio anual de 57,08%.

A JBS, do setor de carnes, só teve o IPO realizado em março de 2007. Por isso, seu desempenho no primeiro intervalo considerado no levantamento é reduzido na comparação aos outros dois papéis. Mas, entre 2015 e 2021, a ação da companhia teve retorno médio anual de 10,31%.

Tendências. A expectativa de retomada econômica global, amparada sobretudo no avanço da vacinação, é positiva e pode beneficiar os papéis das empresas de commodity.

O CICLO DAS COMMODITIES EM DOIS TEMPOS

• A trajetória das ações de matérias-primas em momentos distintos

Retorno médio anual

AÇÃO	COMMODITY	EM PORCENTAGEM	
		ENTRE 2002 E 2008 (02/DEC/2002 A 01/MAI/2008)	ENTRE 2015 E 2021 (01/JAN/2015 A 31/FEV/2021)
Petrobrás (PETR4)	Petróleo	57,08	45,92
Vale (VALE3)	Mineração	51,07	32,42
JBS (JBS11)	Proteína	10,31*	20,31

*RETORNO REFERENTE AO PERÍODO DE 30/04/2002 (DATA DO IPO) ATÉ 01/MAI/2008

10,55%
FOI A ALTA DO ÍNDICE DE COMMODITIES DO BC EM JANEIRO

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/02/21 - **Cidade/UF:** RJ
Título: Mercado questiona preços da Petrobrás **Impacto:** Neutro

B4 | Economia | SEGUNDA-FEIRA, 1 DE FEVEREIRO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Mercado questiona preços da Petrobrás

Alteração na política de preços feita no ano passado, mas só anunciada na sexta, põe em xeque transparência e independência da estatal

Denise Lima / B10

A mudança da política de preços da Petrobrás, anunciada em fato relevante na sexta-feira — mas na verdade modificada no primeiro semestre de 2020 — pegou o mercado de surpresa e levamos dúvidas sobre a transparência da decisão, que ao contrário de outras alterações feitas pela companhia desde 2019, não foi comunicada ao mercado.

A Petrobrás só emitiu o fato relevante sobre o tema após a informação ter sido revelada pela agência Reuters, na tarde de sexta-feira. No documento, a estatal admitiu que aderiu a política de preços trimestral para anual "estrictamente para fins de gestão e diagnóstico interno" em março de 2020, mas que isso nada interfere nas decisões sobre ajuste de preços, que continuam a seguir a paridade internacional. A empresa alega que "não divulga os detalhes de sua política de preços em razão de sensibilidade comercial".

"Em 2020, estabeleceu-se indicador gerencial com apuração trimestral. Em 2021, dada a volatilidade dos preços internacionais e da taxa de câmbio, esse indicador passou a ser anual, sem impacto nas decisões de

preços", explicou a Petrobrás em nota. "Prova disso é que a mudança foi implementada em junho de 2020, sem que tivesse sido observado maior espaçamento nos reajustes de preço. Após a revisão de junho, por exemplo, foram aplicados 22 reajustes de gasolina (9 reduções e 13 aumentos) e 18 reajustes no diesel (4 reduções e 14 aumentos)", reforçou a estatal.

Apesar disso, pelo menos em duas ocasiões a companhia avisou de outras mudanças na política de preços. Em março de 2019, informou que o diesel não teria ajuste no prazo inferior de 15 dias, e em junho do mesmo ano avisou que não teria mais periodicidade para ajustes nos preços do óleo diesel e gasolina.

A notícia teve ainda mais peso por ocorrer horas depois do presidente Jair Bolsonaro ter reafirmado a independência da empresa em sua política de preços, e em meio à insatisfação dos contribuintes em relação à alta do diesel.

Para o presidente da Associação dos Acionistas Minoritários (Aakim), Aurélio Valporto, a empresa escondia a informação e deveria ter publicado fato relevante na época da mudança. Valporto avalia que a decisão foi tomada no início da pandemia



Valor. Petrobrás alterou política de preços para base anual

• Mudança

22

reajustes de gasolina foram aplicados pela Petrobrás após a revisão de junho, sendo 9 reduções e 13 aumentos

para evitar repassar a forte queda do preço do petróleo no mercado internacional, que chegou a ser cotado a US\$ 20 o barril em abril do ano passado.

barato. "Na época, o combustível deveria ser mais barato do que foi no Brasil. Ele deveria ter pensado que se continuassem a seguir essa política (trimestral) poderiam ter prejuízo. Reduziram o preço dos combustíveis, mas não na mesma proporção que o mercado externo", disse Valporto.

Para o analista de petróleo e gás da consultoria StoneX, Thadeu Silva, o aumento de prazo para avaliação de ajustes pode ser uma política ditosa para a

empresa, principalmente diante dos preços defasados que mantém no mercado interno. "Ela não comunicou ao mercado. Do ponto de vista econômico o prazo de até 12 meses para seguir o preço internacional, é um prazo muito longo, não existe isso no mercado."

Segundo Silva, com os preços defasados anuais, a estatal é obrigada a abastecer todo o mercado com prejuízo. "Ela (Petrobrás) falar que está seguindo o mercado internacional, em até 12 meses é a mesma política da Dilma (Ivo Cassol, ex-presidente da República). Vai reajustar o preço de vez em quando, e é um mercado grande, que está crescendo, e vai ter de importar mais", explicou.

Depois de forte queda na pandemia, o mercado de petróleo tem registrado sucessivas altas, e na sexta-feira fechou a US\$ 55 barril o tipo Brent, influenciado pela expectativa de uma nova rodada de estímulos fiscais nos Estados Unidos.

O presidente da Associação dos Importadores de Combustíveis (Abicorp), Sérgio Araújo, há meses reclama da falta de paridade dos preços da estatal com o mercado externo. Segundo ele, os últimos valores apurados mostram que para se equi-

parar ao mercado internacional a gasolina deveria estar R\$ 0,29 litro mais caro e o diesel, R\$ 0,35 litro. "Com a confusão feita pela Petrobrás, considerando os fatos relevantes, o Conselho de Administração não pode deixar de se posicionar. Afinal, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) deve estar atenta às condutas e aos impactos gerados para os acionistas e ao mercado em geral."

Apesar do analista da Mirae Asset Pedro Galdi, o mercado vai observar bem a mudança de estratégia da companhia, mesmo que tenha sido pego de surpresa, respaldado pelo aumento de produção no pré-sal e da alta do preço do petróleo, que segundo ele pode chegar a US\$ 60 o barril. "O pessoal pode ficar desconfiado, já que a mudança veio em cima da hora de ameaça de greve de caminhoneiros. Vejo o anúncio mais como uma forma de acalmar o mercado, mas sem impregnação para Petrobrás."

Na sexta-feira, a notícia da mudança de política derrubou, no espaço de uma hora, as ações ordinárias da estatal em 4,6% e as preferenciais, em 5,7%. No final do pregão, no entanto, após o fato relevante, elas subiram e fecharam em alta de 1,40% e 0,69%, respectivamente.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Ação no Supremo pode custar R\$ 87 bilhões à Previdência

Continuar de 1

Ação no Supremo pode custar R\$ 87 bilhões à Previdência

Prazo de afastamento por doença passaria a contar como tempo de contribuição para a aposentadoria

REPÚBLICA DOCA - pernambuco@o Globo.com.br
BRASILIA

Um processo em análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito das regras do auxílio-doença pode resultar em um custo de R\$ 86,9 bilhões em 30 anos para o INSS. Se anular um parcelada economia prevista com a reformada Previdência. Está em julgamento pela Corte atas de que trabalhado-



Quase. Gabriel até fez sua parte, mas rubro-negro ficou só no empate pelo Brasileiro

res possam contar o tempo no qual receberam o auxílio por afins de carência no pedido de outros benefícios, como aposentadoria.

Na prática, a medida pressiona o déficit da Previdência porque permite ao trabalhador contabilizar o período de

afastamento como tempo de contribuição efetiva. De acordo com cálculos da Secretaria de Previdência, o aumento da despesa seria de R\$ 119,9 bilhões em dez anos sede R\$ 48,8 bilhões em 20 anos, chegando a R\$ 86,9 bilhões em 30 anos.

CINCO VOTOS A FAVOR

A economia projetada com a reforma da Previdência nas contas do INSS é de R\$ 621,3 bilhões em dez anos. No caso das aposentadorias por idade, seria de R\$ 110,7 bilhões no período, mas por invalidez, de R\$ 78,6 bilhões. Esses dois tipos de benefícios devem ser os mais influenciados pela decisão do Supremo.

A decisão do STF tem repercussão geral, ou seja, vai orientar todas as ações contra o INSS em todo o país. Não contaria, no entanto, para benefícios já

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 08/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Ação no Supremo pode custar R\$ 87 bilhões à Previdência

PERÍODO DE AFASTAMENTO DO AUXÍLIO-DOENÇA (em meses)



concedidos.

Atualmente, a Justiça tem decidido a favor dos trabalhadores, desde que o recebimento do auxílio-doença seja intercalado com períodos de contribuição. No entanto, o INSS entrou com

recurso no STF para reverter esse movimento, com base na reforma da Previdência, em vigor desde novembro de 2019. Ela proíbe a contagem do chamado tempo ficto, em que não há contribuição efetiva, para a concessão de benefícios.

No recurso, o INSS alega ainda que a Constituição proíbe a concessão de benefícios sem indicação da fonte de custeio. O processo que chegou ao STF se refere a uma ação de uma segurada que solicita aposentadoria por idade. Ela recebeu auxílio-doença entre março de 2003 e junho de 2003 e novamente entre novembro de 2003 e março de 2018.

O julgamento do STF começou em dezembro e deve terminar no dia 18 deste mês. Apesar dos argumentos do governo, cinco ministros já se manifestaram contra a União, alegando que há

uma jurisprudência formada no país. São os ministros Luiz Fux, Edson Fachin, Luis Roberto Barroso, Rosa Weber e Dias Toffoli. Faltam ainda seis votos.

DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO

Para o secretário de Previdência, Nairton Gutierrez, além de trazer desequilíbrio para a Previdência, a medida pode servir de desestímulo aos trabalhadores:

— Computar períodos em gozo de benefício como tempo de carência, além do relevante impacto negativo para o equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência, não se observa a necessidade de equidade na participação no custeio do sistema e a vedação criação, majoração ou extensão de benefícios sem correspondente fonte de custeio. Do

ponto de vista comportamental, crise incentivo inadequado para que o segurado permaneça mais tempo em gozo de benefício.

Mesmo com a reformada Previdência, o regime continua deficitário. Em 2020, o rombo foi de R\$ 239 bilhões, cifra que deverá ser superada neste ano nos seguintes. A expectativa do Tesouro para 2022 é de déficit de 292,5 bilhões, chegando a 4,8 trilhões em 2060. Por isso, especialistas advertem que o regime tem de passar por novas mudanças para se tornar sustentável.



Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Ca t	Pgs .	Centim./Minut.	Valor Editorial
05/02/21	Saiba Mais	Site		RN	Empresários pedem manutenção de feriados de Carnaval no RN	Positivo	Matéria		B			
05/02/21	98 FM Natal	Site		RN	Empresários cobram do Governo do RN a manutenção do feriado de Carnaval	Positivo	Matéria		B			
05/02/21	Ponto de Vista Online	Blog			Fecomércio emite Nota Técnica de Esclarecimento	Positivo	Matéria		B			
05/02/21	CNC	Site			Fecomércio-RN discute Lei Geral da Micro e Pequena Empresa com governadora Fátima Bezerra	Positivo	Matéria		A			
05/02/21	Versátil News	Site	Natal	RN	Fecomércio: Setor produtivo discute Lei Geral da Micro e Pequena Empresa com Governadora Fátima Bezerra	Positivo	Matéria		B			
05/02/21	Grande Ponto	Site	Natal	RN	Setor produtivo discute Lei Geral da Micro e Pequena Empresa com Fátima Bezerra Fonte: Portal	Positivo	Matéria		B			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					Grande Ponto							
05/02/21	Portal Acontece RN	Site	Mossoró	RN	Poti-Cultural Sesc encerra apresentações em fevereiro	Positivo	Matéria		B			
05/02/21	SESC RN	Site		RN	Poti-Cultural Sesc encerra apresentações em fevereiro	Positivo	Matéria		A			
05/02/21	TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site			Poti-Cultural Sesc encerra apresentações em fevereiro	Positivo	Matéria		B			
05/02/21	Grande Ponto	Site	Natal	RN	Prefeito de Macaíba conhece projetos desenvolvidos pela Fecomércio-RN	Positivo	Matéria		B			
05/02/21	Boletim Salesiano	Site			Dom Bosco Gramoré doa alimentos arrecadados em parceria local	Positivo	Matéria		B			
05/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Empresários vão cobrar do Poder Público manutenção de feriados de Carnaval no RN	Positivo	Matéria		A			
06/02/21	Pauta Aberta	Blog		RN	Sesc/RN: Projeto Poti-Cultural encerra apresentações neste mês de fevereiro	Positivo	Matéria		B			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
06/02/21	Hilneth Correia	Site			Nota técnica sobre o funcionamento do comércio no Carnaval	Positivo	Matéria		B			
06/02/21	Blog do BG	Blog		RN	Sindicato aponta "catástrofe" financeira sem feriado de carnaval no Rio Grande do Norte	Positivo	Matéria		B			
06/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Sindicato aponta "catástrofe" financeira sem feriado de carnaval no Rio Grande do Norte	Positivo	Matéria		A			
06/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Governo do Estado e setor produtivo discutem mudanças para a Lei Geral das MPEs	Positivo	Matéria		A			
06/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Bolsonaro diz que estuda projeto de lei para mudar ICMS sobre combustíveis	Neutro	Matéria		A			
06/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Risco ambiental do governo Bolsonaro freia avanço do Brasil na OCDE	Neutro	Matéria		A			
06/02/21	Estadão	Jornal		DF	Auxílio deve ser retomado para quem	Neutro	Matéria		A			

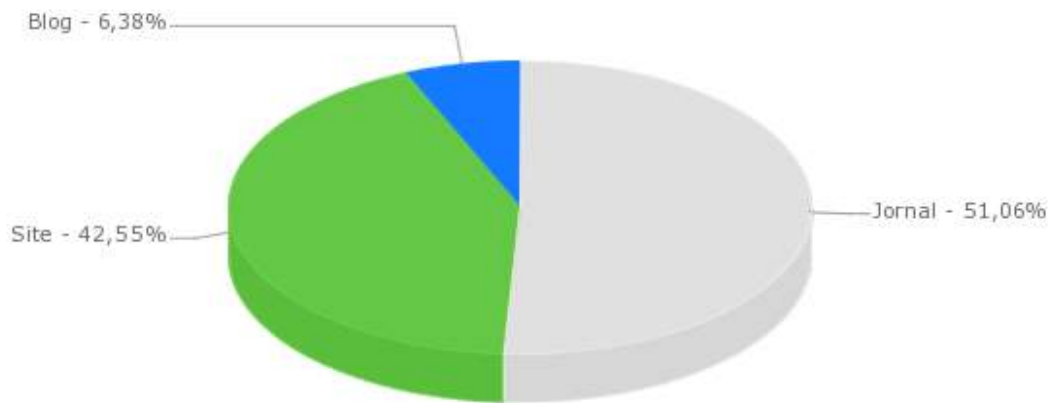
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					recebe ou está na fila do Bolsa Família							
06/02/21	Estadão	Jornal		DF	Estrangeiros avançam na Vale e já são donos de 55% das ações da mineradora	Neutro	Matéria		A			
06/02/21	Estadão	Jornal		DF	Bolsonaro quer ICMS fixo sobre combustível	Neutro	Matéria		A			
06/02/21	Estadão	Jornal		DF	Em alta, empresas de tecnologia têm bom potencial, mas há ressalvas	Neutro	Matéria		A			
07/02/21	Versátil News	Site	Natal	RN	Fecomercio: Poti-Cultural Sesc encerra apresentações em fevereiro	Positivo	Matéria		B			
07/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Hotel Barreira Roxa uma opção de lazer premiado pela qualidade	Positivo	Matéria		A			
07/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Sem auxílio, 314 mil voltaram à miséria no Rio grande do Norte	Neutro	Matéria		A			
07/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Setor turístico espera espera melhora no segundo semestre	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
07/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Transporte de cargas a partir do Aeroporto de Natal tem queda de 51% em 2020	Neutro	Matéria		A			
07/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Com pandemia, RN perde 49% dos passageiros aéreos em 2020	Neutro	Matéria		A			
07/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Governo deixa de cobrar R\$ 242,6 bi em dívidas tributárias na pandemia	Neutro	Matéria		A			
07/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	País perde R\$ 8 bi com cancelamento de festas do Carnaval	Neutro	Matéria		A			
07/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Ritmo da vacinação vai determinar crescimento econômico em 2021	Neutro	Matéria		A			
07/02/21	Estadão	Jornal		DF	Na pandemia Arezzo passa por transformação	Neutro	Matéria		A			
07/02/21	Estadão	Jornal		DF	Maioria dos brasileiros apoia avaliação de desempenho de servidores públicos	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
07/02/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Fim do auxílio dificulta a busca por vaga	Neutro	Matéria		A			
07/02/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Na fila da pobreza	Neutro	Matéria		A			
07/02/21	Estadão	Jornal		DF	Maioria dos brasileiros apoia avaliação de desempenho de servidores públicos	Neutro			A			
07/02/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Guerra	Neutro	Artigo		A			
08/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Governo quer auxílio rebatizado, com 3 parcelas de R\$200 e exigência de curso	Neutro	Matéria		A			
08/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Conta-salário no Pix pode revolucionar gestão de folha de pagamentos	Neutro	Matéria		A			
08/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Mercado vê chance para setores que ficaram para trás na Bolsa	Neutro	Matéria		A			
08/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Abre e fecha na pandemia exige do empreendedor planejamento diário	Neutro	Matéria		A			
08/02/21	Estadão	Jornal		DF	Com investimento de R\$ 1,2 bi, antiga	Neutro	Matéria		A			

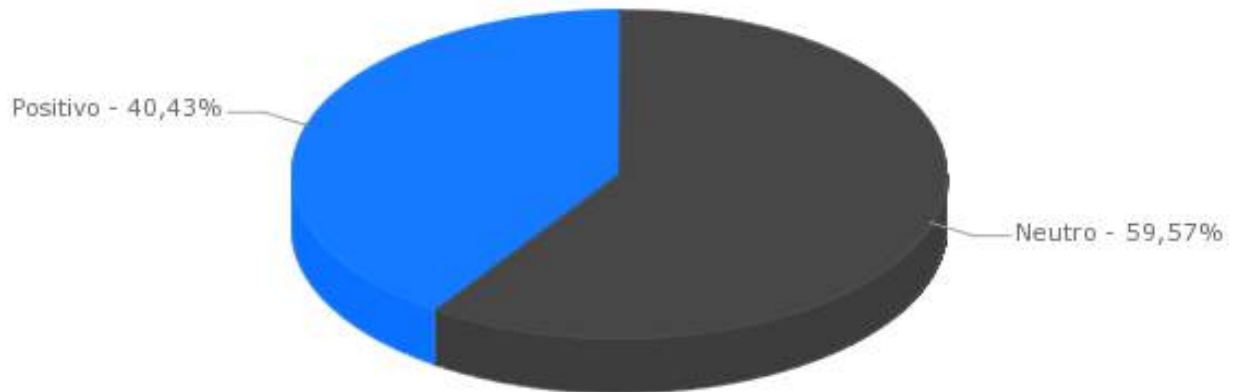
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editori al
					fábrica da Ford vira centro logístico							
08/02/21	Estadão	Jornal		DF	Santander vê crescimento robusto no agro em 2021	Neutro	Matéria		A			
08/02/21	Estadão	Jornal		DF	Cenário para commodities é positivo	Neutro	Matéria		A			
08/02/21	Estadão	Jornal		RJ	Mercado questiona preços da Petrobrás	Neutro	Matéria		A			
08/02/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Ação no Supremo pode custar R\$ 87 bilhões à Previdência	Neutro	Matéria		A			
												Qtde.: 47

Clippings por Tipo de Mídia



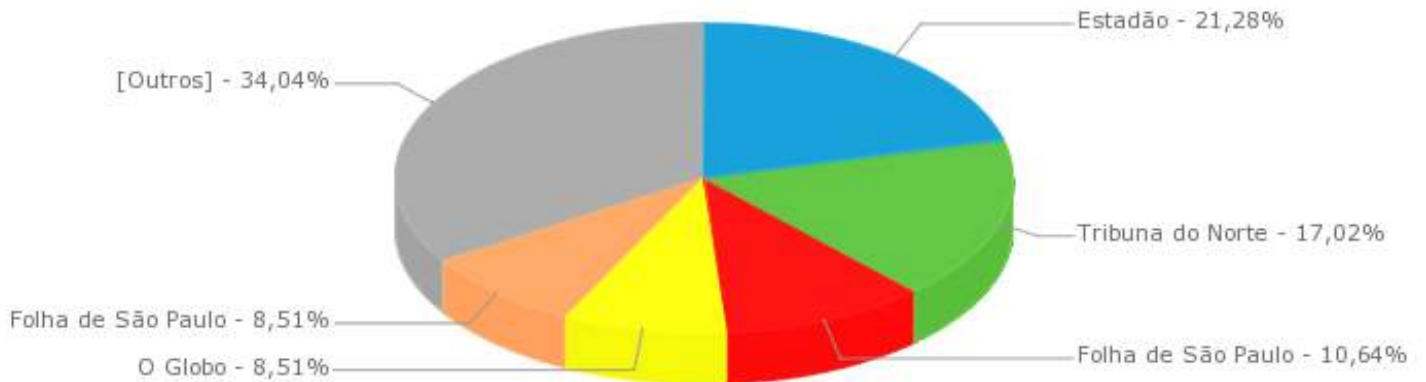
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	24	51,06 %
Site	20	42,55 %
Blog	3	6,38 %
		Total: 47

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	28	59,57 %
Positivo	19	40,43 %
		Total: 47

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Estadão	Jornal	10	21,28 %
Tribuna do Norte	Site	8	17,02 %
Folha de São Paulo	Jornal	5	10,64 %
O Globo	Jornal	4	8,51 %
Folha de São Paulo	Jornal	4	8,51 %
Versátil News	Site	2	4,26 %
Grande Ponto	Site	2	4,26 %
Blog do BG	Blog	1	2,13 %
Portal Acontece RN	Site	1	2,13 %
Hilneth Correia	Site	1	2,13 %
TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site	1	2,13 %
Ponto de Vista Online	Blog	1	2,13 %
CNC	Site	1	2,13 %
98 FM Natal	Site	1	2,13 %
Estadão	Jornal	1	2,13 %
SESC RN	Site	1	2,13 %
Saiba Mais	Site	1	2,13 %



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Boletim Salesiano	Site	1	2,13 %
Pauta Aberta	Blog	1	2,13 %
			Total: 47